



ILDETE FREITAS OLIVEIRA  
MICHEL JUSTAMAND  
NELLY MARY OLIVEIRA DE SOUZA  
(ORGS.)

# faas 20

Fazendo Antropologia  
NO ALTO SOLIMÕES

O pensamento dissidente/divergente e as questões amazônicas



ALEXA  
CULTURAL



EDUA  
Educação em Unidades de Conservação



**Fazendo  
Antropologia no  
Alto Solimões**



---

**O pensamento dissidente/divergente e  
as questões amazônicas**

# COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

## Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

## Vice-presidente

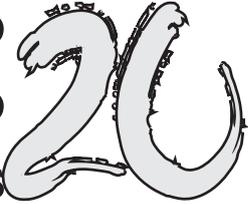
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

## Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Alfredo González-Ruibal (Universidad Complutense de Madrid - Espanha)  
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)  
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)  
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)  
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)  
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)  
Denia Roman Solano (Universidad de Costa Rica - Costa Rica)  
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)  
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)  
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaqui/AM)  
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)  
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)  
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)  
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)  
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)  
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)  
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)  
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)  
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)  
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)  
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)  
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)  
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)  
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)  
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)  
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)  
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)  
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)  
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)  
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)  
Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)  
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)  
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)  
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)  
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)  
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)  
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)  
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Ildete Freitas Oliveira  
Michel Justamand  
Nelly Mary Oliveira de Souza  
(Organizadores)

# Fazendo Antropologia no Alto Solimões



---

O pensamento dissidente/divergente e  
as questões amazônicas



ALEXA  
Embu das Artes - SP  
2019



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## CONSELHO EDITORIAL

### **Presidente**

Henrique dos Santos Pereira

### **Membros**

Antônio Carlos Witkoski  
Domingos Sávio Nunes de Lima  
Edleno Silva de Moura  
Elizabeth Ferreira Cartaxo  
Spartaco Astolfi Filho  
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

### **COMITÊ EDITORIAL DA EDUA**

Louis Marmoz Université de Versailles  
Antônio Cattani UFRGS  
Alfredo Bosi USP  
Arminda Mourão Botelho Ufam  
Spartacus Astolfi Ufam  
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra  
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3  
Cesar Barreira UFC  
Conceição Almeida UFRN  
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP  
Gabriel Conh USP  
Geresa Ferreira PUC/SP  
José Vicente Tavares UFRGS  
José Paulo Netto UFRJ  
Paulo Emílio FGV/RJ  
Élide Rugai Bastos Unicamp  
Renan Freitas Pinto Ufam  
Renato Ortiz Unicamp  
Rosa Ester Rossini USP  
Renato Tribuzy Ufam

### **Reitor**

Sylvio Mário Puga Ferreira

### **Vice-Reitor**

Jacob Moysés Cohen

### **Editor**

Sérgio Augusto Freire de Souza

*Esse crime, o crime sagrado de ser divergente,  
nós o cometemos sempre.  
Pagu*

© by Alexa Cultural

**Direção**

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

**Editor**

Karel Langermans

**Capa**

K Langer

**Revisão Técnica**

Adailton da Silva, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz

**Revisão de língua**

Sandra Oliveira de Almeida, Shigueaki Ueki Alves da Paixão e

Vânia Cristina Cantuário de Andrade

**Editoração Eletrônica**

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O421f - OLIVEIRA, I. F.  
J276m - JUSTAMAND, M.  
S379n - SOUZA, N. M. O.

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 20, Ildete Freitas Oliveira, Michel Justamand e Nelly Mary Oliveira de Souza, Alexa Cultural: São Paulo / EDUA: Manaus, 2019

14x21cm -170 páginas

ISBN - 978-85-5467-096-2

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 301

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia

Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

**Alexa Cultural Ltda**

Rua Henrique Franchini, 256  
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140  
alex@alexacultural.com.br  
alexacultural@terra.com.br  
www.alexacultural.com.br  
www.alexaloja.com

**Editora da Universidade Federal do Amazonas**

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,  
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM  
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio  
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte  
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290  
E-mail: ufam.editora@gmail.com

## **Fortalecendo as relações no Alto Solimões – FAAS 20**

*Ildete Freitas Oliveira*

*Michel Justamand*

*Nelly Mary Oliveira de Souza*

Os dirigentes da Coleção Fazendo Antropologia no Alto Solimões — FAAS, Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand, são docentes que atuam no Curso de Antropologia, da Universidade Federal do Amazonas — UFAM, no Instituto de Natureza e Cultura — INC, unidade acadêmica do Alto Solimões, e têm o prazer de tornar público o volume 20, que recebe o título de *O pensamento dissidente/divergente e as questões amazônicas*.

Dessa vez, a edição é organizada por Ildete Freitas Oliveira, Michel Justamand e Nelly Mary Oliveira de Souza. Ildete e Nelly, ambas discentes da Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia — PPGSCA, da UFAM. Contribuem, aqui, com a apresentação, revisão e com seus assentamentos sobre a região do Alto Solimões; é válido ressaltar que Michel também é docente do PPGSCA.

Precisamos lembrar às leitoras e aos leitores que os volumes anteriores foram organizados por diferentes pares de construtores; os quais contribuíram com apresentações, pareceres, textos, poesias e desenhos. A princípio, a coleção fora organizada por docentes da unidade acadêmica do Alto Solimões: Gilse e Michel, o primeiro volume; e, o segundo, por Adailton da Silva e Michel. Desde o iniciar, somam-se mais 17 volumes — totalizando 19 edições anteriores a essa.

Desse momento em diante, outros atores entram em cena, para partilhar saberes e conhecimentos que emanam de múltiplas e diversas partes do país e do mundo. Entre eles, estão colegas docentes e técnicos da Instituição, docentes e discentes do PPGSCA e de outros programas, como o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social — PPGAS e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação — PPGCOM, ambos da UFAM. Contamos como pares e

suas contribuições de outras Instituições, e lembramos, em especial, dos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC/SP, da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, por terem dividido a organização ou prefaciado um dos volumes.

Antes, ainda, de iniciarmos a apresentação de texto a texto contido nessa edição, precisamos também lembrar a História da construção dessa coleção. Essa compilação não foi pensada em seu início para ser o que se apresenta hoje. Por isso, é que pensamos ser importante valorizar determinadas lembranças. Porque essa valorização contribui com o fortalecimento dos laços que foram construídos por alguns colegas da Instituição — em especial, do INC, fixado na região amazônica, em 2006; e, fato este que ocorreu por determinação presidencial, quando ainda estávamos sob administração do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Em 2006, nascia na região do Alto Solimões a unidade acadêmica avançada da UFAM; desde então, nominada INC. Ali foram concentrados 06 cursos de graduação. Um deles foi o de Antropologia. Diversos concursos para efetivação de docentes ocorreram. No de 2009, surgiram 06 vagas para o curso de Antropologia, o qual apresentava 04 professores até aquele momento. Essas vagas foram todas preenchidas por 06 novos colegas (Adailton da Silva, Cristian Farias Martins, Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand, Rafael Pessoa São Paio e Tharcísio Santiago Cruz): recém chegados, formaram um coletivo de amizade, com amores e desamores. Rimos e choramos, comemos e bebemos juntos. Partilhamos ideias, ideais, ideologias e posturas.

Entre nossas inúmeras conversas e entendimentos, projetamos dois livros a serem publicados. Um deles com nossas ideias, ponderações e entendimentos sobre a região. Partindo de nossas visões, construímos 06 produções: uma para cada escritor proficiente. Publicamos a primeira edição, supracitada. O segundo livro foi uma coletânea de notas de alguns dos egressos do Curso de Antropologia. Estas duas obras foram publicadas em 2012. O próximo volume veio a público somente em 2015. Dali em diante, fomos profícuos!

Pode-se dizer que os colegas participantes desses primeiros trabalhos se orgulham de terem contribuído. Por esse motivo ba-

silar, passamos a incentivar outras e outros a participarem também. No início, colegas do próprio Instituto. Depois, como mencionado, de outros departamentos e programas da UFAM e de áreas externas também. Atualmente, temos uma marca: a coleção FAAS. Dela, já temos uma filha: a Coleção FAAS Teses — a qual tem publicado obras advindas de teses e dissertações de mestrado. Estes escritos derivam de pares; não só os da região amazônica, mas, concomitantemente, dos que queiram participar dessa nossa empreitada de divulgação de noções e entendimentos a respeito das questões humanas.

Acreditamos que, assim, fortaleçam-se as relações, sejam elas relações: sociais, acadêmicas, culturais e, mais do que isso, humanas. Nessas edições da coleção, já figuraram produções de matemáticos, engenheiros, médicos, assistentes sociais, historiadores, linguístas, jornalistas, arqueólogos, antropólogos, pedagogos, filósofos, psicólogos, citando dentre os pares das mais diversas áreas atuantes nas páginas. Todas e todos apresentando contribuições e esforços reflexivos sobre questões voltadas às humanidades.

A partir dessas lembranças e resgates históricos (mesmo que brevemente), do surgimento da coleção FAAS, iniciamos a apresentação da presente edição nominada de *O pensamento dissidente/divergente e as questões amazônicas*.

Assim, vejamos, quanto ao processo de construção, os fatores orientadores.

Em dezembro de 2018, Justamand, um dos organizadores, docente do PPPGSCA, ministrou uma disciplina optativa, intitulada de *Seminário Temático III — O pensamento dissidente/divergente e as questões amazônicas* (e, lembramos que o nome da disciplina é o da presente edição). Tal matéria visava abordar temas globais; e, por meio destes, tentar contribuir, na busca de amplificar e oxigenar os da região amazônica a partir das concepções, reflexões e propostas de autores marginais na academia. A disciplina teve a inscrição de 18 educandos.

Chamamos de doutos marginais, dissidentes, divergentes, discordantes, destoantes e/ou não vistos como pilares do conhecimento aquelas ou aqueles que têm outras visões sobre questões co-

nhcidas ou desconhecidas do grande público; nada obstante que necessitam de outros/novos olhares, segundo o entendimento deles e do nosso também. A idealização, declaradamente, da disciplina era que esses entendimentos contribuíssem com as pesquisas dos discentes do programa. Para que esses desenvolvessem suas análises sobre seus temas específicos da região amazônica (lato sensu) e/ou as do Alto Solimões, (stricto sensu).

Dessa forma, foi acordado que, dentre os discentes partícipes da disciplina, os ávidos por comporem o livro a ser elaborado construíssem seus pensamentos com argumentações baseadas nas/ nos autoras e autores debatidos nos dias da aplicação da disciplina, 05–07 do mês de dezembro de 2018. Informamos que o prazo de envio dos textos foi até o dia 31 de janeiro de 2019. E, que, dessa data em diante, começamos as revisões e averiguações dos escritos recebidos. Concluíram-se em 03/2019.

Foram recebidas 09 colaborações. Dos discentes, alguns com seus convidados, como coautores. Aos apontamentos desses, somou-se o redigido pelo educador, que também contou com dois pares, de longa data, que já dividiram organizações de livros, apresentações, artigos, atuação em conjunto no INC e passaram no mesmo concurso, em 2009: Adailton da Silva e Tharcísio Santiago Cruz. Esse grafado, especialmente, foi utilizado, inicialmente, na primeira aula; e, foi, por conseguinte, lido, analisado e debatido pela turma que se formou na sala de aula, no prédio da UFAM, em Benjamin Constant. Ele completa os 10 blocos desse organismo publicado. Essas notas serviram de fonte para alguns dos discentes nas construções de suas análises e considerações.

Por termos começado a disciplina com a leitura do registro dos docentes, Adailton, Michel e Tharcísio; a participação também se iniciara com um fragmento do que será lido ao longo do primeiro capítulo. Os estudiosos citados nominam suas composições de O pensamento dissidente e a Amazônia: contribuições dos intelectuais marginais. Ali, eles se preocupam em abordar algumas contribuições do pensamento dissidente para as questões da Amazônia. Isso, porque as abstrações, percepções e indicações desses educadores estão à margem da Universidade.

O segundo capítulo é nomeado de Alteridade na Tríplice Fronteira: uma questão sobre a migração peruana. Os autores são Antônia Marinês Goes Alves e Michel Justamand. Nessas anotações, Alves e Justamand realizaram uma breve discussão acerca da percepção do brasileiro em relação ao imigrante peruano na cidade de Tabatinga, região de Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru. A lettrada levanta também algumas imagens acerca da questão do outro e da construção da alteridade em relação ao peruano nesta área transfronteiriça.

Dime Alexandre L. Gomes e Luiz Fábio S. Paiva são os literatos do próximo capítulo. Eles intitulam seus anotados de Violência contra os Povos das águas do Alto Solimões: diálogos Interdisciplinares na fronteira Amazônica. Gomes e Paiva apontam uma análise sobre as fragilidades na área de segurança pública — às margens do rio Solimões (AM), na tríplice fronteira Amazônica Brasil, Colômbia e Peru; especificamente, no município de Tabatinga e sobre os efeitos sociais da vida dos povos das águas, categoria acionada para pensar as diversas populações que vivem à beira do Solimões.

O capítulo que segue recebe o nome de Mulheres indígenas, saberes tradicionais e formação superior na Amazônia brasileira: diálogos que produzem representação feminina em espaços de decisão e poder?, de Ildete Freitas Oliveira e Heloísa Helena Corrêa da Silva, eruditas desse tópico. Elas discutem as influências dos saberes tradicionais indígenas; em consonância com os conhecimentos científicos advindos da inserção de mulheres indígenas no universo acadêmico e suas consequências na constituição do papel feminino, frente aos seus grupos comunitários e a outros espaços e sujeitos não-indígenas.

O quinto capítulo da obra é Abordagem e valorização dos saberes tradicionais nas práticas educativas indígenas Ticuna da comunidade de Umariçu I no município de Tabatinga-AM, de Junior Peres de Araujo. O doutrinador aborda os saberes tradicionais indígenas na escola comunitária de Umariçu I em Tabatinga. Preocupou-se com a influência exterior à cultura no modo de vida tradicional dos Ticuna. O instrutor lembrou que essa influência tem causado um enfraquecimento acerca dos conhecimentos e costumes da tradição, em que muitos não reconhecem aspectos da cultura.

Luzilângela Vieira Barbosa é a autora de *Desafios e perspectivas da EaD na Amazônia: um estudo de caso no IFAM — Campus Tabatinga*. Este é o sexto capítulo do livro. Barbosa traz algumas ponderações sobre Educação a Distância (EaD), uma vez que sua importância para a qualificação do cidadão da sociedade contemporânea torna-se cada dia mais evidente — tendo em vista a flexibilização metodológica disponibilizada ao educando que não dispõe de tempo para encarar a aula de forma presencial; e, que, na maioria das vezes, já está inserido no mercado de trabalho.

O sétimo capítulo da obra é de inspiração de Maria Auxiliadora Coelho Pinto. O nome da mensagem é *Árvores sagradas da Amazônia: um diálogo Ticuna*. Coelho Pinto apresenta a mitologia das árvores sagradas no pensamento Ticuna das comunidades indígenas pertencente ao Município de Benjamin Constant, no Alto Solimões — Amazonas. Para a redatora, valorizar os anciões é que nos permite perceber a originalidade de sua sabedoria; pois ali pulsa alma e coração étnicos. Criadora é a população de sua própria nação a partir da cosmologia.

O seguinte trabalho é realizado a oito mãos. São 04 os luminares: Marinilde Verçosa Ferreira, Iraíldes Caldas Torres, Frâncio Costa Simão e Bruno dos Santos Rodrigues. Intitulado como *A presença do imigrante peruano no comércio da cidade de Benjamin Constant no Estado do Amazonas*. Os pensadores têm como base a cidade de Benjamin Constant; inspirando suas análises e escrita sobre a presença dos peruanos. Lembram que a cidade é uma porta aberta para a entrada de pessoas vindas do interior do município e também dos países vizinhos, como o Peru. Recordam, paralelamente, o comércio peruano associado à conseguinte intensa presença desse imigrante na cidade.

Nelly Mary Oliveira de Souza é a autora do nono capítulo, denominado de *Desafios no processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar Ticuna*. A doutrinação objetiva investigar os desafios encontrados pelos professores do Ensino Fundamental I no processo de ensino e aprendizagem dos alunos indígenas. Sendo que, para a formuladora, o ensino da Língua Portuguesa, talvez, desponte como uma das principais dificuldades neste percurso.

O último trabalho é de confecção coletiva pertencente a três expoentes: Selomi Bermeguy Porto, Salaniza Bermeguy da Cruz e Heloísa Helena da Silva Corrêa. Estes nomeiam o texto de Profissão sobre duas rodas: as mulheres mototaxistas de Benjamin Constant/AM, e abordam a perspicácia no entendimento da posição da mulher na profissão de mototaxista no município de Benjamin Constant — AM. Dizem os autores que se entendeu o valor do papel da mulher na sociedade (dantes, ditado pela cultura endocêntrica, como entre alguns europeus com ideologia do antropocentrismo): prova disso debatido é a acertada inserção da mulher na atividade de mototáxi no município de Benjamin Constant/AM.

Feita a amostra de todos os capítulos desta obra, em forma de um pequeno resumo dos gênios presentes, desejamos a todas e todos a boa leitura e que esses escritos contribuam com as futuras reflexões das leitoras e leitores!

*Esses são os votos dos organizadores!  
Do Alto Solimões, Amazonas, para o Mundo.  
Abril de 2019*



## **Sumário**

Fortalecendo as relações no Alto Solimões – FAAS 20 Ildete Freitas Oliveira, Michel Justamand, elly Mary Oliveira de Souza	9
O Pensamento Dissidente e a Amazônia: contribuições dos intelectuais marginais Adailton da Silva, Michel Justamand, Tharcisio Santiago Cruz	19
Alteridade na Tríplice Fronteira: uma questão sobre a migração peruana Antônia Marinês Goes Alves, Michel Justamand	37
Violência contra os Povos das águas do Alto Solimões: diálogos Interdisciplinares na fronteira Amazônica Dime Alexandre L. Gomes, Luiz Fábio S. Paiva	49
Mulheres indígenas, saberes tradicionais e formação superior na Amazônia brasileira: diálogos que produzem representação feminina em espaços de decisão e poder? Ildete Freitas Oliveira, Heloísa Helena Corrêa da Silva	69
Abordagem e valorização dos saberes tradicionais nas práticas educativas indígenas Ticuna da comunidade de Umariacú I no Município de Tabatinga-AM Junior Peres de Araujo	81
Desafios e perspectivas da EaD na Amazônia: um estudo de caso no IFAM — Campus Tabatinga Luzilângela Vieira Barbosa	95
Árvores sagradas da Amazônia: um diálogo Ticuna Maria Auxiliadora Coelho Pinto	111

A presença do imigrante peruano no comércio da cidade de Benjamin Constant no Estado do Amazonas Marinilde Verçosa Ferreira, Iraildes Caldas Torres, Frâncio Costa Simão Bruno dos Santos Rodrigues	123
Desafios no processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar Ticuna Nelly Mary Oliveira de Souza	135
Profissão sobre duas rodas: as mulheres mototaxistas de Benjamin Constant/AM Selomi Bermeguy Porto, Salaniza Bermeguy da Cruz, Heloísa Helena Corrêa da Silva	149
Sobre os autores	161
Sugestões de leitura	165
Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand	165
Coleção FAAS TESES Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand	167
Coleção Carmen Junqueira Dirigida por Michel Justamand e Renan Albuquerque	167
Coleção Arqueologia Rupestre Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand	168
Coleção Diálogos Interdisciplinares Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand	169

## **O Pensamento Dissidente e a Amazônia: contribuições dos intelectuais marginais**

*Adailton da Silva*

*Michel Justamand*

*Tharcisio Santiago Cruz*

Os intelectuais são os defensores da justiça, enfrentando o poder com coragem e integridade.

N. Chomsky

### **Introdução**

As linhas que se seguem estão relacionadas com alguns afazeres de Justamand. A princípio atuando como professor de disciplinas que tratavam do Projeto Neoliberal e a suas relações com a Educação nas turmas de Licenciaturas dos cursos de Matemática, Biologia, Química, História e Pedagogia, entre os anos de 2005 a 2007, na Universidade Bandeirante de São Paulo – UNIBAN, instituição que não mais existe. Esse afazer institucional gerou uma reflexão que se tornou livro<sup>1</sup>.

Depois ao atuar como professor na graduação em Antropologia, na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e também nas que tratavam de pesquisadores divergentes ou dissidentes, no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônica – PPGSCA, da mesma instituição, entre os anos de 2009 e 2018 que proporcionaram a construção de algumas reflexões e análises a partir das quais será objeto de diálogo a seguir. Não se pode esquecer que a construção do texto também se deve as conversas informais entre Adailton da Silva, Michel Justamand, Tharcisio Santiago Cruz, em momentos de alegrias e descontração na região do Alto Solimões. Enquanto atuavam juntos como professores do bacharelado em Antropologia, entre 2009 e 2017.

---

<sup>1</sup> JUSTAMAND, Michel. *Neoliberalismo: a máscara atual do capital*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

A principal ideia que norteou a construção desse texto é a de que há alguns autores pouco ou nada conhecidos na academia, mas que têm contribuições significativas a oferecer para os estudos e as suas pesquisas. É prudente salientar que, alguns desses autores são conhecidos, mas pouco utilizados, outros são completamente desconhecidos, alguns ainda têm certa inserção de suas principais ideias, reflexões e produções entre os pesquisadores universitários, na graduação ou na pós-graduação. Nomeamo-los abaixo para reforçar as suas presenças e, em forma de aperitivo, com algumas de suas ideias, contribuir para as reflexões. Buscar-se-ão ampliar e amplificar futuras análises sobre temas, essencialmente, amazônicos.

Segue a lista dos autores...

Boaventura de Sousa Santos, Chimamanda Ngozi Adiche, Davi Kopenawa, Djamilia Ribeiro, Eduardo Galeano, Edward Said, Fodé Diawara, Gayatri Chakravorty Spivak, Immanuel Wallerstein, John Zerzan, Kabengelê Munanga, Márcia Tiburi, Mauricio Tragtenberg, Milton Santos, Néstor Garcia Canclini, Noam Chomsky, Paulo Freire, Robert Kurz, Serge Latouche, Silvia Rivera Cusicanqui, Stuart Hall e Tariq Ali.

O presente texto tem a disposição de apresentar algumas ideias, para que a partir delas, os leitores, se interessem por conhecer com profundidade o pensamento dessas e desses autores. Lembremos, ainda, que esses autores se conectam entre si, por apresentarem em suas escritas, muitas contestações ao sistema capitalista. Essas querelas ocorrem em todos os locais do globo. Por esse motivo, não descartamos autoras ou autores que atuam dentro do que chamamos de *Ocidente Vencedor*<sup>2</sup>, países que centralizam ou detêm o capital econômico, militar, sociocultural entre outros poderes, que de alguma forma, controlam, dirigem e vigiam a vida de muitas pessoas no mundo, inclusive e infelizmente, as formas avaliativas, metodológicas e quem pode fazer as publicações acadêmicas.

---

<sup>2</sup> É considerado Ocidente Vencedor os governos de países que têm imposto, mesmo que de forma sutil, seus interesses pelo mundo. Muitas dessas imposições são intermediadas pela força militar, mas outras são pela produção cultural. Há ainda as construídas pelo controle comercial, industrial e tecnológico. O fato marcante e aglutinador desse termo é que os valores morais, sociais, culturais, econômicos, de uns poucos estão se sobrepondo aos de uma imensa maioria de países e formatos de organização da vida humana pelo mundo. Em muitos casos, esses valores são os dos governos dos países vencedores de um infinito número de guerras, militares, comerciais, entre outras.

Antes de começarmos a conversa elencamos os articulistas que contribuíram para construção desse texto. Eles são oriundos dos diversos continentes do globo, há contributos de africanos, asiáticos, europeus, mas também de países em específico, como é o caso dos estadunidenses. Outros que estão relacionados diretamente com a nossa região de origem são os latinos. Não podíamos deixar de citar as brasileiras (os). Não nos esquecemos de mencionar a importância que tem a presença de pesquisadores e as questões de gênero, assim apresentamos homens, mulheres. Também nos preocupamos abertamente em dialogar, nesse texto, com autores independentemente das suas origens étnicas, brancas (os), negras (os) ou indígenas.

### **Algumas contribuições da mãe África**

Nesses escritos, informamos aos leitores, que temos como certo a importância de se valorizar as vozes dos mais variados autores e não poderíamos deixar de começar pelos africanos, que muitas vezes são esquecidos nos textos e pesquisas, mas fazemos nossas observações e ressalvas, sem medo de sermos felizes de que elas e eles têm muitas contribuições a oferecer, e as poucas ideias e reflexões que empregamos compõem apenas um pequeno aperitivo do que é a força desses pensamentos às pesquisas.

Assim, citamos autoras e autores com suas contribuições significativas, com suas fontes de inspiração voltada à África. Por sabermos que esse continente é o berço de nascimento da humanidade, segundo vestígios arqueológicos, atualmente indiscutível, não podemos nos furtar de aproveitar sua sabedoria e conhecimento mais do que milenar, alocada nesses pensamentos e escritas.

A princípio...

Tomamos de empréstimo ideias de Fodé Diawara contidas em seu *Manifesto do Homem Primitivo*. Ali o autor lembra que nos trópicos onde se encontram parte do continente africano e a região amazônica, os grupos humanos que lá habitam e transitam, há milhares de anos, tem em comum a natureza, em alguns casos, a mais selvagem, como as florestas tropicais, mas o importante, é que

esses humanos aprenderam a lidar com essa exuberante condição ambiental e mais do que saber lidar, acabam por se confundir com a própria natureza. *Extraem dela as suas condições plenas para viver. Aprendendo com o seu entorno. Tiram proveito para se alimentarem e fazerem seus remédios, habitações, etc.*, e, em muitos casos, não dependem do que o *Ocidente Vencedor* tem a oferecer para se ter uma vida digna, plena e independente.

Usamo-nos das ideias de outro autor que apesar de não ser africano, tira seus exemplos desse continente. Ele é Serge Latouche e seu texto é intitulado *Pode a África contribuir para resolver a crise do Ocidente?* O nome do seu artigo já é um, obvio, questionamento que devemos prestar o máximo de atenção, pois o continente que apresenta a presença humana, mais antiga, pode trazer informações e relações sobre nós mesmos, que em muitos casos, desconhecamos. Latouche nos informa que inúmeros aldeões, o mesmo que líderes comunitários, dos pequenos povoados, africanos, de modo geral, em locais, um tanto esquecidos, pelo sistema (isso não lhes traz nenhum tipo de falta), têm sim condições de nos oferecer exemplo. Esses aldeões buscam em suas ações o *bem-estar harmonioso e a solidariedade entre seus pares. Mas mais do que isso, reforçam a ideia de que é necessário que todas e todos tenham espaços para suas realizações pessoais* (LATOUCHE, 2004). Talvez essa seja uma grande dica para as pesquisas. Desenvolver mecanismos para termos voz e vez.

Lançamos mão agora de uma autora que tem sido reconhecida mundialmente, Chimamanda Ngozi Adiche, por se preocupar em discutir questões pertinentes ao mundo do feminino, mas que não pode ser só das e para as mulheres, deve ser uma preocupação de geral. Os homens precisam partilhar dessa política de ver o outro, no caso às mulheres, e de se preocupar com vossas vidas, seus modos de pensar e agir. Nada disso os tornarão menos homens, portanto mais atentos às questões pertinentes ao mundo feminino. Ir além dos próprios umbigos é o que propõem Adiche, em *Sejamos todos feministas* (ADICHE, 2015). A autora propõe que se deve contribuir para se repensar as relações entre os gêneros, um bom exemplo para os que estudam as sociedades que vivem nas regiões amazônicas, como

também, em todas as partes do globo, esse exemplo, dica, sugestão é pertinente.

### **Vozes que vem da Ásia**

O continente asiático é o próximo que apresenta contribuições, graças aos quadros de intelectuais que insurgiram com suas ideias e formas dissidentes de analisar o mundo. Não seria sensato deixar de lembrar-se dessa parte do mundo, concentradora da maior população terrestre. Não poderíamos deixar de fora ou de lado os saberes emanados desse contingente humano. Em alguns casos, saberes também milenares, tanto quanto os advindos da África. Para nós apresentam pensamentos significativos nesse pequeno libelo.

Começamos a conversa com Edward Said. Dele utilizaremos duas obras. Esse autor é, especialmente, conhecido por ter seus escritos voltados à crítica literária, mas também dedicou parte significativa de suas obras a pensar as relações entre Ocidente e Oriente. Nesse texto chamamos a atenção para uma obra específica, que a *Representações do Intelectual*. Said indica qual seria, a seu ver, a responsabilidade do intelectual que está sendo formado, nas academias e instituições universitárias, como é o caso, específico dos da UFAM, que são os primeiros leitores desse pequeno panfleto.

Para Said, o produtor de reflexões, muitas vezes, pago por isso, como é o caso de muitos de nós, professores, pesquisadores, com salários e bolsas, que leva o nome de intelectual, *“deveria se esforçar em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação”* (SAID, 2005, p. 17). Seria uma indicação de que *“devemos nos libertar do que é imposto, especialmente, dentro dos limites do conhecimento institucional e ir além. Trazer outros saberes, modos de pensar e agir, outras reflexões para dentro de espaço sociocultural de produção cerebral”*.

Em outra obra, o mesmo autor supracitado, nos lembra que é preciso e necessário resistir aos meios de comunicação, já existentes, que são dominadores – as dissertações e ou teses, ou ainda os artigos e capítulos de livros que podem ser esses espaços. É mais do que necessário ampliar as oportunidades de divulgação das

ideias, ou seja, investir em outras formas de comunicar e divulgar saberes e conhecimentos é bem-vindo e ajudam a amplificar as ideias daqueles que estão fora dos espaços mais recorrentes. É o que tem sido feito, por exemplo, em conferências fora do sistema, palanques sociais e partidários ou outras construções de panfletos, jornais desvinculados da grande mídia, revistas alternativas e na internet (SAID, 2007, p. 161). Esses seriam os espaços para termos acesso a outras vozes, porque mais do que nunca essas outras formas de falar são bem-vindas.

Buscamos nos saberes relacionados a nossa história contribuições para nossos pensamentos. Um autor que trata de temas estratégicos de outros países, como os da Ásia que colabora com ideias e reflexões, é Tariq Ali. Em um livro de entrevistas, Ali nos lembra, por exemplo, que a história foi deixada de lado, tanto por órgãos oficiais quanto os dos não oficiais (ALI e BARSAMIAN, 2005, p. 14) resultando em prejuízos para a história local. Essa não pode ser deixada de lado em nome da do Ocidente Vencedor. Indica o autor, que é preciso valorizar mais a história local e a pesquisa-la profundamente, com intensidade para termos melhores condições de tratarmos desses saberes, em especial, os amazônicos, por que eles podem, decisivamente, contribuir para todas e todos no mundo.

Não podemos deixar de citar uma das autoras mais lembradas, ultimamente, em muitos trabalhos mundo afora, porém pouco citada nas pesquisas da academia brasileira, que é Gayatri Chakravorty Spivak. Ela trata das questões das mulheres na Índia. A autora tem como uma de suas preocupações o desafio dos discursos hegemônicos e as crenças dos leitores e produtores de saberes e conhecimentos. Spivak lida com o termo subalternidade. Mostra-nos a importância de dar voz e vez aos grupos humanos menosprezados, ou subalternizados. Lembra que esses grupos precisam se rebelar, mostrar suas identidades e aparecerem para o mundo. Spivak acrescenta que esses indivíduos são tratados como subalternos, e muitas vezes, usados, no pior sentido da palavra, para as produções somente de pesquisas, ou seja, são tratados como coisa. Para a autora, eles têm que ter espaço mais digno em nossas análises e pesquisas (SPIVAK,

2010). Essas ideias podem contribuir com a produção científica de quaisquer temas, sejam eles amazônicos, ou não, o mais importante é que eles tenham voz, vez e espaço.

### **Contribuições da Europa**

Assim como nos utilizamos dos saberes acumulados de africanos e asiáticos, sabemos que há, entre nascidos do velho continente, contribuições significativas para essa reflexão. Isso por que divergentes e desconectados também vivem na Europa. Muitos desses pensam e analisam em oposição aos que defendem as ideias do pensamento único, conhecido, por não permitir aos diferentes o devido respeito, espaço, voz e vez.

Na Europa, muitos autores já se levantaram contra as injustiças construídas pelo Ocidente Vencedor, aqui abrimos um parêntese para elucidar o que queremos dizer com esse conceito, Ocidente Vencedor. Significa a junção de diversos países europeus, ou não, que visam, no mesmo pacote, impor, sistematicamente, por meio, de seus governos e, inevitavelmente, seus controles, “desejos”, os mais variados, sobre todos os outros países do globo. São eles, em primeiro lugar, disparado na liderança de todos os outros, os EUA, seguido em segundo lugar, de alguns países, do centro europeu, França, Inglaterra, Itália e Alemanha. Não podemos esquecer e nem deixar de mencionar o Japão.

Iniciaremos a nossa conversa com um autor vindo do centro nervoso do continente europeu, que é Robert Kurz (2004). Ele nos lembra de que o ocidente pode ter vencido, frente aos outros locais do mundo, graças a sua imensa produção de mercadorias. Mas é uma metáfora a ser combatida. Propõe o autor, que não devemos aceitar a derrota pela falta de mercadorias que os países do centro, ou do Ocidente Vencedor, querem nos impor. Há outros “artigos”, em todas as partes, tão importante para a plenitude das nossas vidas individuais ou coletivas que são produzidas, inclusive, na região amazônica. Itens que ainda podem e devem ser desenvolvidos, distribuídos e valorizados, como muitos que são pesquisados pelos leitores desse texto. Kurz nos lembra que, infelizmente, por

mais que se propagandeiem, ao contrário, apesar do dito desenvolvimento do capitalismo e da força da economia e tecnologia a disposição desses países, há entre eles inúmeros grupos humanos pobres, como é o caso do sul da Itália, Espanha, Portugal, Turquia, Grécia, Albânia, entre outros (KURZ, 2004). É preciso ter muito cuidado antes de se iludir com o que nos mostram as propagandas de um mundo melhor no centro do dito, por nós e contextualizado nesse trabalho, como sendo o Ocidente Vencedor. Em muitos casos, na verdade, é o Ocidente Perdedor. Perdem por descartar os saberes e conhecimentos acumulados durante centenas ou milhares de anos pelos outros povos espalhados pela terra. Saberes que poderiam ser úteis para que todas e todos vivessem melhor, com a mais igualdade, justiça, respeito e dignidade.

Infelizmente esse sistema de controle de vidas e mentes das pessoas pelo mundo afora gerou pobreza econômica, mas não a infelicidade, muitos povos espalhados pelo mundo vivem felizes e tem sua dignidade, que podem estar ameaçadas. Junto dessa situação, específica, de pobreza e catástrofes geradas como a fome que afeta, principalmente, locais e pessoas que foram ou são explorados, desde há muito tempo, e ou pauperizados no mundo.

Alguns desses locais estão na América Latina, África e Ásia. Apontando assim quem são os vencedores e os perdedores. Há um objetivo declarado, ditado pelos “profetas”<sup>3</sup> do sistema capitalista, que é o de culpar o outro, especial e individualmente, àquele distante, ou seja, os nós, os mais pobres, os do Sul do mundo, pelas flagelos socioeconômicos que temos passado e ou sofrido ao longo de anos pelos modos de exploração. E também culpam os movimentos sociais, tais como os sindicatos e as suas reivindicações e greves (KURZ, 2004, p. 149). Contra essas culpas, que com certeza, não nos cabem, por que não fomos nós do sul que as criamos. Devemos nos levantar e se insurgir, mostrando outros modos de se fazer, pensar e agir, em nossos trabalhos escritos, poesias, músicas, teses, dissertações, e outras formas de divulgar nossas reflexões.

Outro autor que contribui, em nossas ponderações sobre a

---

3 Os intelectuais que contribuem influenciando e prestigiando os meios de comunicação de massa e das elites para culpar os mais desprovidos de condições econômicas e socioculturais.

situação do mundo, com um olhar para o Sul do mundo, é Boaventura de Sousa Santos. Autor especializado em organizar publicações carregadas de contribuições de autores do Sul do mundo, conceito constituído por esse pensador. A importante contribuição oferecida por ele, a nós, é a de que **há outros saberes e conhecimentos que merecem ter espaço voz e vez. Esses saberes são aqueles construídos por plebeus, camponeses, indígenas, populares, e também dos quilombolas, periféricos, poetas, artistas de rua, entre outros.** Pondera o autor, sobre **a necessidade de se meditar sobre a ideia de quem diz o que é certo ou errado.** Precisamos contestar isso. Por que quem quase sempre diz o que é certo ou errado é o Ocidente Vencedor e seus ideólogos (SANTOS, 2010, p. 33-34).

### **Contribuições estadunidenses**

Não podemos deixar de citar autores que apresentam aportes para as nossas ponderações sobre a situação do sistema capitalista que são advindas, de dentro, do cerne, do país, de modo significativo, mais representante de todas as formas de controles, imposições, perseguições, atuais, do Ocidente Vencedor.

Aqui começamos o debate com Wallerstein. Para ele, ainda, existem grupos de caçadores e coletores, espalhados por vários lugares do mundo, entre esses locais esta o Alto Solimões, na região amazônica, e que esses grupos humanos demonstram, as possibilidades, de que há outras formas de organização sociais possíveis. Lembra, também, o exemplo de luta pela terra que é a do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN, no sudoeste do México (WALLERSTEIN, 2000, p. 21-22). Esses bons exemplos contribuem com as reflexões sobre as questões amazônicas, pois, nos parece, importante, citar, que temos muito a aprender e entender a nossa vida, a partir, do exemplo, dos ditos isolados, da região amazônica, que sofrem uma série de perseguições culturais e estão em vias de extinção, e ampliar as nossas lutas para que as terras desta região não sejam mais devastadas do que já foram.

Outro autor que tomamos de empréstimo, ideias e sugestões, algumas parecidas com as do anterior, é John Zerzan. Que em *O Futuro Primitivo* descreve e destaca a importância da sabedoria

dos grupos humanos considerados como “homens das cavernas”, da ancestralidade, por terem sua base econômica ligada à caça e a coleta. Muitos povos atualmente se usam desse mesmo expediente, da caça e coleta. Um dos aspectos mais importantes das relações que podemos tecer com esses grupos, tanto os ancestrais quanto os atuais, de caçadores e coletores, é o compartilhar, repartir e cooperar tratar desses aspectos como sendo a sabedoria ancestral com a qual temos muito a aprender e apreender. Essas atitudes são dominantes entre esses grupos ditos minoritários, da nossa sociedade mundo, mas que têm contribuições expressivas a oferecer a nossa cultura.

O próximo autor estadunidense de nossa ponderação é Noam Chomsky. Autor reconhecido internacionalmente, em essencial, por ser crítico tenaz e ácido nas ações, normalmente de ingerência, para dizer o mínimo, dos Estados Unidos pelo mundo. Chomsky em muitos de seus escritos chama a atuação dos governos estadunidenses de nazistas, por menosprezarem os acordos e tratados internacionais. Impondo a outros países e seus governos, em qualquer parte do mundo, desde os que considerem perigosas, sanções militares, sociais e econômicas, entre outras. Além de condenar as inúmeras guerras articuladas pelos EUA. Chomsky em seus escritos, intitulado de *Democracia e mercados na nova ordem mundial*, nos informa que os recorrentes governantes dos EUA acreditam somente naquilo lhes convém. Imaginam que aquilo que é bom para eles é o conseqüentemente, deve ser “bom” ou o ideal para todos no mundo. Mais do que isso, de que é importante controlar tudo o que lhes interessa. Como é o que caso das fontes energéticas, água, petróleo, entre outras.

Há um histórico interminável de guerras suscitadas pelos EUA, inúmeros países na América Latina e também, infelizmente, em outras partes do mundo. O Brasil não escapa dessa dinâmica bélica dos EUA. Tivemos a ditadura civil-militar (1964-85) baseada nas intenções de controle, vigilância e segurança dos ditames/interesses estadunidenses. É preciso ter total atenção aos interesses que muitas vezes, se encontram por detrás dos “tratados e acordos” assinados entre os países e os EUA, como eram a NAFTA e a ALCA (CHOMSKY, 1999).

Nesse final dessa conversa utilizamos de uma frase atribuída a Chomsky, por ter relação com as temáticas tratadas:

Os países mais avançados estão conduzindo o mundo ao desastre, enquanto que os povos até agora considerados primitivos estão tratando de salvar o planeta inteiro. E a menos que os países ricos aprendam com os indígenas estaremos condenados todos nós a destruição.

## **Contribuições Latinas e Caribenhas**

Para nós é importante também tentar dialogar com *irmãos latinos e caribenhos*. Entendemos que elas e eles também apresentam contribuições para pensar a vida e o mundo. Em especial as questões da região amazônica. Muitos desses países dividem com o Brasil, a Amazônia. Entre eles estão Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Além da Guiana Francesa que é um estado pertencente à França.

Néstor Garcia Canclini em *Diferentes, desiguais e desconectados*. Mapas da interculturalidade trata, em linhas gerais, da globalização interdependente. Tal modelo de vida atual que aprofunda velhos antagonismos e criando alguns, até então, inéditos. Os grupos humanos considerados subalternos, no atual cenário mundial tecnológico, têm mais conhecimentos do que tinham antes. Por esses motivos não se deixam mais serem representados, ambicionam ter o direito de se autorrepresentarem. É preciso ouvir mais os subalternos, é preciso lhes dar mais atenção. Ouvir mais os outros, é o um recado direto para os pesquisadores de questões amazônicas. Como aquelas ou aqueles que necessitam de entrevistas com os que são considerados diferentes. Vivemos em um mundo com múltiplas identidades, híbrido, cosmopolita, e entrelaçado entre o que é global e o que é local (CANCLINI, 2015). É preciso que estejamos atentos a esses aspectos.

Outra importante análise vem da boliviana e pesquisadora Silvia Rivera Cusicanqui. Ela lida com a representatividade nas imagens. Mais, especificamente, com a ideia de que as imagens têm força e que elas servem para construir outras narrativas sobre histórias que já foram alvo de escritas. Para Cusicanqui, é possível reinventar figu-

ras do fazer coletivo e que há misturas socioculturais desde tempos imemoriais (CUSICANQUI, 2010). E que com essas misturas temos muito a aprender e auferir. Muito do que se sabe fazer em terras latinas, brasílicas e ou amazônicas teria essa herança. É preciso tirar dessas ideias novas reflexões para interpretar, intuir e tergiversar sobre as mais diferentes questões, seja elas de onde forem.

O jamaicano Stuart Hall promove reflexões sobre as diversas colonizações e descolonizações. Aponta que existem conexões culturais entre os diversos países descolonizados. Sugere que as nossas histórias precisam ser contadas, ou melhor, ainda recontadas por outros prismas, vieses, outras perspectivas precisam vir à tona. Outros autores precisam ter espaços com suas observações e olhares. Por que assim contribuirão com novas reflexões e ideias. Dessa forma, as promoverão e, conseqüentemente, elas serão oxigenadas. Para Hall é preciso lembrar que existe o outro. Lembrar que existe a alteridade (HALL, 2003). Dados fundamentais para as construções das mais diversas escritas.

Eduardo Galeano contribui em nossas reflexões com a seguinte poesia:

Em 1492 os nativos descobriram que eram índios,  
Descobriram que viviam na América  
Descobriram que estavam nus  
Descobriram que deviam obediência a um rei e uma rainha de  
outro mundo.  
E a um deus de outro céu.  
E que esse deus havia inventado a culpa e o vestido.  
E havia mandado que fora queimado vivo quem adorava ao sol, a  
lua e a terra...  
E a chuva que molha!

### **Algumas ideias de brasileiros**

Destacamos algumas autoras e autores do Brasil que oferecem subsídios para raciocinar sobre a vida e as relações humanas.

Iniciamos esse resgate analítico crítico com Milton Santos reconhecido internacionalmente por seus trabalhos voltados a entender as formações territoriais e seus processos. Na sua obra *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal aborda a globalização como fábula, como uma perversidade, mas também como uma possibilidade aberta ao futuro de uma nova civilização planetária. Santos afirma que as grandes empresas globais têm comprado leis, por não terem condições de impor seus interesses nos países onde se instalaram (SANTOS, 2000, p. 77-78). Isso se deve ao motivo de que essas corporações ou grandes conglomerados terem uma agenda muito diferente das de sociedades locais. Essas companhias têm uma agenda de extermínio do que é local em benefício do que desejam.

Outro autor que nos empresta seus saberes para complementar nossos debates é Paulo Freire. Brasileiro respeitado mundialmente. Conhecido por contribuições para a educação. Especialmente a do ponto de vista do oprimido. E é no livro *Pedagogia do Oprimido*, onde afirma que o saber é formado de paciência, invenção, reinvenção, busca inquieta e permanente. Indicando assim para todos os pesquisadores a importância de se manter ativos e atentos em seus estudos (FREIRE, 2005, p. 65-88). Freire oferece outra contribuição, significativa, na obra, *Pedagogia da Autonomia*. Ali versa sobre a necessidade de preparar melhor o novato e com reflexão crítica da sociedade e incentivar permanentemente o aprender e a curiosidade. Lembra que devemos estar em formação permanente e que nós nos formamos juntos no processo de construção das atividades pedagógicas (FREIRE, 1996, p. 25).

Kabengelê Munanga, militante histórico do movimento social de lutas pelos direitos do povo negro, também reconhecido nacional e internacionalmente, por suas pesquisas e projeto em um de seus escritos, *Mestiçagem* como símbolo da identidade brasileira, descreve que “os movimentos negros contemporâneos defendem a construção de uma sociedade plural, biológica e culturalmente”. Talvez essa fosse uma saída aos pensamentos hegemônicos (MUNANGA, 2010, p. 447). Isso por que, talvez, permitiria aos desavisados

conhecer melhor o país em que mora e entender onde vivemos. O Brasil não é composto de uma única construção cultural e nem étnica. O território conhecido como Brasil, abarca uma miríade de formações étnicas, culturais e sociais, que precisam e merecem ter suas vozes reverberadas.

Já a pesquisadora Djamila Ribeiro, também, militante do movimento negro, oferece contribuições as nossas análises, por meio da sua luta pelo feminismo negro. Chama a atenção em seus escritos O que é lugar de fala? Para pensar no feminismo negro, isso ajuda a romper com a cisão criada numa sociedade desigual. À partir dessa análise específica, do movimento das mulheres negras, novos marcos civilizatórios sejam ensejados e, conseqüentemente, um novo modelo de sociedade apareça, mais justo, igualitário e digno. Para Ribeiro a história da escravidão, por exemplo, precisa ser contada por outras premissas e perspectivas, muito além da versão dos que venceram. Visa, assim, à quebra de um paradigma, infelizmente, ainda, vigente que inviabilizam outras e novas narrativas (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Márcia Tiburi, outra ativista do movimento de lutas pelas causas da mulher e o feminismo no Brasil, com diversas obras publicadas, entre as quais destacamos o livro *Feminismos em Comum*. Para todas, todes e todos. Ali Tiburi discute o repensar das estruturas do patriarcado e busca levar o feminismo muito a sério. Para além dos modismos e dos discursos prontos. Escreve que é preciso manter as críticas a esse mundo e modo de vida patriarcal, que já se arrasta desde tempos imemoriais. Para ela o modelo patriarcal é uma espécie de política social antidemocrática (TIBURI, 2018, p. 11-12). Por que nem sempre visa o direito de todas e todos, mas apenas os de alguns, que em geral, são os mesmos beneficiados de outrora.

Davi Kopenawa e Bruce Albert são os autores do livro *A queda do céu*. Palavras de um xamã yanomami. Albert relata uma espécie de manifesto xamânico, um libelo contra a destruição da floresta amazônica, ditado por Kopenawa. Ele é o representante étnico dos yanomami no Brasil e no mundo. Kopenawa descreve qual é o real valor da floresta para seu povo. Diz que sem ela todos estariam mortos. A terra também sente dor, sofre. Que as árvores gemem

quando caem ou são derrubadas forçadamente (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 468). Desse modo, com essas palavras o xamã mostra que é preciso se manter atento aos ataques sofridos pela floresta, a luta pela sua manutenção e a importância que tem para a espécie humana.

Outro autor que oferece contribuições é Mauricio Tragtenberg. Ele se dedicou a estudar, entre outros temas, a administração, mas em especial, contribui em seus escritos com a crítica a estrutura escolar universitária. Condena a apropriação burguesa do saber. Transformando o saber burocratizado em o único que é legítimo (TRAGTENBERG, 2004, p. 14). Pondo de lado, ou a mercê, todos os outros saberes e conhecimentos que estão ao lado, a margem, mas que oferecem novos olhares para esse “saber” “doutoral” dito acadêmico.

*Tudo é histórico, tudo que existe é resultado do devir, é um momento, por definição. O indivíduo é resultado da história, é através do processo histórico que ele adquire sua singularidade, suas necessidades pretensamente “naturais” são resultados do trabalho social e se constituem num produto histórico (TRAGTENBERG, 1979, p. 56).*

Registramos aqui a última consideração e contribuição para as nossas reflexões. A história tem um contributo para a formação do indivíduo enquanto ser social e um produto, que não necessariamente é final, mas está em construção processual e permanentemente. A cada leitor desse texto é capaz de produzir algo, de entregar algo novo, diverso, intenso, um contributo inédito a sociedade e ou a espécie.

Para concluir uma frase, famosa, atribuída a Darcy Ribeiro: *A crise da educação não é crise: é um projeto.* Condição e conjuntura que é, atualmente, do interesse de uma minoria.

## Referências

ADICHE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

ALI, Tariq e BARSAMIAN, David. *Imperialismo e Resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Diferentes, desiguais e desconectados. Mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2015.

CHOMSKY, Noam. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: CHOMSKY, Noam e DIETERICH, Heinz. *A sociedade global. Educação, Mercado e Democracia*. Blumenau: FURB, 1999.

DIAWARA, Fodé. *Manifesto do Homem Primitivo*. Lisboa: Editorial Futura, 1973.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

JUSTAMAND, Michel. *Neoliberalismo: a máscara atual do capital*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LATOCHE, Serge. *Pode a África contribuir para resolver a crise do Ocidente?* Barcelona: IV Congresso Internacional de Estudos Africanos, janeiro de 2004.

MUNANGA, Kabengelê. Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Djamilia. *O que é ligar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RIVERA CUSICANQUI, Sílvia. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SAID, Edward. *Representações do Intelectual. As conferências Reith de 1993*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

SAID, Edward *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

TIBURI, Márcia. *Feminismo em comum. Para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TRAGTENBERG, Mauricio. *A delinqüência acadêmica. O poder sem saber e o saber sem poder*. São Paulo: Rumo gráfica editorial, 1979.

TRAGTENBERG, Mauricio. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: EdUNESP, 2004.

ZERZAN, John. *O futuro primitivo*. Porto Alegre: Deriva, 1994.



## Alteridade na Tríplice Fronteira: uma questão sobre a migração peruana

---

*Antônia Marinês Goes Alves*

*Michel Justamand*

*Transiciones*

*El verde crece sobre un espejo de algas muertas,  
Y los hombres sobre el silencio de otros hombres.*

*Habitamos el lugar de quienes fueron antes,  
Nos hallamos siguiendo sus pasos perdidos.*

Alvaro Marin (Fragmento)

### Introdução

Este trabalho buscou trazer à tona algumas considerações e percepções, acerca da dinâmica em conexão à alteridade vivenciada por brasileiros frente aos peruanos, na região de Tríplice Fronteira: Tabatinga (Brasil), Letícia (CO) e Santa Rosa (PE). Nesta perspectiva, apresentamos, de forma sucinta, alguns aspectos referentes a esta complexidade, como parte de averiguações preliminares, as quais estão sendo realizadas para o Doutorado no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia — UFAM.

Alessandra Santos (2012, p. 64) destaca que “*considerada um fenômeno da contemporaneidade, a migração tem sido discutida por diferentes campos da ciência*”. Muitos pareceres concernentes a questões fronteiriças, necessariamente, tendem a nos remeter à discussão de aspectos referentes a identidade e alteridade. Na região destacada, tal como em outras, podemos perceber e refletir a propósito desses conceitos; bem como analisar os desencadeamentos das relações de contatos linguísticos existentes entre o brasileiro e o imigrante peruano.

O processo de mobilidade transfronteiriça do peruano, nesta região, está diretamente aliançado a diversos aspectos (sociais, econômicos, políticos, para exemplificar). A estes, aquele indivíduo está submetido em seu país de origem, como nos diz Daiani Barth

(2009, p. 19): “*existem outros motivos, como os desejos de vivência em outro país, de mudanças e ampliação do conhecimento de outros processos culturais*”. Verificamos, por essa razão, a essencialidade em realizar análises científicas, de cunho multidisciplinar; visando à ampliação de sondagens sobre a área, em afins e díspares ramos do conhecimento.

Alicerçados na visão sociolinguística, nesta enumeração de informações, remetemo-nos à abordagem discursiva da alteridade e identidade do sujeito; enquanto vislumbrado pelo cidadão nacional. Constatando-se, conformemente, existirem percepções intrínsecas ao discurso. Estas, não imprescindivelmente, têm liame com o imigrante em si; sem embargo de nexos com a identidade (crenças, cultura, aspectos sociais e emocionais) do enunciativo e da imagem — que este, cria em contato com o outro (imigrante peruano).

Utilizamos, nesta investigação, o método etnográfico; sob o qual, foram apresentadas duas questões abertas aos entrevistados — 1. O que você pensa sobre os peruanos que migraram para Tabatinga? e, 2. Você acredita que eles migraram para Tabatinga por qual motivo? —; para coleta de impressões. A análise dos resultados mostra que esse movimento na fronteira reforça a resistência quanto à presença dos migrantes peruanos em nosso país. É visualizada, entre outras temáticas debatidas, a falta de controle interno para esses imigrantes — conquanto seja reconhecida sua força de trabalho e contribuição para a economia local.

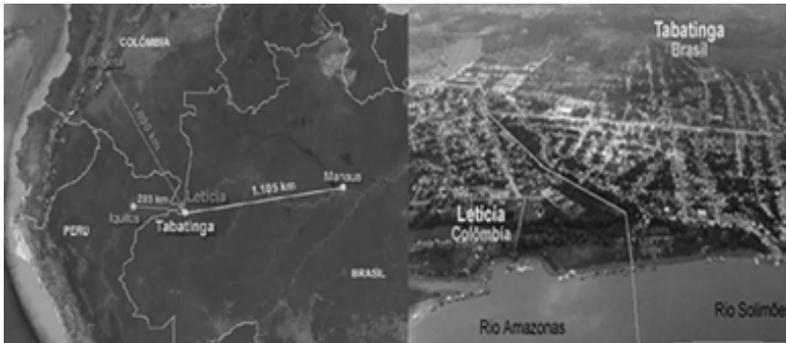
## **A imigração peruana na Tríplice Fronteira**

### **- Contextualizando**

A cidade de Tabatinga (AM) fica localizada numa região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia (Figura 1). Nesta localidade, a presença de peruanos é uma realidade. Muitos já foram naturalizados brasileiros; outros são residentes legalizados; e, há, ainda, aqueles que estão em condição clandestina. A grande presença desses imigrantes em nosso país se dá, não apenas pela proximidade à cidade peruana Santa Rosa; mas também pela busca por melhor qualidade de vida. São atraídos, principalmente, pela oferta

de educação e saúde gratuita; bem como pelo desenvolvimento de atividades comerciais — visando a aproveitar as melhores condições econômicas que são percebidas no lado brasileiro.

**Figura 1.** Vista no mapa e aérea da Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia e Peru).



**Fonte:** Capitania dos Portos de Tabatinga, adaptada por Emerson Flávio Euzébio<sup>1</sup>

A pesquisadora, Márcia Maria de Oliveira (em sua tese de Doutorado, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia — PPGSCA/UFAM, em 2014, intitulada *Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea*) apresenta dados da Delemig (Delegacia de Polícia de Imigração do Departamento de Polícia Federal — Superintendência Regional no Amazonas). Por meio destes, demonstra que “entre meados da década de 1990 até aproximadamente o final de 2005, os peruanos representavam a principal demanda pelo visto de permanência com base em prole ou matrimônio contraído com cônjuge brasileiro”. Tal ocorrência se daria, por aqueles que aqui ingressam não atenderem aos critérios para regularização do que a autora chama de “migrante ideal”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Foto retirada de artigo de sua autoria, intitulado *A fluidez territorial na fronteira ocidental da Amazônia: as cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)*, em *Revista Franco Brasileira de Geografia*, Nº 21/2014. Disponível em <https://journals.openedition.org/confins/9659?lang=pt>, acessado em 29/01/2019.

<sup>2</sup> O conceito utilizado pela pesquisadora faz referência a Fábio Koifman (2012:224), onde considera “imigrante ideal” aquele indivíduo que passa um curto período fora de seu país, por estar vinculado a alguma instituição, possui formação acadêmica ou condições financeiras para financiar sua estada em território estrangeiro.

Observa-se que o fluxo migratório de peruanos, na região da Tríplice Fronteira, está longe de ser formado por um “migrante ideal”. Em vez disso, temos uma mobilidade que está, diretamente, ligada aos problemas políticos, sociais e econômicos que estes encontram em seu país de origem (Peru). Assim, os que são obrigados (ou, sentem-se obrigados) a migrar são indivíduos de baixo poder aquisitivo, baixa ou nenhuma escolaridade; os quais se lançam ao novo destino — sozinhos ou com toda a família —, com a esperança de encontrar melhores condições de vida, para si e para os seus. Este fenômeno, por sua vez, gera uma nova problemática na região onde chegam. Isso advém, uma vez que a população local vê este movimento como algo preocupante e questionável, posto que o migrante ressignifica um gasto governamental; além de também reformular a ocupação de espaços de trabalho — que seriam, por lógica, de brasileiros. A afirmação de Alessandra Santos (2012) corrobora com a premissa acima assinalada:

Essa redução do ser humano à simples mercadoria proporciona a reflexão de que os fluxos migratórios criam, muitas vezes, nos governantes e na população distintas representações que possibilitam, em grande parte dos casos, que os migrantes sejam vistos como ameaça no mercado de trabalho, no uso dos serviços públicos e no aumento da violência.

Com essa visão distorcida, a questão migratória passa a ser vista pelo Estado brasileiro e pela própria população como problema (SANTOS, 2012, p. 69-70).

Esse “impasse” migratório tem atingido a cidade de Tabatinga de diversas formas. Confere-se isto, em consequência do fato de o citado município buscado ser local de entrada para os migrantes da selva peruana, os quais veem, na cidade, uma porta de entrada para outras regiões do Brasil, bem como lugar de permanência. Afinal, acessam melhores condições econômicas e sociais; e, simultaneamente, conseguem ficar próximos de seus familiares e amigos. Isso, devido ao limite fronteiriço que o município faz com a Ilha peruana de Santa Rosa, pois fica a 5 minutos de barco. Tal particularidade permite ao migrante manter sua cultura e sua identidade avivadas; a despeito de residir em território estrangeiro. Oliveira (2014, p. 123-

128) nos apresenta este imerso como um “*sujeito ativo e consciente de seu papel na sociedade e nas relações sociais*”; e essa condição não deve ser esquecida. A autora acrescenta e nos destaca que é preciso “*pensar o sujeito das migrações não como uma vítima dos processos sociais, econômicos e políticos impostos de forma arbitrária pelas políticas migratórias internacionais*”.

O cenário atual nos aponta para a carência de estudos mais amplos acerca da temática: precisamos analisar e avaliar o impacto desse fluxo migratório, não apenas no aspecto geográfico, econômico e social; mas também pelo aspecto identitário e da alteridade. É preciso dar voz e vez aos implicados neste processo, os brasileiros. Posto que este deslocamento peruano não seja um fato novo; as pesquisas preliminares nos remetem a avaliações (breves ou inexistentes); em associação com o impacto sociolinguístico sofrido pela população do nosso lado pátrio.

### **Alteridade: o olhar sobre o migrante peruano**

Neste contato avaliativo sobre a Tríplice Fronteira e a questão do migrante peruano, trazemos à discussão um paradigma de alteridade. Karoline Gonçalves (2011) assinala:

A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade ... é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si ... a fronteira é um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrente das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada grupo humano. O desencontro de temporalidades históricas, pois cada grupo está situado diversamente no tempo da História (GONÇALVES, 2011).

Ao nos depararmos com os dessemelhantes envolvidos no fluxo migratório peruano; percebemos que o brasileiro — nada obstante, conviva de forma diplomática com a presença dos nossos vizinhos — não deixa de ser impactado com a presença destes; seja qual for o aspecto (social, cultura, emocional, político, para apontar). Gonçalves (2011) ressalta:

Assim, a fronteira cria um ambiente, que é marcado por relações complexas, ou seja, culturas e identidades diferentes que criam condições para produção e reprodução de relações que levam a afirma-

ção da diferença, pois na fronteira existe a convivência entre duas nacionalidades distintas que afloram o sentimento de diferença. (GONÇALVES, 2011)

Reconheçamos, por conseguinte, as interações complexas existentes, na Tríplice Fronteira, entre brasileiros e peruanos. Ultrapassemos, concebendo além do migrante, o indivíduo que tem que recebê-lo — o que, muitas vezes, o segundo faz arbitrariamente, em seu território; partilhando o seu ambiente, em todos os aspectos, com outros. Os relacionamentos oriundos desse contato migratório ocasionam outros, de ordem sociolinguística, cultural e identitária. Posto isto, colocamos em análise o olhar do brasileiro frente ao migrante peruano; verificando quais os aspectos que afetam sua visão acerca do outro; posto que, em conformidade com Gonçalves (2011):

Na fronteira a percepção da diferença é de fundamental importância para a afirmação de um grupo cultural, pois é ela que produz uma variedade de diferentes posições de sujeitos, ou seja, a identidade para os indivíduos. Assim, a alteridade se torna um paradigma da fronteira pelo fato de que a partir da mesma é que a identidade dos sujeitos que habitam as zonas fronteiriças é formada, pois são as diferenças, a forma como se enxerga o outro é quem vai influenciar a construção da identidade na fronteira (GONÇALVES, 2011).

Para a análise, neste pressuposto inicial; aplicamos o método etnográfico, com o instrumento da aplicação de questionário, a quatro brasileiros (maiores de 18 anos, com escolaridade de nível superior, cursando ou concluído, sexo masculino, oriundos ou residentes em Tabatinga e região, há mais de 05 anos). A eles, foram propostas duas questões abertas supracitadas (1. O que você pensa sobre os peruanos que migraram para Tabatinga? e, 2. Você acredita que eles migraram para Tabatinga por qual motivo?). No recolhimento informado, arrolamos o caráter sociolinguístico das respostas dadas.

Para a primeira parte, constatamos que três dos informantes (1<sup>3</sup>, 3<sup>4</sup> e 4<sup>5</sup>) veem o migrante peruano como um invasor; fazendo

3 Informante 1: brasileiro, casado, natural de Benjamin Constant, 30 anos, possui pós-graduação, professor.

4 Informante 3: brasileiro, solteiro, natural de Tabatinga, 25 anos, cursando nível superior, empresário.

5 Informante 4: brasileiro, solteiro, natural de Tabatinga, 32 anos, cursando nível superior, técnico em enfermagem.

alusão à essencialidade na premissa de melhoria de controle interno destes estrangeiros, bem como de melhor administração diante de sua permanência em nosso território. O resultado encaminha o olhar ao “migrante ideal”: seriam bem-vindos aqueles que podem ser controlados pelos órgãos respectivos ao fluxo migratório. A presença maciça de migrantes fora do perfil almejado parece criar uma preocupação; não unicamente com a segurança de nosso território (pelo Princípio Constitucional da Soberania), todavia também faz referência aos conflitos econômicos e sociais que podem advir entre nacionais e migrantes por conta da entendida como “invasão” ao ambiente social e econômico regionais.

Nesta perspectiva, trazemos à tona o parâmetro de “entre lugar”, dado por Homi Bhabha (1998); observando-se, que neste caso, o peruano é colocado num espaço intermediário — é tolerado, mas não é totalmente aceito. E, por essa noção, apela-se ao Estado; no sentido da reestruturação de novas formas de controle. Debata-se se seriam soluções: estes estrangeiros serem impedidos de entrar, retirando-os do país; ou, ainda, ser tolerada sua presença, mas com limitação de atuação no espaço econômico e social local.

Apenas o Informante 2<sup>6</sup> reconhece o migrante peruano como parte integrante da história amazônica; e que este seja, de fato, parcela significativa da aglomeração humana de Tabatinga. Portanto, reconhecendo, no outro, o pertencimento e direito a usufruir do espaço brasileiro; sem prejuízos decorrentes deste mister.

Na segunda etapa, a maioria afirmou ser o principal porque de os peruanos migrarem para nosso território a busca por melhoria de condições; às quais, não encontrariam em seu país de origem. Ainda assim, ele é visto, pelos entrevistados, como um usurpador de oportunidades econômicas; que poderiam ser dos brasileiros. Nesse entendimento, sinalizam para a urgência da criação de instrumentos na administração; na finalidade de a ação dos migrantes seja regularizada e controlada no país.

O informante 2, neste íterim, perpassa uma visão diferenciada acerca do migrante: fazendo indicação ao fato histórico sobre

---

6 Informante 2: brasileiro, divorciado, natural de Manaus, 42 anos, possui pós-graduação, professor.

as terras da cidade vizinha colombiana, Letícia (capital da Amazônia colombiana) terem sido pertencentes à República do Peru — território que foi perdido após batalha<sup>7</sup>. O referido entrevistado, em ambas as questões, mostra-se com um sentimento de empatia ao migrante peruano; considerando-o, não como igual, mas como um injustiçado em relação aos brasileiros, reconhecendo sua contribuição efetiva para o avanço econômico regional.

## **O processo identitário fronteiriço**

Sem dúvidas, o processo identitário fronteiriço configura-se bastante complexo. Isso, porque são muitos os aspectos; aos que, o indivíduo lança mão, para refletir sua identidade. A indagadora Joice Pacheco (2007, p. 2) reforça a ideia apresentada com a seguinte premissa: “Não se pode esquecer que a identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e lingüística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas, são impostas”. Na verificação realizada, ficam evidentes os encadeamentos de poder presentes no discurso da maioria dos informantes; reiterando que, embora as migrações legal e clandestina peruanas sejam uma realidade, ainda prevalece o conceito subjacente do outro subalternizado, marginalizado.

Gonçalves (2011) nos repassa a seguinte reflexão acerca da identidade fronteiriça:

A identidade seria uma busca de reconhecimento que se faz frente à alteridade, pois é através das relações que se mantêm com o outro o qual se busca a afirmação das diferenças em relação aos outros grupos e a não aceitação de um único modo de ser, é criado com o intuito de distinguir o “eu” e o “outro” (GONÇALVES, 2011).

Na análise deste estudo preliminar, constata-se a prevalência, no discurso dos entrevistados, da distinção entre o “eu” e o “outro”. A este, cabem normas e legislação mais restritas. O outro é fator de conflito com o “eu” interno (o primeiro). Isto, principalmente,

<sup>7</sup> Incidente militar entre o Peru e a Colômbia, iniciado em agosto-setembro de 1932; tendo, como objeto, uma área do extremo sul do território colombiano fronteiriça ao Peru e ao Brasil; e, na qual, localiza-se a cidade de Letícia. O conflito foi dirimido em 1934, graças aos esforços de mediação do Brasil; sob o patrocínio da Liga das Nações. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/leticia-conflito-de>

quando o segundo se apropria de espaços pré-estabelecidos; como dos de uso exclusivo de brasileiros. Tal situação, constante aos dados obtidos neste trabalho, mostra o distanciamento que, ainda, persiste entre o migrante peruano e o não migrante brasileiro.

Percebemos uma realidade complexa e mutável, devido à dinâmica social e cultural própria das regiões transfronteiriças. Neste sentido, o estudioso Stuart Hall (2002) infere:

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2002, p. 7).

A “crise de identidade” perdura e se revela tímida em nossa região. Ainda permanecem arraigados os sentimentos de domínio colonialista e de poder sobre os demais indivíduos. É preciso avaliar, de forma mais aprofundada, os processos sociais existentes; no caminho de se poder perceber até que ponto houve, ou está havendo, mudança no processo identitário fronteiriço.

## **Algumas considerações preliminares**

Com uma breve discussão acerca de alteridade e identidade na Tríplice Fronteira, este trabalho buscou trazer à reflexão a visão do brasileiro, quando em convívio com a presença do migrante peruano. Ficam evidentes os elos de poder que se estabelecem na conexão social desses atores. Notamos, concomitantemente, que, conquanto prevaleçam as ligações diplomáticas e pacíficas; ainda permanecem, internalizadas, questões complexas acerca da visão que se tem do outro migrante.

Constatamos, em paralelo, a necessidade de apresentar novos estudos voltados à temática, de ângulo multidisciplinar e de maneira mais minuciosa. Neste percurso preliminar, foi possível, também, observar além dos fluxos migratórios regionais realizados pelos peruanos clandestinos ou legalizados em nosso solo. Verifi-

cou-se a incongruência entre discurso e prática, frente aos peruanos. Isso, posto que, sem prejuízo de ter ficado estabelecido sua resistência quanto à permanência e atuação polemizadas do migrante no cenário econômico brasileiro; convive o natural pacificamente com este, comprando, vendendo, interagindo de formas diversas com o “outro migrante”.

As diferenças culturais, principalmente no aspecto gastronômico, têm sido um importante fator de aproximação entre as personagens. Na cidade de Tabatinga, percebe-se um número significativo de restaurantes que oferecem a gastronomia típica peruana, atraindo os brasileiros nativos; bem como àqueles que vieram morar nesta cidade, por questões profissionais ou de lazer.

Não podemos, contudo, concluir, de forma incisiva, que os resultados encontrados neste patamar representam a realidade absoluta perante à alteridade com o peruano no município de Tabatinga. Entretanto, este levantamento preliminar nos impulsiona para seguirmos desenvolvendo a pesquisa, objeto da tese de doutoramento, no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia — PPGSCA/UFAM. Repensar as vinculações decorrentes do fluxo migratório regional significa reconhecer (no outro) seu espaço, sua voz e vez e a construção de um processo identitário fronteiriço mais empático e homogeneizado.

## **Referências**

BARTH, Daiani Ludmila. Brasileiros na Espanha: Internet, migração transnacional e redes sociais (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo: Unisinos, 2009.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

GONÇALVES, Karoline Batista: A fronteira e seus paradigmas: identidade e alteridade, em *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, noviembre 2011. Disponível em: [www.eumed.net/rev/cccss/15/](http://www.eumed.net/rev/cccss/15/). Acesso em: 25 jan. 2019.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. *Dinâmicas migratórias na Amazônia contemporânea*. (Tese) Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM, 2014.

SANTOS, Alessandra Rufino. *Trajetórias migratórias e identidades reveladas: A presença de peruanos em Boa Vista/RR* (Monografia). Boa Vista: UFRR, 2010.

SANTOS, Alessandra Rufino. *A migração de peruanos para a Amazônia Brasileira: uma discussão sobre redes migratórias, fronteiras e identidades*. Somanlu: *Revista de Estudos Amazônicos*, [S.l.], v. 12, n. 2, p. p. 63-84, ago. 2013. ISSN 2316-4123. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/442>>. Acesso em: 25 jan. 2019. doi: <https://doi.org/10.17563/somanlu.v12i2.442>.



## **Violência contra os Povos das águas do Alto Solimões: diálogos Interdisciplinares na fronteira Amazônica**

---

*Dime Alexandre L. Gomes*

*Luiz Fábio S. Paiva*

### **Rio Solimões palco de Invisibilidade promovida pelo Estado: A gênese de uma nova temática em discussão.**

A vida social é construída, a partir de redes de proteção; as que devem garantir alguns elementos básicos de segurança, para sobrevivência humana. Nas democracias burguesas e liberais, os sistemas de segurança foram erguidos; tanto para conter ameaças à pessoa, quanto ao seu patrimônio. Defender os bens de ações que os destituam e prejudiquem; tornou-se um elemento constitutivo dos Estados nacionais, com aparatos de segurança capazes de realizar o projeto de monopólio legítimo da força e controle social do território<sup>1</sup>. Neste artigo, exploramos os limites desse projeto; analisando as fragilidades do sistema de segurança pública amazonense, em seu atendimento aos povos que vivem e trabalham nos rios do Alto Solimões. Interessa-nos, fundamentalmente, entender os efeitos sociais dos crimes cometidos contra populações; as quais precisam realizar atividades importantes, em uma região desprovida de serviços públicos de segurança e que, atualmente, é alvo de ataques de pessoas definidas como “piratas dos rios”.

O fato do rio Solimões ser um sistema de integração transfronteiriça, entre os países que compõem a Tríplice Fronteira Amazônica — Brasil, Colômbia e Peru —, faz com que diversas tarefas sejam desenvolvidas em uma dinâmica que envolve múltiplas maneiras de usar esse espaço geográfico, com algumas situações que borram as fronteiras entre o lícito e o ilícito. O curso aquático tem sido o cenário de determinados crimes — o que revela fragilidades em relação a situação de segurança pública local. Os povos das águas

<sup>1</sup> Sobre o monopólio da violência, ver Weber (2004), Elias (1994) e Giddens (2008).

e a população, em geral, que necessita utilizar dessa via, passaram a conviver com ações de “piratas”, como são denominadas as pessoas que saqueiam embarcações nos rios do Amazonas.

Os órgãos de segurança pública do Estado do Amazonas — especificamente polícia civil e a polícia militar —, responsáveis pela integridade nas áreas da zona urbana e rural do município de Tabatinga, têm encontrado dificuldade no controle da violência e criminalidade. Em linhas gerais, agentes de segurança pública alertam para o fato de que os equipamentos policiais não têm condições efetivas de oferecer a segurança ao longo do percurso. Faltam funcionários, veículos e combustível para compor diligências no Solimões. Consoante destaca Riccio (2017, p.103), “em parcelas expressivas do território amazônico, a capacidade do Estado em exercer o monopólio do uso legítimo da força é reduzida”. Isso faz com que a violência naquele mereça uma discussão séria quanto aos meios, pelos quais, o Estado nacional constitui e aciona; para eficácia simbólica e prática da sua ação para controle social do bloco. Estudos referentes ao problema da violência e segurança pública na Amazônia são, ainda, escassos. Abordar a segurança pública na história do Amazonas, ou da Amazônia, é uma temática instigante; e, ao mesmo tempo, espinhosa — como tentar sair de um labirinto, sem saber como se chegou lá (PONTES FILHO, 2018).

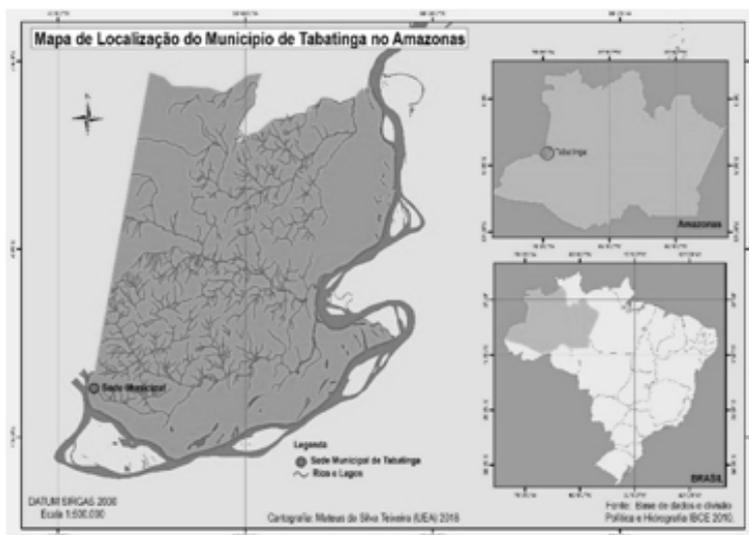
Este conjunto de questionamentos levanta algumas partes relevantes: o que explicaria a violência e a insegurança pública sofrida pelos povos das águas, numa região fronteiriça e portadora de estrutura militar e institucional ofertada pelo Estado?

O texto discute um recorte da nossa dissertação de mestrado; em fase de construção, intitulada “Mobilizações Sociopolíticas do Sindpesca: Vozes de lutas e resistências por Territó(rios) de pesca no Alto Solimões”. O trabalho é desenvolvido pelo programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia PPSCA/UFAM; com o apoio da (CAPES).

Para fins, especificamente, desse trabalho; dialogamos com reflexões promovidas no âmbito dos resultados alcançados pelo projeto “(In)segurança na fronteira: a maneira como os moradores de

Tabatinga falam da violência na Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia<sup>2</sup>. Desta forma, pretendemos promover uma contribuição à discussão relativa a como o aparato estatal se constitui; para o controle social de populações que vivem na Amazônia —; e, no seu dia a dia, experimentam perigos oriundos de ações que o sistema de segurança pública não consegue alcançar. Em suma, tencionamos analisar as fragilidades neste tema; envolvendo esses povos das águas, ao longo de 320 quilômetros navegáveis pelo rio Solimões<sup>2</sup> até o limite com o município de São Paulo de Olivença, na Tríplice Fronteira no Alto Solimões.

**Mapa 1** Localização Geográfica do Rio Solimões/AM



Fonte: Núcleo Nova Cartografia Social da Amazônia –NNCSA/UEA. 2018

## **Espacialidades da violência no rio Solimões: Diálogos interdisciplinares na Amazônia brasileira.**

Na constituição da literatura que ancora esse trabalho; deparamo-nos com a escassez de pesquisas — as que, dentro do pen-

2 Por este Rio, são percorridos municípios do Alto e Médio Solimões: Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai, Fonte Boa, Tefé, Coari, Codajás, Anamá, Alvarães, Anori e Manacapuru.

samento geográfico brasileiro, investigassem a temática violência no Rio Solimões ou nos rios da Amazônia brasileira. Nesse ínterim, e como mestrandos em um programa interdisciplinar; dispomo-nos a buscar, em diferentes áreas das ciências humanas e sociais, autores que pudessem subsidiar férteis discussões, em orientação ao entendimento do debate de levantamento. Apresentamos alguns estudiosos neste assunto, como colaboradores e explanadores. Michel Justamand, em o pensamento dissidente e a Amazônia: contribuições dos intelectuais marginais; descreve-nos que esses doutrinadores são tratados como marginais, por serem (muitas vezes) divergentes, discordantes, destoantes e dissidentes. Para o Doutor Professor, a intenção é que esses pensamentos contribuam com novas ideias, reflexões, abordagens singularizadas dos estudiosos de temas da Amazônia (JUSTAMAND, 2018).

Partimos de uma concepção de espaço geográfico; como sendo resultado das ações humanas — que, na realização da vida, produzem espaço; num processo coletivo. Este combina temporalidades e espacialidades diversas; podendo ser compreendido tal qual “espaço bananal”, inclusive (SANTOS, 2008). Para isso, temos, em Ferreira e Pena (2005), uma explanação sobre essas espacialidades:

[...] A espacialidade é uma categoria geográfica usada por todos os ramos do conhecimento como uma primeira apreensão do fenômeno na busca de sua explicação pelas diferentes especialidades. A espacialização das ocorrências permite aos órgãos de segurança pública vigiar e punir crimes, mas não é suficiente para combater a onda de violência que assola nossas cidades porque não chega às suas raízes. [...] (p.156).

As espacialidades do rio analisado e afluentes têm apresentado uma conjuntura de ameaças aos povos das águas; arredores de quem vive às margens. Relatórios produzidos, anualmente, pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) revelam denúncias, referentes a perigo e às violações; as que acometem os povos naturais até hodiernamente no País. De acordo com o levantamento de conflitos do CIMI/Tefé, em 2016; no Amazonas, houve duas mortes e centenas de indígenas foram ameaçados. O trabalho de Heck, Loebens e

Carvalho (2005) do CIMI demonstrou: o Estado brasileiro tem sido, por um lado, negligente quanto a violências sofridas pelas comunidades nativas; e, por outro, tem sido protagonista (omisso) de outras agressões que ameaçam às aglomerações da Amazônia. É, também, tribal parte do povoamento do que estamos considerando aqui como povos das águas — termo, cuja adoção tem fins didáticos, pragmáticos, em função da maneira como nos referimos a diferentes cidadãos pátrios que residem, trabalham, e circulam pelo rio Solimões.

É importante enfatizar que, para fins desse texto, vamos considerar os povos das águas as porções ribeirinhas, as populações indígenas, as pessoas que trabalham e se deslocam pelo curso abordado. Esses seriam os subalternos, como os descreve Spivak (2010): o sujeito subalterno é aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (p.12).

No que tange às reflexões de Spivak, Canclini (apud JUSTAMAND, 2018), em sua obra *Diferentes, desiguais e desconectados*; mapas da interculturalidade tratam, em linhas gerais, da globalização, interdependentemente. Tal modelo de *modus vivendi* aprofunda velhos antagonistas; e, cria alguns — até então, inéditos.

Os grupos humanos considerados subalternos, no contemporâneo cenário mundial tecnológico, têm mais conhecimentos do que tinham antes. Por esses motivos, não se deixam mais serem representados: ambicionam ter o direito de se autorepresentarem. E, concordando com as posturas dos estudiosos marginais; Justamand (2018) — sendo ele um desses — relata que é preciso ouvir mais os subalternos: é preciso lhes dar mais atenção. Ouvir mais aos outros é um recado direto para os pesquisadores de questões amazônicas. Como aquelas ou aqueles que necessitam de entrevistas; como os que são considerados diferentes. Vivemos em um mundo com múltiplas identidades, híbrido, cosmopolita, e entrelaçado: o que é global e o que é local (CANCLINI, 2015).

Não é nossa preocupação explicar as diferenças em relação ao efeito social da violência sob cada uma dessas populações. Seria

necessário maior investimento em pesquisa; nesse mister. Neste momento, inclinamo-nos a tecer considerações sobre dados gerais que revelam o panorama de fenômeno importante; o qual merece melhores investimentos de pesquisa para ser compreendido, em toda sua extensão.

Neste trabalho, evidenciamos o fenômeno e esperamos novos desdobramentos, para compreender suas nuances e peculiaridades. É importante destacar que os povos das águas — que vivem às margens dos rios da Amazônia — carregam uma história de sofrimento e de violência invisibilizada pelo Estado.

O medo e a sensação de insegurança são palavras presentes no vocabulário dos povos e comunidades tradicionais do Alto Solimões. Medo de frequentar determinados espaços e de circular pelos meandros dos rios; limitando-se a certos lugares e horários específicos. Essa situação evidencia uma rotina de crimes; os quais, paulatinamente, tornaram-se comuns. Isso desafia o poder público, em sua tarefa de fazer a segurança em uma região, com características ambientais únicas. As falas do crime<sup>3</sup> passam a fazer parte de conversas dos moradores do Alto Solimões e associações de trabalhadores da pesca; que relatam assaltos como ações comuns, no seu dia a dia.

O aumento intensificado da violência ou a percepção de maior perigo, diante da exposição ao espaço público, é o que faz emergir as espacialidades do medo e insegurança (Herrera & Moreira, 2015). Assim, as vias fluviais avaliadas foram se tornando o lugar de falas do crime; com pessoas ressaltando o quanto se tornou perigoso trabalhar e circular no percurso. Conforme demonstra estudo de Paes-Machado e Levenstein (2002): a respeito de assaltos ao transporte coletivo, em Salvador, os sucessivos traumas sofridos por assaltos recorrentes produzem ansiedade, transtornos de medo e conflitos de identidade.

Em geral, os furtos, roubos e afins recorrentes criam um mal-estar psicológico e social; criando diversos efeitos na maneira como as pessoas buscam conter e controlar o risco dessas ocorrências na sua vida. Entre os efeitos importantes; é possível identificar — nos

---

<sup>3</sup> A fala do crime é uma maneira de ordenar o mundo ao relatar situações que dão sentido ao mundo pela experiência de ser vítima ou tecer considerações sobre ações criminosas (Caldeira, 2000).

estudos realizados — a expansão de um sentimento de insegurança, nos povos das águas. Esse cenário incerto afeta direitos constitucionais fundamentais de cidadania, como os de residir, trabalhar, ir e vir em segurança; conforme estabelece a Carta Federal de 1988.

Convém salientar que as fragilidades, na segurança pública na região do Alto Solimões, transformaram-se em um assunto recorrente: tem ocupado os meios de comunicação amazonense; alimentando uma grande quantidade de programas televisivos e jornais impressos da chamada “imprensa marrom”.<sup>4</sup>

A exemplo do que acontece em outros territórios brasileiros, as medidas de segurança pública terminam discutidas como uma questão, meramente, polícialasca; em detrimento de um conjunto de ações estruturais — que, em tese, compõe as causalidades referentes ao envolvimento e ao desdobramento de ações criminosas. Posto isto, ressaltamos que, ao pensarmos sobre um problema de segurança pública, defendemos um conceito que trata a questão, a partir do princípio de que a camada brasileira goza de direitos. O pleno exercício de sua cidadania passa pelo entendimento de que, em todas as esferas que compõem sua vida, o Estado deve atuar para garantia de direitos<sup>5</sup> nesta República.

É preciso considerar, similarmente, que as ações de segurança pública não podem se reduzir às reações e aos episódios criminais; desconsiderando acontecimentos históricos, violações de direitos e injustiças sociais — como fenômenos que possibilitaram o uso de ações criminais, como meio de vida por determinados sujeitos e grupos. É preciso discutir, seriamente, a maneira como vivemos e convivemos em sociedade, com interações policulturais; considerando as maneiras, pelas quais, os dispositivos de controle social existem, para proporcionar garantias normatizadas federalmente. E, exigir as responsabilidades diante da solidariedade e do respeito que devemos ter em relação aos outros.

---

4 É uma expressão de cunho pejorativo, utilizada para se referir a veículos de comunicação (principalmente jornais, mas também revistas e emissoras de rádio e TV) considerados sensacionalistas, ou seja, que buscam elevadas audiências e vendagem, por meio da divulgação exagerada de fatos e acontecimentos, ...

5 Para uma discussão mais demorada sobre os conceitos e as visões de mundo que compõem o campo da segurança pública; ver os estudos de Soares (2006), Rolim (2006) e Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005).

## **Um Caminho metodológico interdisciplinar no campo da pesquisa**

A perspectiva teórico-metodológica que anima esse trabalho se inscreve no diálogo entre Geografia e Sociológica. A coleta de dados se constituiu por meio de levantamento bibliográfico; tendo como fundamento, Gil (2002) — e, na sondagem documental; tendo em Fonseca (2002), elementos para realizá-la. O processo de abordagem mobilizou ferramentas de coleta de dados, manejadas nas seguintes etapas: a) pesquisa bibliográfica de artigos publicados, teses e dissertações, com dados pertinentes ao assunto, de forma a se obter as teorias existentes sobre o tema; b) pesquisa documental, nos arquivos virtuais da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP/AM), *blog's* e portais locais da região do Alto Solimões, sites de notícias do Estado do Amazonas, reportagens em grandes telejornais de TV aberta de outros Estados do Brasil. Ademais, foram verificados os boletins de ocorrência levantados junto à Delegacia Interativa de Polícia Civil de Tabatinga.

Algumas matérias analisadas são objetos de reportagens especiais sobre esta região emblemática, que provoca intensas discussões. A rede Record, emissora de televisão aberta brasileira, em 2017, apresentou uma série especial intitulada “nas veias do tráfico” — uma metáfora referente aos meandros dos rios da Amazônia; e, precipuamente, ao rio Solimões (principal acesso de navegação); assim como ao comércio ilícito de entorpecentes (o que, usando essas vias fluviais rotineiramente, escoia tal produto, para diferentes partes do país e do mundo).

A utilização dos dados secundários foi útil; no intuito de evidenciar o quadro atual da segurança pública, nas comunidades indígenas do município de Tabatinga, no Alto Solimões. Eles permitiram uma espécie de varredura, que encaminhou no identificar os crimes ocorridos contra os povos tradicionais dessa região da Amazônia profunda. Conversações e entrevistas oriundas das pesquisas empíricas desenvolvidas no âmbito do projeto “(In)segurança na fronteira”, também, foram úteis na abordagem de informes; com suporte de análises sociológicas — as que visam a interpretação dos

efeitos sociais de uma região transfronteiriça permeada por relações entre o legal e o ilegal (ALBUQUERQUE e PAIVA, 2015).

### **Desfechos e argumentações na Tríplice Fronteira Amazônica**

Vários fatores contribuíram para o aumento da violência nas margens deste fluxo aquífero. São problemas estruturais que envolvem causalidades sociais, políticas e econômicas. As populações ribeirinhas, grosso modo, dispõem de poucos recursos financeiros oriundos de seu trabalho, vivenciando inúmeras vicissitudes ligadas às atividades laborais que podem desempenhar nesse espaço; e, o pouco (ou o inexistente) apoio do Estado brasileiro para esse fim. No Alto Solimões, é possível identificar famílias que vivem, basicamente, dos limitados benefícios sociais do governo federal, com intempéries significativas; na busca por manter o mínimo para sobrevivência de crianças; as que vivem situações de miséria e falta de assistência à saúde e educação (OLIVAR, CUNHA e ROSA, 2015).

Percebemos a ausência de políticas estatais de segurança pública, com medidas de prevenção e controle social aliançadas com estratégias de garantias de direito da aglomeração em situação de vulnerabilidade no curto, médio e longo prazo. Segundo o Ministério da Justiça, existe um Plano Estratégico de Fronteiras — que, em linhas gerais, propõe para essa região, apenas, a realização da Operação Ágata, anualmente. Outras ações frequentes não constam desse plano. Isso caracteriza uma maneira realisticamente incoerente do Governo Federal olhar para uma Amazônia a ser controlada, preservada e mantida como uma grande floresta tropical despovoada e destituída de políticas para populações que vivem, trabalham e precisam de serviços públicos (SANTOS, 2014).

Outra questão que surge, de forma nítida, é o memorando<sup>6</sup> de entendimento entre os Governos do Brasil, Colômbia e do Peru; para combater as atividades ilícitas nos rios fronteiriços ou

---

6 As Partes comprometem-se a realizar esforços coordenados para conter o tráfico de embarcações suspeitas, que ingressem ou que se encontrem nos respectivos rios limítrofes ou comuns, de serem utilizadas na prática dos crimes e contravenções a que se refere este Memorando de Entendimento. Esta cooperação, a ser realizada pela Armada Nacional da República da Colômbia, pela Marinha, o Exército e a Polícia Federal do Brasil e pela Marinha de Guerra do Peru, será regida pelo presente Memorando de Entendimento.

comuns; firmado em Letícia, em 20 de julho de 2008: Decreto nº 8.689, de 28 de março de 2016. Misse (2016) e Riccio (2017) declaram que a temática da segurança pública, nas regiões de fronteira, adquiriu centralidade no debate público e político brasileiro. Não obstante, a questão aparece, sempre, como um problema de ordem nacional ou no plano da segurança nacional — sobretudo, em virtude dos circuitos internacionais de drogas; que os governos insistem em tratar como parte de uma guerra (RODRIGUES, 2014). Nestas discussões, a população local não aparece — é inexistente ou tratada de maneira genérica como parte do problema. O morador do Amazonas e os povos das águas — cidadãos brasileiros — não são pessoas ou sujeitos de direito que merecem ser parte de uma política pública de prevenção da violência, considerando problemas sociais, econômicos e políticos de uma região multicultural e transfronteiriça.

Em relação aos aspectos econômicos, a região é marcada pela existência de esquemas ilegais que mobilizam significativos recursos financeiros; cujos efeitos, também, são sentidos no cotidiano dos moradores do Alto Solimões. Paiva (2015) demonstrou que os mercados ilegais de drogas que passam pela região são possíveis; por complexos processos de envolvimento e esquemas, os que movimentam valores financeiros significativos.

A presença de sujeitos interessados em pagar pelo transporte de droga criou diversificadas situações de assédio sobre as comunidades, em geral. O rio é também um caminho para se levar droga até cidades como Manaus. Esse trânsito é, igualmente, gerador de perigo e inconvenientes para uma sociedade tencionada por indivíduos que fazem o crime; e, que se apresentam como geradores de oportunidades para quem deseja, entre outras coisas, obter recursos monetários ou fazer uma aventura que lhe rende (além de dinheiro) certa fama e notoriedade (PAIVA, 2018).

Em conformidade com dados da Polícia Civil (PC) de Tabatinga, existe o fato de um problema prático quanto à extensão fluvial das margens dos rios; com um aparato policial insuficiente para o atendimento da humanidade local. A Polícia Civil não dispõe de um efetivo de agentes e equipamentos (armas, coletes, munição, veículos e lanchas) em quantidade suficiente para o enfrentamento de problemas relacionados à difusão do crime e violência, na região.

A exemplo do que acontece, em todo Brasil, não existem política de incentivo ou de cargos e carreiras; para que essas corporações realizem — com esmero — sua tarefa, com o risco vital. E, para agravar essa realidade, a crise político-econômica pela qual passa o País tem apresentado reflexos; pois faltam suprimentos básicos, tais quais combustíveis; para as viaturas e embarcações.

A investigação em matérias de jornal possibilitou observar que as instituições locais — como o sindicato de pescadores — não dispõem de informações precisas sobre como proceder diante das queixas de seus associados a crimes cometidos no Rio. “Uma vez que, os órgãos que deveriam atuar nessa situação, fogem da sua responsabilidade, não havendo uma articulação entre os órgãos responsáveis pela segurança pública nesta região da Amazônia”, disse o presidente do sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga (SINPESCA), em entrevista ao canal TV Folha, em março de 2017, na matéria intitulada “fronteira vazada: o narcotráfico no trapézio amazônico”.

A jornalista Liege Albuquerque, em matéria publicada sobre piratas nos rios Amazônicos, em 2017, disserta:

A secretária de segurança pública do Amazonas (SSP-AM) não tem dados discriminados de furtos, roubos e latrocínios nos rios do Amazonas. Quando estes crimes são registrados, não há nenhuma triagem que mostre se eles ocorreram em barcos ou em terra. Na verdade, por medo de represálias, muitos dos roubos e furtos em embarcações não são sequer registrados na polícia” (ALBURQUERQUE, 2017).

A autora menciona uma situação de precariedade por parte da Secretária de Segurança Pública; com destaque para um obstáculo grave relativo à falta de informação, pela principal instituição responsável pelo controle social, no Estado do Amazonas. A força policial é ineficiente e opera em condições precárias — pois os agentes enfrentam, além da falta de condições de trabalho, a total falta de informação qualificada sobre os desafios; que, em tese, deveriam estar prontos para enfrentar.

Ao considerar os repasses contidos na tabela: os delitos ocorridos com maior frequência às margens do rio Solimões, nos anos de 2016 e 2017, estão relacionados a roubo, furto e ameaças. Isso se confirma no inventário feito das matérias de jornal e nas falas de moradores, observadas por incursões etnográficas no âmbito do

projeto “(In)segurança na fronteira”. É importante destacar a precariedade dos dados; em virtude da não realização de queixas formais de casos de assalto. Em entrevistas realizadas pelos pesquisadores do Projeto “(In)segurança na Fronteira”; os sindicatos e associações de pescadores ressaltaram que recebem queixas — e, as mesmas, em muitas situações, não são registradas na Delegacia, gerando a subnotificação.

**Tabela 01** Delitos cometidos no Rio Solimões no Município de Tabatinga/AM

<b>Ocorrências registradas 4º DIP/ Tabatinga no ano de 2016</b>														
<b>Tipo penal</b>	<b>Roubo</b>	<b>Furto</b>	<b>Homicídio</b>	<b>Estupro</b>	<b>Lesão Corporal</b>	<b>Violência Doméstica</b>	<b>Estelionato</b>	<b>Apropriação indebita</b>	<b>Vias de fato</b>	<b>Maus tratos</b>	<b>Ameaça</b>	<b>Dano</b>	<b>Assédio sexual</b>	<b>Desaparecimentos</b>
<b>Janeiro</b>	1	4												
<b>Fevereiro</b>	3	2								1				
<b>Março</b>	1													
<b>Abril</b>	1		1 T.			1					2			
<b>Maio</b>	1													
<b>Junho</b>		1		1							3			
<b>Julho</b>							1	1						
<b>Agosto</b>														
<b>Setembro</b>					1	1			1			2		1
<b>Outubro</b>		2	1			1								
<b>Novembro</b>				1			2							
<b>Dezembro</b>		1												
<b>Ocorrências registradas 4º DIP/ Tabatinga no ano de 2017</b>														
<b>Janeiro</b>														
<b>Fevereiro</b>														
<b>Março</b>													1	
<b>Abril</b>							1							
<b>Maio</b>		1	3											
<b>Junho</b>	1	1			1						2			1
<b>Julho</b>					1			1						
<b>Agosto</b>		2	1								1			
<b>Setembro</b>														
<b>Outubro</b>														
<b>Novembro</b>	2		1 T.								1			1
<b>Dezembro</b>	1													

Fonte: 4º Delegacia Interativa de polícia civil Tabatinga-AM.

Conforme Rangel (2017) no último relatório do CIMI<sup>7</sup>, o Estado do Amazonas registrou doze(12) casos de assassinatos registrados pelas equipes regionais do CIMI, chamaram a atenção das

7 Conselho Indigenista Missionário. O CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

equipes para um fato na região do Alto Solimões onde quatro indígenas da etnia Tikuna deram carona em seu barco a dois homens que foram identificados como “peruanos”. Ao entrarem na embarcação, eles começaram a fazer disparos com armas de fogo, matando três indígenas e deixando uma mulher Indígena ferida.

A projeção que se tem do aumento da violência sofrida pelos povos das águas no perímetro, no ano de 2017, para o atual contexto, é expressivo; visto que o agravante se dá em virtude da desativação da Base Anzol — principal ponto de fiscalização no rio Solimões; em acordo com a explanação na matéria publicada pelo Portal *O tambaqui*, no dia 1º de fevereiro de 2018.

**Figura 1:** Base Anzol é desativada e aumenta a violência no Rio Solimões



De acordo com moradores da região, desde o fechamento, há uma semana aproximadamente, da Base Anzol, que ficava na comunidade de Prosperidade, que fazia as fiscalizações do rio, a violência teve um aumento significativo na área, deixando o Rio Solimões sem proteção, já que a rota é um dos principais corredores de entrada de drogas no Brasil, conforme publicado no D24am.

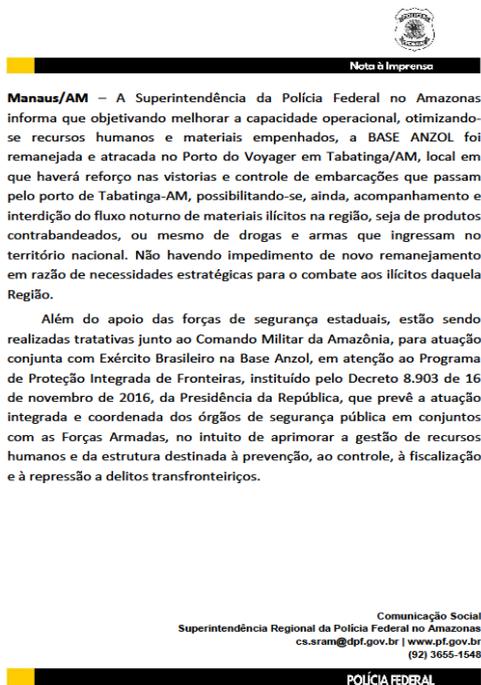
Caso mais recente do indígena da comunidade indígena do Umariçu, morto por latrocínio, roubo seguido por morte, no Rio Solimões. O próprio 8º BPM admitiu a violência em publicação através do WhatsApp. E que de certo modo essa situação afeta a todos nós da região já que utilizamos o Rio Solimões como estrada viajando em barcos. Nenhum meio de comunicação no Amazonas registrou tal

desativação, principalmente por que estamos em época de eleição e isso atingiria a campanha de quem vai se aventurar nas eleições de 2018. A Base Anzol se encontra parada em um dos portos de Tabatinga.

Segundo informações não oficiais, tal desativação seria por cortes de gastos pelo Governo Federal. Informação não confirmada, pois nenhum órgão se pronuncia oficialmente sobre o assunto.

Todavia, segundo uma nota de imprensa, enviada pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas, junto à Rádio Nacional de Tabatinga, por meio eletrônico, no dia 07 de fevereiro de 2018: a base teria sido remanejada e atracada no porto do *Voyage* em Tabatinga; local em que haverá reforço nas vistorias e controle de embarcações que passam pelo porto dessa circunscrição. Preocupados com a situação, os povos das águas e a população que navegam pelo rio Solimões têm mobilizado uma petição — junto ao Ministério Público Federal — para a reativação da base Anzol; para atenção do Ministério da Justiça.

Figura. 02 Nota de imprensa da Policia Federal



Fonte: Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas/2018

O processo de busca pela reativação da Base Anzol é objeto do trabalho conjunto das povoações que dela necessitam, para transitar pelo rio Solimões; conforme se pode observar no texto de um abaixo assinado encontrado no *site* da Associação Nacional de Policiais Federais:

o povo do alto Solimões pede a reativação da base Anzol, o abaixo assinado refere-se ao seguinte texto. A população do Alto Solimões solicita a V.S<sup>a</sup> que interceda junto ao Ministro da Justiça para a reativação da Base Anzol. A descontinuidade das atividades na Base Anzol coloca em risco a Segurança Nacional, assim como a vida dos ribeirinhos e embarcações que trafegam com passageiros no Rio Solimões com as ações constantes dos “piratas do rio”. Houve aumento de violência, conforme veiculados nos meios de comunicação nacional, regional e local, e ainda relatos de ribeirinhos que sofreram e sofrem assaltos, inclusive os indígenas que dependem do rio para sua sobrevivência.

## **Considerações Finais**

Este trabalho procurou promover discussões imprescindíveis respectivas às fragilidades na segurança pública, junto aos povos das águas do município de Tabatinga, na Mesorregião do Alto Solimões. Região esta, que persiste; a despeito de convívio com a precária assistência do Estado Brasileiro, em vários dos seus segmentos. Necessitada da presença da competência deste Estado cada vez mais. Condição que encontra em Paiva (2016, p.67) a confirmação; quando este se expressa: “o Estado ter representação não significa que ele está presente”.

Todo o aparato de segurança pública empreendido pelo Estado ainda não tem sido suficiente para garantir a plena segurança aos povos das águas desta região, eficazmente. A sensação de insegurança é algo que não está por ser tão brevemente vencido; apesar de muitas estratégias de combate à criminalidade estarem sendo executadas na zona urbana do centro. O rio Solimões, todavia, recebe, apenas, uma pequena atenção pouco frequente, por algumas ações do Estado. Como é do conhecimento público; anualmente, uma das operações de grande envergadura realizada periodicamente é a chamada Operação Ágata. Esta é realizada, ainda, nesta região da Amazônia, por se tratar de uma complexidade de ecossistemas de grande importância geopolítica para o país; e, que faz fronteira com os países vizinhos da Amazônia: Peru e Colômbia.

Podemos inferir: a atual situação da Polícia Civil do Amazonas, em Tabatinga, é precária. A violência vem aumentando gradativamente; enquanto o quê, o repasse de recursos, para a segurança pública, por parte do Governo Federal e Estadual, vem diminuindo, de forma considerável. Isso compromete a qualidade de vida da sociedade. Em suma, a Polícia está inoperante pela impossibilidade de eficiência; durante o quê, a criminalidade cada vez mais se aprimora: adquire equipamentos de ponta e investe na especialização de seus membros.

Os números deste tipo de crime têm crescido nos rios da Amazônia; mormente, em regiões do interior. A fiscalização ineficiente e a falta de recursos destinados para a segurança pública estão

entre as causas do desafio. A ação dos criminosos já ganhou destaque em telejornais importantes do mundo; e, ocorre, singularmente, nos rios Solimões, Amazonas e Madeira. BARREIRA & BATISTA (2011, p.19) expressa a realidade de uma sociedade cada vez mais vulnerável: “O medo e a sensação de insegurança permanentes levaram os indivíduos a posições extremas de busca pelo isolamento e proteção social [...]”.

### **Agradecimentos**

Nesta trajetória gostaria de agradecer algumas pessoas que caminharam ao meu lado para o êxito desta publicação. A minha companheira e professora Ildete Freitas pelas longas conversas e orientações sobre a temática, ao investigador da polícia civil do Amazonas Queiroz pelas contribuições no levantamento do boletins de ocorrência e ao professor e amigo Luiz Fábio, da Universidade Federal do Ceará /UFC, pela parceria e comprometimento neste trabalho.

### **Referências**

ALBURQUERQUE, Liege. Piratas nos rios Amazônicos, set. 2017. Disponível em: <<http://www.projetocolabora.com.br/meio-ambiente/piratas-nos-rios-amazonicos-2/>>. Acesso em: 18 de Fevereiro de 2018.

ANPF - Associação Nacional dos Policiais Federais. Disponível em <<http://www.otambaqui.com.br/base-anzol-e-desativada-e-aumenta-violencia-no-rio-solimoes/>> Acesso em 02 de Março de 2018

BARREIRA, César. BATISTA, Élcio. Violência e conflito social. In: (in) Segurança e Sociedade: treze lições / Barreira, César. Batista, Élcio (Orgs.). Campinas, SP: Pontes Editores Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2011.

BRASIL. [Constituição(1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº1/92 a56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a

6/94. - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Decreto nº 8.689, de 28 de março de 2016 dispõe sobre: Promulga o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Colômbia e o Governo da República do Peru para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços ou Comuns, firmado em Letícia, em 20 de julho de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8698.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8698.htm) > Acessado em 30 Jan. 2019.

CANCLINI, Nestor Garcia. Diferentes, desiguais e desconectados. Mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 2015.

FERREIRA, I. C. B. & PENNA, N. A.. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. In: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 18, 2005.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HECK, Egon; LOEBENS Francisco e CARVALHO Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. In: ESTUDOS AVANÇADOS 19 (53), 2005.

HERRERA, J. A.; MOREIRA, P. Espacialidade do medo e Insegurança Pública: Ensaio sobre os efeitos da UHE Belo Monte na cidade de Altamira no Pará. Revista Políticas Públicas & Cidades, v.3, n.2, p. 48-63, mai/ago, 2015.

JUSTAMAND, Michel. O pensamento dissidente e a Amazônia: contribuições dos intelectuais marginais. Texto acadêmico, 2018 (mimeo).

MACHADO Eduardo Paes & LEVENSTEIN Charles. Assaltantes a bordo: violência, insegurança e saúde no trabalho em transporte coletivo de Salvador, Bahia, Brasil. In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(5):1215-1227, set-out, 2002.

MISSE, Michel, *et al.* Gestão da Política de Segurança Pública nas regiões de fronteira: Resultados gerais de uma pesquisa. In: Investição criminal e avaliação de políticas de segurança pública/organização: Ana Carolina Cambreses Pareschi, Cíntia Liara Engel, Gustavo Camilo Baptista. – Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016. (Coleção Pensando a Segurança Pública; v.7),

O povo do Alto Solimões pede a reativação da Base Anzol. Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR104459>>. Acesso em: 17 de Março de 2018.

OLIVAR, José Miguel N., CUNHA, Flávia Melo da. ROSA, Patrícia Carvalho. Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na Amazônia brasileira”. Tomo. N°. 26. Universidade Federal de Sergipe: jan/jun, 2015.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. As dinâmicas do monopólio da violência e do controle em um território transfronteiriço e amazônico. In. TEMPO DA CIÊNCIA: Revista de ciências sociais e humanas / Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIOESTE, Campus de Toledo, v. 23. N. 46, p. 60–79, jul. / dez. 2016.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. Nas margens do Estado-nação: as falas da violência na tríplice fronteira amazônica. Revista TOMAM, Sergipe, n. 27, jul./dez. 2015.

PONTES FILHO, R. Pereira. Segurança pública e a história do Amazonas, ago. 2018. Disponível em:<<http://www.amazonasatual.com.br/forum-de-seguranca-e-violencia-na-amazonia/>>. Acesso em 16 de Dezembro de 2018.

RANGEL, Lúcia Helena. Coordenadora RELATÓRIO – Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2017. Conselho Indigenista Missionário - CIMI

RICCIO, Vicente, *et al.* A violência no Amazonas: Análise crítica segundo percepção da população e dos profissionais de segurança pública. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais Aracaju. 5 N.3 p. 99–111, Fev. 2017.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informal. 5ª ed. São Paulo da Universidade do Estado de São Paulo, 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

## **Mulheres indígenas, saberes tradicionais e formação superior na Amazônia brasileira: diálogos que produzem representação feminina em espaços de decisão e poder?**

---

Ildete Freitas Oliveira

Heloísa Helena Corrêa da Silva

### **O cenário amazônico e a teia das relações sociais que envolvem a mulher indígena: o surgimento do objeto de pesquisa e suas circunstâncias**

Muitas razões podem nos levar a nos interessar por um tema, um objeto de sondagem. Mas, o lugar de quem profissionalmente se dedica a formar outros seres humanos, para a complexa tarefa de atuar, em um tempo histórico, no mundo do trabalho; onde já acumulamos demasiado conhecimento sobre o modo como secularmente se trata a grande massa de pessoas que servem ao poder econômico em todos os períodos da história, confere-nos um status de grande responsabilidade social.

Posto isto, o lugar da docência superior em uma região de fronteira —entendida no seu sentido amplo, fronteira geopolítica, linguística, cultural, social, identitária, simbólica (González Rosas, 2018, p. 02), na Amazônia profunda (Silva, 2013) —, numa porção territorial brasileira de maior concentração de povos autóctones, e de grande efervescência cultural, é a mola propulsora para a proposição desse texto.

Esse lugar promove encontros entre a tradição cultural de diferentes povos nativos, conhecimentos e vivências que muito diferem da primícia apontada. Para este trabalho de pesquisa, pautamos-nos em apontamentos e reflexões promovidos por Harari (2018), que problematiza o seu texto; ao questionar sobre o sentido profundo dos acontecimentos, e classificando essa questão como transver-

sal, na produção do conhecimento humano e no entendimento do mundo em que construímos e habitamos. Essa teorização nos confere segurança; para seguirmos, epistemologicamente, preocupados em compreender nosso objeto de pesquisa.

As questões postuladas, até esse momento, são fruto de reflexões teóricas que viemos empreendendo, ainda, no início de uma abordagem de Doutorado —que pensa e investiga a cultura e a sociedade amazônica; sob um tema bastante específico e ainda pouco explorado: a mulher indígena, sua inserção na Universidade e as consequências do encontro entre saberes tradicionais e conhecimentos científicos, para suas vivências imediatas. Em consonância com essa qualificação, formamos pessoas em nível superior, atividade que nos traz uma responsabilidade ímpar. Mais ainda, quando algumas destas que adentram a universidade, vem de tradições culturais cujos conhecimentos se constroem de forma adversa do universo que estas buscam na academia; seriam esses diálogos possíveis?

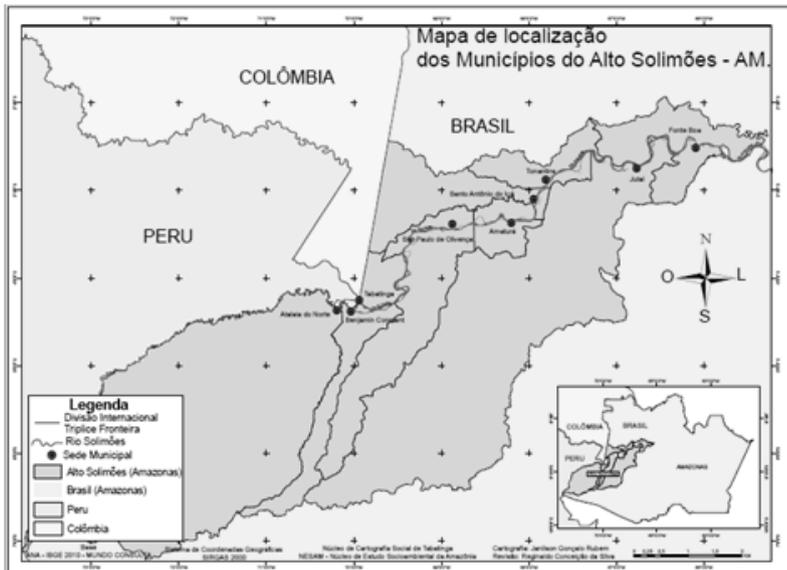
A linguagem, os métodos, as ciências, dentre alguns elementos que compõem a agenda acadêmica, corporificam-se em instrumentos; os quais estabelecem aquilo que, na sociedade não-indígena, representa poder. É um estatuto da ciência e do tipo de conhecimento que se impõe como o mais desejado, por possuir *status* hegemônico. Incluindo nesta busca, as populações tradicionais, e entre estas, os povos indígenas.

Nesse cenário complexo, do ponto de vista das relações interculturais, desponta Tabatinga, circunscrição polo da região do Alto Solimões, no Estado do Amazonas. Espaço territorial e simbólico, onde surgem nossas inquietações acerca do objeto de pesquisa aqui apresentado. De forma estratégica, esse município, faz fronteira com Santa Rosa, distrito do departamento de Loreto no Peru, e da cidade colombiana de Letícia, capital do departamento do Amazonas. E, compõe com outras oito cidades menores, a região brasileira do Alto Solimões.

Em toda essa região, há séculos, habitam diferentes povos nativos; tais quais Ticuna, Kokama, Kambeba, Kaixana, que sucumbiram ao poderio do colonizador (FERRARINI, 2013). Tabatinga se

emancipa no século XX, mais precisamente no ano de 1983. Embora, desde o século XVII, sua existência já figurasse nas observações dos viajantes (expedições que ocorriam pela região da Pan-Amazônia); como um aldeamento promovido por padres jesuítas (Ataíde, 2015). Só em um passado recente, a essa localidade é conferido o título de município; e, conseqüentemente, a condição de polo regional. Por essa razão, tem, do Estado, a entrada de agências estatais e a promoção do seu desenvolvimento econômico e social. Lógica comum adotada na estrutura das cidades brasileiras.

**Figura: 01.** Localização da região do Alto Solimões



Fonte: Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia - NESAM/UEA, 2017

Uma dessas agências de Estado, que passam a compor os serviços oferecidos por esse ente a essa população interiorana, é a Universidade do Estado do Amazonas-UEA — que passa a existir a partir do ano de 2003, nessa localidade. Esse ambiente, desde en-

tão, inicia a oferecer, para esta cidade e para toda a região do Alto Solimões, cursos presenciais em cinco licenciaturas. E, nos anos seguintes, alguns poucos cursos tecnológicos e de bacharelado. Assim, as comunidades locais passam a contar com a oportunidade de cursos superiores; e, dentre partes delas, os povos indígenas: homens e mulheres passam a entrar, anualmente, nesses cursos. Por meio da política de acesso ao Ensino Superior, alguns irão entrar, pelas cotas para indígenas; e, tantos outros, por acesso universal.

É importante destacar que essa nova realidade educacional, para os povos naturais, tem, disciplinado, na Carta Magna Federal de 1988, seu importante marco normatizado. Isso, uma vez que prerrogativas sociais são garantidas a esses povos. Entre estas, o acesso às instituições para o aprendizado voltadas para um atendimento diferenciado, específico e bilíngue (artigos 78 e 79, da LDBEN 9394/96). Esse fato histórico desencadeia, ao longo dos anos seguintes, a expansão da educação escolar nas comunidades tribais. Consequentemente, surgem novos desafios para essas contingências, que passam a reivindicar a continuidade dos estudos; após a conclusão da Educação Básica. Sendo assim, a precipuidade de adentrar na Escola Superior, para os povos nativos, vai sendo impulsionada pelas garantias legais que a Constituição cidadã determinaria em relação à educação desses grupos sociais.

Esse caminho educacional está associado a um projeto que busque articular a escola e a comunidade; sendo capaz de fomentar a luta por emprego, sem perder de vista o todo coletivo. Isso justifica o reconhecimento de territórios tradicionais e a ocupação destes, pelos indígenas. Se a partir da legislação vigente, a proposta é um movimento entre entidade de ensino e comunidade, com vistas ao progresso social; o que pensar sobre a ímpar posterior Universidade?

É indelével a imprescindibilidade de uma extensão de formação superior; a qual dialogue com a cultura e saberes daqueles que a buscam, para sua emancipação social. E quanto à mulher indígena? Como todas essas transformações incidem sobre sua vida? E, respectivamente à sua interação com a sociedade envolvente e suas comunidades?

Dessa maneira, trazemos reflexões sobre o lugar que essa personagem ocupa socialmente e hodiernamente — a partir de uma perspectiva que considere a Academia como espaço de ampliação e aquisição de novos conhecimentos e a relação destes com os saberes tradicionais, advindos das diferentes culturas indígenas, que adentram esse *locus*. Há consequências desse encontro para a participação política dessas estudantes em seus ambientes imediatos; bem como em locais constituídos pela carência de interlocução com instâncias de poder que estão em lugares outros—iniciando na própria comunidade nativa. Entende-se que a obtenção do conhecimento do mundo não indígena viabiliza suas demandas num campo de interesses e universos simbólicos distintos; policulturalmente, pois.

A condição feminina, em todo o mundo, é pauta urgente para toda aglomeração humana; visualizadora da equidade social de seus membros. Alijada de direitos que são inerentes à condição humana, a figura feminina — em diferentes conglomerados, grupos sociais e étnicos— segue produzindo riquezas, saberes; e —em uma enormidade de situações, — mantendo vivas culturas inteiras em toda parte. Vandana Shiva, em seu texto, “Tempestade em copo vazio”, problematiza essa questão, ao trazer a condição feminal em relação à guerra que o mundo enfrenta em torno da água. Destacando a vulnerabilidade destas no enfrentamento à mercantilização desta substância; e, o seu papel definidor na produção de alimentos em diferentes partes do planeta. Shiva pontua, concomitantemente, que, a igualdade de acesso das mulheres à água e à terra poderia debelar a pobreza e a fome em todo o mundo.

Para a construção desse texto, realizamos encaminhamentos-teóricos- metodológicos; por meio da averiguação bibliográfica— entendida no seu sentido pleno—, passando pela pré-análise e análise das obras e coleta de informes.

### **Feminino indígena no contexto da Amazônia brasileira, gênero, organização social tradicional e espaço de decisão política**

O papel feminino e sua influência nos grupos naturais revelam algumas singularidades importantes. Estas imagens perfazem

diferenças significativas ante à sociedade nacional; incluindo a questão de gênero (nas suas interfaces com trabalho, poder e participação política). A categoria gênero é entendida como a atribuição de um papel social ao homem e à mulher (GUIMARÃES, 2010, p.18). Embora, para Spivak (2010, p.66), “*a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. (...) o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade*”. Sem embargo: se a definição parece dar a entender que o conceito situa os papéis sociais de machos e fêmeas; a discussão proposta por Spivak é que, ainda sim, o lugar de subalternidade ocupado por elas expressa um maior silenciamento. Logo, nessa construção ideológica, prevalece o domínio masculino.

Toda essa discussão introduz e situa, de forma bastante compreensível, a compreensão temática quanto a gênero, generalizadamente. Contudo, quando nos referimos à complexa maneira de estruturação cultural de gênero entre os povos tribais (nos quais, ainda, há poucos estudos no tocante ao universo feminino); entendemos o necessário esforço de percepção dessa complexa realidade. Visto que a distribuição do poder e a atribuição do papel masculino e feminino variam —segundo as regras de cada povo indígena. Para tanto, é precípuo mais estudos; no tocante a haver fontes de informação sobre a abordagem; bem assim, uma reflexão sobre a situação da indígena— especificamente, na Amazônia.

Em acréscimo a essa pequena perscrutação sobre a questão de gênero (Grubitsset al, 2005): este termo engloba as relações de poder, conhecimentos e práticas sociais, inclusive. Sendo, portanto, “*uma construção social, um sistema de significados que se organiza nas interações e que governa o acesso ao poder e seus recursos. A cultura constrói e distingue o feminino e o masculino*” (Grubitsset al, 2005, p.7). Esse breve apontamento acerca de gênero está posto; para evidenciar o enfoque —pelo qual, optamos nessa tessitura.

Acerca da condição de grupos sociais, como o feminino — e, especificamente, das indígenas—; temos, em Boaventura de Souza Santos (2008): ao ser tratado o paradigma emergente, subsidia essa discussão, com sua superadora proposta, advertindo-nos da essen-

cialidade de se trazer para a claridade a “sociologia das ausências”. Estas se tornam marginais nas tradições. Essa ferramenta conceitual permite-nos pensar sobre o lugar feminal ao longo da história. E, assim, encontramos a este, em sua maioria, com patamar esmagador, silenciado.

Na esteira dessas ponderações, tratando da contemporaneidade e do futuro imediato das sociedades humanas, Harari (2018) oferta-nos mais elementos para refletirmos acerca do papel feminino indígena; quando nos alerta para a condição social promovida pela era da fusão de tecnologia da informação e da biotecnologia— que gera não apenas a exploração das pessoas; mas também a sua irrelevância. Condição econômica e social atual é que pressupõe ainda mais: o apagamento do lugar e da importância feminina indígena. Isso; pois, compõe um grupo social nominado de minoritário; o que, desde o período colonial brasileiro, é representado e traduzido de forma simplista, como um ser hiperssexualizado (Julio, 2015) e reduzido, tão somente, à esfera doméstica.

Deste ângulo, como sendo incapaz de figurar no âmbito público —e, conseqüentemente, contribuir para a transformação social. Sem embargo disto, vivemos um tempo, quando a consciência, em torno do direito à diversidade, traz, à cena social, o posicionamento de mulheres, em seus diferentes grupos étnicos e sociais. Isso, com destaque para as indígenas —as que, em busca de educação formal, constroem uma frente feminina dentro do movimento indígena nacional. De fato, com entrada ainda pequena na entidade de ensino seguinte; a despeito do que já projeta um quadro novo, quanto ao seu *status* político e social. Nesse sentido, carece esse mister de investigações que apresentem à sociedade essa nova condição histórica vivenciada por cidadãs indígenas.

A mulher tribal — conforme a cultura do povo a que pertence— produz diferentes formas de influência em seu grupo social: nos aspectos econômicos, sociais, e nas questões do trabalho; provocam mudanças na vida cotidiana dessas. Modernamente, as índias experimentam processos de crescente politização e participação no âmbito público. A oferta de educação superior pública tem se mos-

trado como um caminho importante; condizente com a escalada na participação de diferentes grupos sociais na educação brasileira; e, entre outros espaços que demandem conhecimentos específicos e articulação política.

Para as representantes indígenas da Amazônia Brasileira, a sua organização, para a entrada na cena social, surge, a partir da década de 1990— quando, estas começam a criar suas próprias organizações ou departamentos feminais, dentro de órgãos respectivos já estabelecidos. Paralelamente a este trajeto da criação das associações de mulheres, encontros nacionais e internacionais são realizados; a partir da articulação de diferentes etnias. Entre as suas buscas: a reivindicação por direitos próprios à sua condição feminina; o fortalecimento de lutas seculares dos seus povos, assim como as seguridades à terra, à educação, à saúde. Buscas estas que as colocam em negociação com diferentes sujeitos, e em contextos Interétnicos (Relatório do I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, 2003).

Recorda Lavrin (1985): dinâmicas organizativas político-sociais das mulheres indígenas já estavam em andamento na América Latina, em décadas anteriores — ainda que estas estivessem invisibilizadas. Nesse aspecto, corrobora com o dado histórico apresentado pela autora, a ideia de Harari (2018): o comportamento de indivíduos representa, de algum modo, o comportamento de sociedades inteiras. E, que, nesse caso específico da invisibilidade das lutas e movimentos femininos, a imposição do gênero masculino como superior é um determinante histórico; consonante é reconhecido em alguns contextos antropocêntricos.

Dentre as nuances do movimento dos índios no Brasil; faz-se relevante pontuar: as organizações femininas tem um importante papel. E, é na Amazônia Brasileira que está a maior parte dessas instituições. Historicamente, é a partir da década de 1980, do século XX, que se iniciam esses grupos feminis, em busca de direito e legal participação proativa reconhecida no contexto. Destacam-se dois, os pioneiros: a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro e a Associação das Mulheres Indígenas de Taracuí. As outras enti-

dades terão seu nascedouro, então, na década seguinte, a partir de 1990 (Relatório do I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, 2002).

Dentre as características que evidenciam as indígenas, para uma atuação protagonista em suas entidades; está a experiência fora das suas comunidades. Expressa isso, como o fenômeno referente aos estudos que realizam— habilitando-as, sob égide federal oficialmente, a serem falantes de uma ou mais línguas; além da língua materna e a compreensão que possuem da sociedade nacional. Isto metamorfoseia o prisma jurídico de índio. Este instrumento de aptidão é fator determinante de auxílio; para que seus povos se mobilizem em busca de direitos sociais (SACCHI, 2003). Como se pode perceber, as premissas pontuadas por Sacchi corroboram com a importância do entendimento dos estudos superiores na vida destas brasileiras, e seus significados; aparamentando-as para sua autonomização política e social.

No movimento feminino indígena, apesar dos ganhos desse segmento desde a criação dos primeiros grupos; faz-se necessário e importante destacar também: as restrições que esse desbravamento enfrenta no ato de se organizar — limitações na participação de processos de decisão, que resultam da resistência das próprias comunidades, de lideranças masculinas, do Estado e (claro) da sociedade não indígena. Isso, sem contar com desafios respectivos a aspectos, tais quais recursos, capacitação. A oportunidade de estudar, de adentrar o mundo acadêmico, é uma ferramenta singular nesse processo. Já existem óbices estruturais nessa busca.

Como é possível perceber, o percurso indígena brasileiro tem, na organização de suas mulheres, um importante braço. Este, por sua vez, vem compreendendo a premência da estruturação desse arcabouço; no caminho da busca de sanar suas mazelas; e, conseqüentemente, as impeditivas de seu protagonismo no movimento maior. Como já exposto, o diálogo com diferentes segmentos da sociedade se evidencia, como condição básica; para que a progressão desse processo aconteça. E, buscar por educação, adentrar a Instituição de Ensino Superior, tem sido um caminho percorrido por pioneiras indígenas, para esse trabalho.

Essa reflexão, acerca da importância da entrada de indígenas no órgão de Educação subsequente, encontra em Ibarra e Souza (2016, p. 112), ressonância: quando estas afirmam que “*a formação acadêmica e a trajetória profissional nos moldes ocidentais constituem diferenciais para legitimar a sua inserção na esfera pública (...)*”. Essa oportunidade— ainda, segundo as autoras — qualificam-nas para o lugar de chefia em organizações privadas ou públicas; transmutando o prisma normatizado supracitado. Isso deriva, uma vez que possuir formação superior tem sido exigência dos Estados nacionais aos povos naturais, no tempo em que vivemos.

Assim, as doutrinadoras lembram: avanços ocorreram em relação ao papel feminino avaliado. Reiteram o patriarcado e a colonialidade, como traços que permanecem presentes e marcantes na estrutura dos Estados nacionais; bem como dos povos indígenas e da sociedade como um todo. Avançar no sentido de transformar esse modelo precisa ser um desafio, não apenas das desafiantes indígenas, mas igualmente do movimento etnopolítico indígena. E, isso não é uma tarefa pequena.

### **Saberes tradicionais e sua importância científico-cultural na formação de mulheres indígenas**

Sendo um conjunto de informações, maneiras próprias de saber, fazer e criar; os saberes tradicionais são transmitidos de forma oral entre as pessoas que compõem um determinado grupo social. Essas relações transcendem gerações, constituindo parte da cultura, práticas e costumes desses conjuntos humanos. E, estão fortemente ligados ao meio ambiente e a biodiversidade. A existência desses saberes, ou conhecimentos consuetudinários, ocorre; sem que se use de recursos metodológicos definidos pela ciência, pela legislação vigente, onde as tribos têm domicílio. Em lugar disso, este item não os impede de se estabelecerem, mantendo-se de forma segura e estruturada; podendo, assim, fazerem-se identificar à identidade das comunidades que os adquirem, por meio de processos de autodeterminação (CARVALHO e LÉLIS, 2014). E, qual o lugar dos saberes tradicionais? Sua importância científico-cultural vem sen-

do valorada e validada no meio acadêmico (CARVALHO e LÉLIS, 2014). Contudo, de que maneira esses saberes iluminam as ações das nativas; quando estas acessam conhecimentos de cunho científico?

Em consonância com as reflexões e apontamentos de Almeida (2010, p. 15): “*os conhecimentos tradicionais que eram pensados como ‘expressão cultural’ estão se tornando uma categoria do direito e um instrumento político de defesa dos territórios indígenas (...)*”. Se, por sua vez, campos das Ciências encaram tais desdobramentos apenas como matéria prima para a elaboração científica por eles proposta; outros domínios do conhecimento têm evidenciado este saber como manutenção da vida para povos tradicionais. Assim sendo, a relevância desse saber, para a formação científico-cultural feminino indígena, reside na condição de sua existência e na existência do seu povo.

À luz expendida por Manuela Carneiro da Cunha (2007): existem profundas diferenças entre o conhecimento científico e os tradicionais saberes tribais. E, isso, não é algo que torne o primeiro ou o segundo bloco menor. São complementares. Enquanto o conhecimento científico se afirma e se define como verdade absoluta — até que um novo paradigma venha a destituí-lo dessa condição—; os saberes tradicionais aceitam que, neles, acredite-se ou não — pois se crê, no local. Exemplifica a escritora: “*Pode ser que, na sua terra, as pedras não tenham vida. Aqui elas crescem e estão, portanto, vivas*” (p. 78).

A despeito disso e ainda assim, para o campo do conhecimento humano (que coloniza os saberes e que é retido, doravante por longos períodos da história da humanidade; vem produzindo informações e conceitos hegemônicos); os saberes tradicionais são encarados como excêntricos. Isso é aclarado, uma vez que, para essa visão, sendo estes saberes gestados no seio da sociedade que produz o pensamento científico ocidental, são apenas a base para esse pensamento (DOMINGUES, 2016).

Portanto, são as mulheres— nas diversas e complementares fatias da policultura indígena e não indígena — as guardiãs dos conhecimentos ancestrais: do artesanato que resiste e expressa, im-

primindo, registrando a identidade dos seus povoamentos; do uso das ervas, plantas da floresta e dos diferentes biomas do Brasil. Destarte, guardiãs dos saberes de tradição para as suas tribos. Estas possuem a capacidade de estabelecer profundas correlações, entre esses conhecimentos ancestrais e os novos conhecimentos adquiridos, a partir dos referenciais das Ciências.

### **Alguns apontamentos não finais...**

Na cosmologia dos povos indígenas, à mulher é atribuída a responsabilidade por cuidar e educar as crianças, sendo ainda a ela aliada a condição de guardiã da cultura e dos conhecimentos tradicionais do seu povo. A estas funções costumeiras que perpassam diferentes grupos indígenas brasileiros, desponta, na contemporaneidade, a busca dessas responsáveis por educação formal. Os limites das comunidades são ultrapassados pelo desejo de se inserirem também no Ensino Superior; dando continuidade à Educação Básica.

Dentre as diferentes formas de conhecimento, residem os saberes normais indígenas; que consistem num conjunto de informes desenvolvidos por meio da memória coletiva de um grupo e transmitidas oralmente. As relações sociais oriundas da busca pelas diferentes formas de conhecer, ou produzir conhecimentos, são atravessadas, por relações de poder — na verdade, os indivíduos todos são atravessados pelo poder. Então, não faz sentido restringir a análise do poder a grupos poderosos ou instituições do Estado: todos os indivíduos experimentam poder.

Na proposição da temática desse estudo, acreditamos que as informações acerca da constituição política e social de indígenas femininas, a partir da sua inserção no meio acadêmico, são elementos propulsores importantes para a criação de políticas públicas que contemplem a questão delas. E, possa colaborar para a saída da subalternidade histórica a que esses grupos vêm sendo submetidos. Juntamente ao feminino de toda a sociedade; estas possam experimentar mais respeito às suas necessidades étnico-sociais.

Posto isto, por meio desse processo, fomentando-se, assim, ações para melhores condições de saúde, educação e trabalho,

dessas, em suas comunidades; ou em outros espaços que se façam necessários. Ações inclusivas, que sejam capazes de melhorar a educação, o trabalho e a renda das indígenas. Desenvolvendo atividades que superem a feminização da pobreza; e, mormente, diminuam as desvantagens em que se encontram as representantes. Desvantagens causadas pela discriminação étnica e pelas desigualdades de gênero e de classe social.

## **Referências**

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Fábila R. C. de; LÉLIS, Acácia G. Santos. Conhecimento tradicional: saberes que transcendem o conhecimento científico. In: CAMPELLO, Lívia G. B. et al. Direito ambiental III. João Pessoa/ Paraíba. Conpedi, 2014.

CUNHA, M. Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. In: Revista USP, São Paulo, n.75, p.76-84, setembro/novembro, 2007.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. A história das ciências e os saberes na Amazônia: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro; São Luís: Casa 8, 2016.

FERRARINI, Sebastião Antonio. Encontro de civilizações - Alto Solimões e as origens de Tabatinga. Manaus: Editora Valer, 2013.

GONZÁLEZ ROSAS, Arturo Manuel. Sobre las formas Tikuna de habitar la región transfronteriza em esta parte de la Amazonia. In: Cátedra IMANI- Encuentros entre la Amazonia, América y Europa: fronteras sin muros ni hegemonias. Universidad Nacional de Colombia-UNAL, sede Amazonia, 2018.

GRUBITS, Sônia. & cols. Mulheres indígenas: poder e tradição. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 3, p. 363-372, set./dez. 2005.

GUIMARÃES, Maria da Glória. Vida familiar e profissional: desafio e perspectivas. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.

HARARI, Yuval Noah. 21 lições para o século 21. Tradução pulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IBARRA, E. Del S. R.; SOUZA, L. V. de S..Mulheres Ticuna: gênero e política na Amazônia. *Amazônia, Rev. Antropologia*. (Online) 8 (1): 90 - 117, 2016.

JULIO, Suelen Siqueira. Damiana da Cunha: uma índia entre a “sombra da cruz” e os caiapós do sertão (Goiás, c.1780-1831). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

LAVRIN, As. 1985:384. Las mujeres latinoamericanas: perspectivas históricas. México: Fondo de Cultura Económica.

Relatório do I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. 2002. Manaus: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

Relatório do II Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. 2003. Manaus: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 7, vol. 14 (1 e 2), 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

SHIVA, Vandana. *Tempestade em copo vazio*. Instituto Humanitas Unisinos– IHU, 2012.

SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfozes da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

## **Abordagem e valorização dos saberes tradicionais nas práticas educativas indígenas Ticuna da comunidade de Umariacú I no Município de Tabatinga-AM**

*Junior Peres de Araujo*

### **Introdução**

Este trabalho trata da abordagem e valorização atribuída aos saberes usuais, na escola indígena Ticuna na comunidade de Umariacú I em Tabatinga, tendo em vista a forte influência exterior à cultura no modo de vida convencional deste povo, o que tem causado um enfraquecimento acerca dos conhecimentos e costumes da sua vida costumeira, validados pela sua cultura.

A localidade indígena de Umariacú I, no território de Tabatinga-AM, pertence à etnia Ticuna — o mais populoso grupo indígena do Brasil, segundo o IBGE. A posição de Umariacú I está situada à margem direita do Rio Solimões, vizinha a Umariacú II — também, da etnia Ticuna, e pertencente ao setor de Tabatinga. Juntas, somam 7.219 habitantes (ISA, 2017), com uma área de 4.855 ha, homologada em 14 de dezembro de 1998.

A despeito da forte intervenção externa, a instituição educacional referente tem se empenhado em desenvolver um currículo diferenciado e específico, cuja contribuição seja com a transmissão dos conhecimentos costumeiros às novas gerações. Diante disso, verificamos o espaço que os saberes dos Ticuna ocupam dentro do currículo, e, concomitantemente, buscamos caracterizar as práticas educativas que estão sendo desenvolvidas na escola indígena.

O trabalho de campo foi realizado com base em observações dos desempenhos em sala de aula de uma entidade da rede municipal de ensino, e, sob o aporte da entrevista semiestruturada, com uma amostra de 01 gestor e 02 professores: o diretor, 01 educador e 01 educadora. São identificados com nomes fictícios, de modo a preservar suas identidades.

A pesquisa mostra a relevância dos conteúdos usuais Ticuna, para o fortalecimento e revitalização de aspectos da respectiva cultura, bem assim, a valorização atribuída, pela comunidade educativa, aos saberes desta população.

### **Currículo para as escolas indígenas**

Os saberes tradicionais indígenas constituem-se no conjunto de conhecimentos construídos ao longo dos tempos, e, perpassados adiante às novas parcelas deste povo — o qual repertório inclui, entre outros, explicações históricas de formação de um território, os entendimentos sobre a natureza, os rituais e festas que acrescentam na definição da identidade de uma aglomeração humana. Tais significações não caem no esquecimento, quando lhes são atribuídos uma valorização e o seu fortalecimento é estimulado. A entidade de aprendizagem formal — no seu papel de preservar, disseminar e perpetuar este arcabouço — torna-se uma alternativa viável. Tal proposta não seria impossível, uma vez que, contemporaneamente, é assegurada, pela constituição de 1988, como Direitos Fundamentais aos povos indígenas, a estruturação de formas próprias de aprendizagem (BRASIL, 1998).

Em seguimento à Legislação pátria, disciplinado está na LDB que é dever, neste sentido, *“proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências”* (BRASIL, 1996, p. 42).

Para tanto, é de suma imprescindibilidade a participação de representações de grupos nativos na construção deste currículo específico e diferenciado, pois não há quem entenda melhor os aspectos culturais de uma sociedade desta natureza que um próprio integrante dela. Um documento, pois, que seja formatado, democraticamente, com a participação de diferentes representações de um determinado conjunto de cidadãos brasileiros naturais — de modo que, assim, não prevaleçam (apenas) os interesses de uma minoria étnica.

Este organismo determinado e particular, portanto, deve ter algumas características:

Deve levar em conta aspectos que caracterizam a especificidade do planejamento das escolas indígenas, tais como: adequação do calendário escolar aos ciclos produtivos da comunidade, eliminação de sistemas de avaliação e reprovação tradicionais e a utilização de métodos que respeitem a individualidade de cada educando no tocante ao ritmo e ao nível de aprender (RAMOS, 2007, p. 109).

Neste mister, as educacionais instituições relativas assumem um papel especificado, por meio do seu produto documental, pois se empenhará em transmitir os habituais conhecimentos indígenas e os não indígenas. Gomes e Gomes (2013, p. 180) entendem que, por meio destes dois universos de conhecimento, os sujeitos, público desta aprendizagem, podem adquirir subsídios, na expressiva intenção de transmitir sua cultura e seus valores. Desta forma, este ambiente, também, será um espaço, cujos conhecimentos se unirão, na direção de garantia harmoniosa entre os diferentes grupos (Carvalho e Lopes, 2010, p. 42).

### **Caracterização da prática educativa na escola indígena Ticuna**

A estrutura deste ente é similar ao modelo das escolas não indígenas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação do âmbito de Tabatinga. Posto isto, ainda assim, estão em processo de melhorias e adaptações. As salas de aula não são climatizadas, não existe biblioteca, quadra poliesportiva para a prática de Educação Física — tão somente um pequeno trajeto de grama na área interna da escola, onde são realizadas as atividades esportivas.

Este órgão conta com um currículo particularizado, sob cuja égide, aborda, em paralelo, os componentes curriculares, os saberes da tradição. Contudo, o planejamento das atividades apresentava fragilidades, quanto ao seu processo de elaborativo. Segundo o docente Leônidas, entrevistado, neste levantamento:

Cada um planeja suas atividades sozinho, e, é a cada dois meses. E, durante os dias de planejamento, os alunos são liberados pra casa, e, nós, professores, podemos escolher planejar, organizar nossas atividades na própria escola ou em casa (se nós quisermos). E, não

tem acompanhamento do nosso diretor, do apoio pedagógico ou do pessoal da Coordenação de Educação Indígena Superior, vinculado à Secretaria Municipal de Educação (entrevista, 2018).

Em conformidade com a consideração de Libâneo (1992, p. 222) o planejamento não está limitado, exclusivamente, ao preenchimento de formulários. Em lugar disto, é uma atividade consciente, a que pretende prever ações docentes — tendo, como referência, a problemática social, política e cultural, na qual, a escola está inserida. E, deve envolver toda esta entidade, professores, alunos, pais e comunidade. É necessário, similarmemente, um acompanhamento e avaliação da execução das atividades planejadas. Isto, de modo que este pode ser repensado, caso não apresente resultados positivos. Kuenzer apud Nicolau (2015, p. 13) arremata: o *“planejamento é uma ação que exige contínuas reflexões em relação às atividades desenvolvidas”*.

Vale destacar: durante o período de averiguação nesta instituição, não constamos, nenhuma vez, a presença de representante de coordenações superiores vinculada à Secretaria Municipal de Educação, para a participação, em acompanhamento ou assessoramento, ao corpo profissional responsável na confecção do planejamento escolar, ou em qualquer outra atividade da escola.

Durantes as observações em sala de aula, foi possível perceber a metodologia que o professor adotava. Iniciando, escrevia os conteúdos no quadro. Depois de todos os alunos copiarem em seus cadernos, então, explicava. Tais explicações aconteciam na Língua Indígena, porém eram traduzidas e enfatizadas, por meio de palavras-chave, para o Português — como o tema dos assuntos, por exemplo. As leituras destes escritos no quadro eram realizadas em grupo e representavam uma prática diária. O docente explicava o conteúdo e envolvia os discentes, pedindo-lhes que fizessem desenhos na lousa — associando assuntos não indígenas com os conhecimentos locais, cumprindo uma exigência da Proposta Curricular, em que, paralelamente aos conteúdos não indígenas devem ser trabalhados os conhecimentos costumeiros dos educandos.

O instrutor adota esta metodologia, dado considerar ser importante e mais eficiente para o aprendizado da classe, e, faz a seguinte afirmação:

Gosto de trabalhar com meus alunos assim, pois gosto de conversar com eles, de fazer eles falarem mais, né? Porque são muito tímidos. E, pra fazer falarem em Português também, porque é Língua Portuguesa que tem mais dificuldade pra trabalhar. É só aqui na escola que falam Português: em casa, não praticam, falam só Língua Indígena (LEÔNIDAS, entrevista, 2018).

Quaresma e Ferreira (2013, p. 243) consideram que ambas as línguas devem ser praticadas em igual proporção. Destarte, este processo resulta, configurando, assim, num ensino bilíngüe, à medida de qual fator, o escolar indígena desenvolve competência linguística — nos dois idiomas, ou, mais, com os quais convive. O domínio da Língua Portuguesa e de outras, também é uma ferramenta crucial para o estabelecimento de comunicação policulturalmente.

No âmbito estudantil, também não há recursos didáticos à disposição dos ensinadores, não lhes promovendo o auxílio, nas atividades em classe. Seguramente, um representante destes manifesta sua indignação, ante este impasse:

Na escola, não tem material, pra trabalhar com os alunos! Se quiser material, tem que comprar com meu próprio dinheiro, né? Não tem biblioteca e nem livros, pros alunos. E, a falta de materiais não deixa a gente fazer um bom trabalho. Mas, a gente tenta fazer bom trabalho, assim mesmo!... Então, eu utilizo, na minha sala de aula, pincel de quadro branco, meus livros de casa e minha criatividade (LEÔNIDAS, entrevista, 2018).

Não desconhecemos a importância dos instrumentos didáticos, como recurso de auxílio na assimilação dos conteúdos pelos estudantes. Isto, mormente, em se tratando de uma educação singularizada, a qual, também, requer materiais específicos. Sem prejuízo deste trabalho — e, mesmo com a falta de materiais didáticos —, ainda é possível desenvolver boas atividades, apropriando-se do ambiente que cerca estes indivíduos. O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas percebe que se deve valorar a riqueza biológica da área indígena, valorizar o meio em que vive esta nação, destacando a biodiversidade existente e reconhecendo os materiais existentes na natureza (BRASIL, 1998, p. 96).

Apesar da escassez de itens didático-pedagógicos, o educador expressa sua imaginação e, explica as disciplinas, utilizando

seus discentes, inclusive — no interesse de instruí-los neste processo. Isso é verificável, como no ensino de Matemática, sobre medidas: ilustrando, o professor solicita, de algum discípulo, que este trace no quadro qualquer desenho que quiser, o aluno, então, expõe as figuras de uma árvore e um animal (ambos, partes da natureza local). Tratava-se, pois, de uma cena: um cervídeo comendo frutas, às sombras de um buritizeiro. E, utilizando a imagem projetada pelo escolar, o funcionário explica medidas, tais quais: o tamanho do espécime vegetal, o diâmetro do caule e o tamanho do unglado. Outro aprendiz ainda rascunha um naëmu (remo). E, o servidor, com seu apto e vasto conhecimento, habilmente, mostra o tamanho do remo correspondentemente ao caule de uma árvore — explicando medidas, comprimento e diâmetro.

Este docente busca, sempre, abordar, em suas aulas, exemplos práticos do cotidiano da turma, não importa o componente curricular exclusivamente — cooperam, valorados, os conhecimentos prévios do corpo discente. Carvalho e Lopes enunciam:

A relação com o saber envolve o sujeito e tudo que existe ao seu redor: desde as atividades mais simples e corriqueiras aos objetos dos quais o sujeito tem contato, inclusive consigo mesmo [...] O saber, por sua vez, constitui-se através de um conjunto de relações, tanto pessoais quanto interpessoais, a partir das quais o sujeito possa aprender, possa internalizá-las em forma de saber. Para que esse saber aconteça é necessário que o sujeito atribua significado a ele (2010, p. 44).

O ministrador enfatiza o nome do instrumento, nas duas ramificações linguísticas, Português e Ticuna (naëmu/remo), inclusive. Trabalha em formato contextualizado, e interdisciplinar. O ensino da Língua Ticuna ocorre concomitantemente ao de Língua Portuguesa: a conjugação dos verbos é ensinada em Ticuna, e, com tradução em Português. Notável é a fluência precípua do lente nos dois idiomas — o que facilita bastante a ministração nas duas vertentes. Marcadamente, corrobora, graças a sua vasta experiência.

Observamos, neste mesmo íterim, o repasse de Artes, bastante ligado à cultura local, ao artesanato, à natureza. Os esboços contidos nas peças artesanais têm, basilaramente, características pre-

sentes na natureza. Tem-se a textura da casca do abacaxi. Desenhos na pele da cobra jiboia. Ambos, bastante comuns no artesanato. O ensino de Artes surge, diametralmente, ao ensino das formas geométricas, proporcionando serem explicados em ilustrações de animais, plantas e outros. Segundo o ministrante desta disciplina, as formas geométricas estão na natureza: basta observarmos com atenção e encontraremos variadas demonstrações.

Na disciplina de Educação Física, as práticas esportivas são associadas ao ensino da Matemática e do Português. Exemplifica: o tamanho da corda de pular em metros e espessura. À semelhança de procedimento na tradução da Língua Ticuna para a Língua Portuguesa, sobre os materiais didáticos utilizados nas aulas, isto é elaborado.

### **A valorização atribuída pela comunidade educativa aos Saberes Tradicionais**

Compreender a importância dos saberes e de outros elementos culturais da tradição indígena para o seu fortalecimento, por meio das práticas educativas, é um processo, que tem, por protagonista, a própria comunidade educativa — cujo repertório será valorizado. É evidente que a escola necessita reconhecer a suma relevância dos aspectos da cultura local, bem como engajar-se na busca pela mediação pedagógica destes, em associação aos normatizados e comunicados pela cultura pátria, policulturalmente. Isto, com a finalidade de valorar, nos educandos, o reconhecimento de sua cultura e afirmação identitária. É por meio desta educação que os saberes milenares são transmitidos, e, têm fundamental importância para preservar a cultura e a identidade étnica (Carvalho e Lopes, 2010, p. 43).

Tanto o gestor quanto os professores que participaram desta sondagem reconhecem e consideram primordial a abordagem dos saberes costumeiros nativos nas práticas em rotina escolar. Segundo afirma a professora Isabel entrevistada na pesquisa:

É importante que professores falem da nossa cultura na sala de aula para que os alunos aprendam mais sobre cultura do povo Ticuna, porque nós já perdemos muito da nossa cultura e ainda estamos perdendo, né? Muita gente daqui da comu-

nidade vai morar na cidade, e, quando volta, não quer mais ser Ticuna. Então, temos que ensinar muito os alunos sobre nossa cultura Ticuna, para que os alunos não tenham vergonha de ser Ticuna (entrevista, 2018).

Gomes e Gomes (2013, p. 187) enfatizam que desde muito antes o descaso das sociedades não indígenas com a cultura indígena e o desrespeito com as diferenças étnicas, têm sido as causas de muitos indígenas negarem suas origens e identidades fato impactante.

A comunidade de Umariacú I é bem próxima à zona urbana, em patamar tal que é fácil a entrada e saída dela: o local resulta sofrendo, desta forma, fortes influências exteriores à comunidade. É possível perceber elementos culturais influenciadores à cultura Ticuna, nas estruturas das casas, no modo de vestir, nos hábitos, no *modus vivendi*. Metamorfoseia a população a ponto de não ser, de fato, avaliada mais, por muitos, como uma comunidade tão tradicional — diferentemente de outras mais isoladas. É, neste sentido, que muitos integrantes desta sociedade não reconhecem mais certos costumes, os que, antes, eram visíveis no cotidiano dos moradores e caracterizavam o povo Ticuna.

Contudo, há o empenho da instituição e dos educadores, no resgate de saberes e costumes correntes — quase esquecidos pelo povo, recentemente —, para seu fortalecimento por meio das práticas educativas. “*Nesse sentido, percebemos a necessidade que os povos indígenas têm de conquistar uma escola voltada para suas especificidades, capaz de satisfazer seus anseios, que seja comunitária e intercultural*” (CARVALHO & LOPES, 2010, p. 43-44).

Para tanto, é necessário que ensinadores, atuantes na mediação dos saberes usuais respectivos, sejam preparados para esta tarefa. No pensar do gestor entrevistado, os profissionais são preparados:

Os professores daqui da escola conhecem bem a nossa cultura. Muito da nossa cultura ainda está vivo na memória dos nossos professores, e, nós precisamos passar isso para os alunos, né?... Antes que tudo se esqueça com o tempo. E, os professores trabalham conhecimentos e costumes do povo Ticuna na sala de aula. Nós temos bons professores aqui na

escola e na comunidade, preparados para dar aula, mas precisamos de mais qualificação, né?... Porque a maioria ainda não tem especialização ... Mas, é difícil sair da comunidade pra estudar fora, porque temos nosso trabalho aqui (JOÃO, entrevista, 2018).

É necessário que os docentes ministrantes nesta educação escolar sejam, igualmente, indígenas. Quem melhor conhece os elementos de uma cultura se não um próprio integrante dela? Gilberto (2009) concorda que a formação deste lente apresenta algo em particular e diferente das demais — serem conhecedores da própria cultura. Acresce: *“ser professor indígena significa estar em constante formação e refletir sobre os processos, de modo a aprimorar a prática docente”*.

O currículo desta entidade precisa ser específico e em conformidade com o contexto em que está inserido. Consonante aos participantes desta sondagem, todos concordavam em que o mesmo estava sendo trabalhado na instituição, de acordo com a realidade da comunidade — pois ele apresenta componentes paralelos aos aspectos da cultura indígena Ticuna. Denota-se isto, em um importante elemento dele que deixa espaço para que os funcionários da educação trabalhem qualquer tema da cultura local. Podemos observar, a seguir, alguns moldes abordados em sala pela professora Isabel:

Eu gosto muito de trabalhar sobre a cultura indígena na minha sala de aula. É a minha disciplina favorita! Gosto de abordar, por exemplo, sobre a festa da moça nova, arte indígena, histórias e lendas, sobre animais e sobre a natureza. E, também, sobre medicina tradicionais ... Porque são assuntos que conheço muito bem, e, que os alunos se interessam, porque também gostam muito ... (entrevista, 2018).

Kanaty et al. (2009) explica: com este tipo de metodologia, o local de ensino assume um papel importante, e, funciona como centro de fortalecimento da identidade e da cultura, dos valores da cidadania e dos direitos coletivos. Neste sentido — tanto o lugar, quanto os servidores — devem estar empenhados em tornar visíveis as práticas, os saberes locais. Este processo, sem deixar de lado os conhecimentos não indígenas — tendo em vista que estes

se complementam, correlacionando-se as culturas, e, asseguram melhor compreensão do seu universo e do universo antes desconhecido pelo aprendiz.

Durante as observações em classe, foi possível perceber a facilidade com que quem ministrante mediava, pedagogicamente, os temas locais, sendo utilizada, tão somente, sua criatividade e habilidade de desenhar como recurso didático. Por conseguinte, de fato, era notório perceber o interesse da sua plateia, por estes temas específicos.

Na minha sala de aula, os alunos participam mais na disciplina de Língua Ticuna, porque entendem bem. E, também, em Artes, porque gostam muito de desenhar. Então, eu aproveito e falo sobre vários temas na disciplina de Artes, com desenhos que faço no quadro, e, que peço pra eles fazerem no caderno ... (ISABEL, entrevista, 2018).

É interessante a perspicácia criativa do professor e a habilidade de abordar, multidisciplinarmente, os temas tradicionais — pois realizar este tipo de mediação bilíngue não é nada fácil. Costa (2016, p. 49) retrata ser um grande desafio abordar transversal e interdisciplinarmente os conteúdos, e, ainda, conseguindo aproximar os conhecimentos técnicos dos conhecimentos tradicionais. Neste sentido, reconhecemos os valiosos saberes da cultura que os estudiosos atuantes na escola indígena detêm, além das habilidades particulares que possuem em desenvolver uma educação diferenciada. Isso, mesmo diante da escassez de: recursos didáticos metodológicos, e, apoio e acompanhamento de instâncias superiores (à qual esta educação está vinculada).

### **Considerações finais**

O currículo indígena tem se mostrado diferente dos currículos não indígenas, e, desta forma é necessário que este documento seja. O planejamento das ações educativas deve estar de acordo com as ações do contexto espacial e cultural, onde está inserido. A escola torna-se um ambiente de negociação intercultural, onde saberes nativos são visíveis, dentro do modelo pedagógico desenvolvido — por

meio da relação professor-aluno-tradição. E, demonstra o vasto conhecimento dos profissionais, no que tange à cultura Ticuna, e suas habilidades e criatividade, na mediação pedagógica. Isto, a despeito de se confrontar com precariedade que a entidade apresenta, por falta de apoio e atenção dos órgãos responsáveis por esta aprendizagem. Fica evidente que é possível alcançar as melhorias que assegura a Constituição e a LDB, respectivas à Educação Indígena. Posto isto, faz-se mister sejam atendidas às exigências dos educadores desenvolvedores de uma educação, apenas com o empenho e anseio por melhorias.

Esta pesquisa constata que há, ainda, muitos impasses impeditivos da efetivação deste currículo específico. Entre estes: escassez de recursos didáticos, ausência de formação continuada para os professores, influência da cultura cidadina. Muito embora isto, simultaneamente, mostra a valorização da cultura indígena, atribuída pela comunidade educativa. Isto, na tentativa de fortalecer e revitalizar os saberes que residem na memória dos funcionários. Essa educação diferenciada pode e deve acontecer, assim como, devem ser garantidas condições necessárias, para sua efetivação. Há que mudar os olhares sobre os povos indígenas, enxergar melhor a diversidade cultural, a diversidade linguística, suas capacidades de conhecimento sobre a floresta, lagos, igarapés, rios. Sobre a grande diversidade de animais e de insetos. Isto, portanto, oferece um saber que a sociedade ocidental não consegue enxergar, pois não a valoriza.

## **Referências**

BRASIL. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

Acesso: 08/09/2017.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. – 11. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fun-

damental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, J. E. N. LOPES, E. T. A educação indígena e suas contribuições para os saberes escolares na perspectiva do povo indígena Kiriri. Revista Fórum Identidades. Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 8 / jul-dez de 2010.

COSTA, Cinara dos Santos. A modalidade proeja e a formação profissional do indígena Tikuna: uma análise metodológica do ensino. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2016.

GILBERTO, Irene Jeanete Lemos. Educação indígena e a formação de professores. UNISANTOS, 2009.

GOMES, Gabriela Camacho e GOMES, Natália Camacho. A importância da educação escolar no processo de valorização da identidade indígena. XI Congresso Nacional de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013.

ISA – Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org>>.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão escolar: Teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 1992.

NICOLAU, Adriane. Planejamento no ambiente escolar. Monografia de especialização. Universidade do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul. 2015.

PATAXÓ, Kanatyo et al. **Diálogos dos saberes**: pedagogia da lente do nosso olhar e as mãos da natureza. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2009. Texto produzido para o Curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas.

QUARESMA, F. J. P., FERREIRA, M. N. O. Os povos Indígenas e a Educação. Revista Práticas de Linguagem. v. 3, n. 2, jul./dez. 2013.

RAMOS, José Aldemir Gomes. Educação Indígena. Universidade do Estado do Amazonas / PROFORMAR: Manaus, UEA Edições, 2007.

# **Desafios e perspectivas da EaD na Amazônia: um estudo de caso no IFAM — Campus Tabatinga**

*Luzilângela Vieira Barbosa*

## **1. Introdução**

A modalidade de Educação a Distância (EAD), quanto ao processo de transmissão, perpassa por vários canais, como correio, rádio, televisão; e, atualmente, via internet. Fazendo uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), professores e alunos interagem; não obstante estando separados, fisicamente, no espaço e/ou no tempo.

No Brasil, essa modalidade, conquanto pareça nova, inicia-se no século XIX, com o surgimento dos cursos profissionalizantes por correspondência. Marcou a primeira geração; e, devido ao avanço tecnológico, alcançou a sexta e atual geração — figurando como elemento que disciplina, como princípio, a eficácia da aprendizagem e a real necessidade do aluno.

Assim sendo, o objetivo desse plano é descrever o processo de implementação inerente aos cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância no IFAM — Campus Tabatinga. Isso, a fim de poder elencar os desafios e perspectivas da EaD na Região Amazônica; e, ressaltar a importância desse instrumento — o que pode significar o divisor de águas, com o intuito do acesso à educação do público que não teve condições de estudar em escolas de ensino presencial.

Nesse pressuposto, ressaltam-se alguns conceitos de Educação a Distância e o seu contexto histórico; como também aspectos relacionados à estrutura organizacional do sistema de EaD do IFAM — na qual, o Campus Tabatinga está inserido como polo de apoio presencial.

## 2. Educação a Distância (EaD)

Respectivamente à nomenclatura:

(...) a EaD recebeu denominações distintas em diferentes países, como estudo ou educação por correspondência (Reino Unido); estudo em casa e estudo independente (Estados Unidos); estudos externos (Austrália); telensino ou ensino a distância (França); estudo ou ensino a distância (Alemanha); educação a distância (Espanha); teleducação (Portugal) etc. (MAIA e MATTAR, 2007, p. 05).

Segundo, ainda, estes autores (2007, p. 06), “a EaD é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação”. É, em consonância com este entendimento, o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias; sob cujo emprego, professores e alunos — apesar de estarem fisicamente distantes — podem se comunicar (valendo-se dos multimeios tecnológicos, como o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o telefone, e, principalmente, a internet).

Para Seixas e Mendes (2006), a EaD é “(...) a forma de educação feita através de metodologia específica para espaços temporais, físicos e virtuais peculiares aos ambientes da rede mundial de computadores, utilizando-se dinâmica, linguagens de apresentação e métodos de comunicação próprios deste contexto”. Isso significa que a EaD também possui algumas definições distintas; mas que apresenta características em comum. Corrobora o paradigma normatizado no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; o que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394/96 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Traz uma definição mais completa, em corpo de norma jurídica:

(...) considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017, p. 01).

A EaD obteve amparo legal no ano 1996, com a aprovação da LDB; a qual estabelece, em seu Art. 80, a autorização do uso da Educação a Distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Isso revolucionou o processo ensino e aprendizagem no Brasil: possibilitando a ampliação e democratização da educação. A partir da atualização desse artigo, abriram-se leques de possibilidades conectadas à oferta de EaD; uma vez que descreve e ampara as anuências de sua prática.

### **3. Contexto histórico da EaD no Brasil**

Segundo os autores Tarapanoff (2005) e Fernandes (2000), estamos vivenciando a chamada Sociedade da Informação, Cognitiva, ou Pós-moderna; ou, ainda, Sociedade dos Signos. E Catapan (2006) acresce que esta realidade é o resultado de novos referenciais sociais, econômicos, tecnológicos e culturais; os que provocam um conjunto significativo de mudanças de enfoque, no âmbito das sociedades e de suas organizações.

Nesse pressuposto, potencializar a geração do conhecimento, viabilizar a inclusão, reduzir a desigualdade, promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável são os principais desafios; com que, os governantes defrontam-se, no início deste século XXI.

Diante da complexidade da sociedade contemporânea, marcada pelas constantes transformações nas relações culturais, econômicas, políticas e sociais; que atuam em uma escala global, numa velocidade gigantesca — especialmente, com a utilização dos meios tecnológicos —; a EaD vem ganhando uma abrangência cada vez maior; com o uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's).

No Brasil, este novo cenário tem permitido se ultrapassar os muros da escola de ensino presencial convencional; e, oportunizar, a muitas pessoas, o acesso à educação — as que, de outra forma, não poderiam realizar os mais variados cursos; que perpassam pelo ensino básico, graduação e pós-graduação.

Quando se trata de uma realidade como a da Região Amazônica<sup>1</sup>, os desafios, em torno da educação, tornam-se mais acentua-

---

1HOUAISS (2004). Correspondendo a 5.035.747.80 Km<sup>2</sup> (61,2% do território nacional)

dos; devido a muitos aspectos, sua dimensão geográfica, e pelo seu difícil acesso (pelo qual, os desafios e a diversidade cultural criam um ambiente desafiador; e, igualmente, oportuno ao seu desenvolvimento).

É, neste contexto, que a EaD tem papel fundamental: conforme Litto e Formiga (2009, p. 312), “(...)  *cursos on-line que traduzam uma pedagogia diferenciada requer, além de ferramentas, uma postura pedagógica inovadora, no sentido de permitir a participação e a cooperação dos aprendizes na construção do conhecimento*”; que garanta, aos educandos (alvo), habilidades (para vivenciarem ambientes cada vez mais informatizados, situações de trabalho flexível e em mudanças, dominadas pela lógica do mercado competitivo e global).

A história da EaD, em nosso país, teve início em 1904 — com o lançamento dos cursos por correspondência, pelas instituições internacionais. No ano de 1934, houve a instalação da Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, por Roquete Pinto. Em 1939, o Instituto Monitor lançou um curso pioneiro de radiotécnico. E, dois anos depois, o Instituto Universal Brasileiro criou cursos oficiais supletivos de Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante.

No período de 1966 a 1974, houve a instalação de oito emisoras estaduais de televisão educativa. Expandindo-se este projeto, um marco importante, para a história da EaD, foi o credenciamento, em 1971, da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; para ministrar cursos de Pós-Graduação (Lato Sensu) por correspondência, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC).

Os cursos supletivos “Telecurso 2000”, ofertados pelas Fundações Padre Anchieta e Roberto Marinho, em 1978, foram extremamente importantes. Em 1994, são abertos os cursos de Ensino Superior à distância; e, no ano seguinte, a Associação Brasileira de Educação a Distância é implantada. E em 2007, foi criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB); com o foco em atender às regiões mais carentes de formação superior. Assim:

---

e 3,5 milhões de hectares de floresta virgem; detêm 1/5 das águas doces do planeta e 17 milhões de reservas e parque nacional, e abrange nove estados brasileiros: Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Tocantins.

A forma tradicional de ensino se figura pela história, filosofia e pela cultura da sociedade e da organização e são gerenciadas pela sociologia, psicologia e economia educacional. Em contrapartida, o sistema de educação a distância é determinado pela política institucional (influenciada pelas políticas estaduais e federais) e pela própria organização (pessoas e processos) que são gerenciadas. Outro fator relevante é a presença da tecnologia como mediadora entre o sistema educacional e o plano do curso, ensino e aprendizagem (havendo troca de conhecimento constante entre eles) (MOORE e KEARSLEY, 2008, p. 11).

Desse modo, as inovações tecnológicas e os novos paradigmas desencadeiam a necessidade de se incorporar o uso de ferramentas (constantemente remodeladas) no processo de formação humana. Este fato decorre do preceito de que as novidades estão em todos os campos da sociedade; e, têm reflexo direto na vida das pessoas, e em sua formação acadêmica e profissional.

Entretanto, há muito, ainda, a se fazer; com a intenção de melhorar a qualidade da educação nessa região do Estado; no interesse de que ela possa promover um desenvolvimento local, alinhando-o à valorização cultural — principalmente, quando se trata da EaD. Considera-se o fator de a Mesorregião do Alto Solimões não contar com uma internet com banda larga suficiente para atender às carências da população; contrastando-se com o fato de o acesso ter melhorado nos últimos anos.

#### **4. A Educação a Distância no IFAM**

Com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), com o regularizado na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008; possibilitaram-se a discussão e implementação do Estatuto e do Plano de Desenvolvimento Institucional. Ambos preveem planejamento e oferta de processos formativos. Estes viabilizam a oportunidade do surgimento de cursos na modalidade a distância. Figura adesão aos Programas da Rede e-Tec Brasil (Escola Técnica Aberta do Brasil), Profucionário e da Universidade Aberta do Brasil (UAB), citando ações; com a Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Posto isto:

Essas iniciativas do governo buscam melhorar a qualidade da Educação Básica no Brasil e promover a igualdade de oportunidades, tendo como aliada a Educação a Distância, levando o ensino a regiões pouco acessíveis, abrangendo um número maior de alunos. Nesse cenário de rápidas mudanças tecnológicas, acredita-se que a modalidade Educação a Distância propicie uma necessária revisão paradigmática da Educação, redefinindo a utilização pedagógica dos recursos tecnológicos, de modo a construir alternativas de formação a todos os cidadãos (NETTO et al, 2010, p. 55).

Desse modo, a oferta de cursos na modalidade EaD deste Instituto é adequada à legislação vigente, ao Regulamento Acadêmico da EaD e ao Projeto Político Institucional. O IFAM possui natureza jurídica de autarquia, integrante da Rede Federal de Ensino. Caracteriza-se como entidade detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógico e disciplinar; definidas em estatuto próprio. Compõe-se como órgão vinculado ao Ministério da Educação. Configura-se supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Por meio da oferta de cursos na modalidade de EaD, o IFAM, sob a coordenação da Diretoria Sistêmica em Educação a Distância (DED), visa a contribuir na direção do alcance dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE). De mesmo modo, a expandir e democratizar a oferta de cursos, nos diferentes níveis e modalidades de ensino — especialmente, para o interior do País, para a periferia das áreas metropolitanas; e, especificamente, no Estado do Amazonas: formando cidadãos aptos a ingressar e permanecer no mundo do trabalho.

#### **4.1 Diretoria da Educação a Distância no IFAM**

A Diretoria Sistêmica de Educação a Distância (DED), em sua estrutura organizacional no Sistema EaD, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), é responsável por todos os programas na área de EaD no IFAM. O Sistema EaD deste é composto por 14 polos de apoio presencial no Estado do Amazonas.

O IFAM, com a oferta de cursos pelo Sistema EaD, democratiza a qualidade do ensino e o acesso à Educação, em todas as formas de ingresso e níveis de ensino Técnico, Graduação e Pós-Gra-

duação. Incentiva, concomitantemente, a comunidade acadêmica ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's); sob a administração dos Núcleos de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (NUTEaDs).

#### 4.1.1 Polo IFAM — Campus Tabatinga

No ano de 2010, com ampliação dos institutos federais, o município de Tabatinga foi contemplado com um Campus; cuja implementação trouxe novas possibilidades de educação para a região do Alto Solimões — com a oferta dos cursos Técnicos de Nível Médio, na Forma Integrada e Subsequente, além de cursos profissionalizantes e de extensão.

Atuar em uma região, com uma diversidade cultural tão peculiar, é uma tarefa um tanto desafiadora. Esta característica da ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente relacionada a essa compreensão e à premência de formar pessoas. Estes cidadãos, no futuro, passam a participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar a sua realidade, e de gerar uma dinâmica construtiva.

Nesse mister, o IFAM — *Campus* Tabatinga, no ano de 2012, passou a oferecer oportunidades na modalidade EaD; inaugurando, destarte, com os Cursos Técnicos em Agente Comunitário de Saúde, Redes de Computadores e Eventos.

Atualmente, o Campus se firma constituído de uma entrelaçada harmonia organizacional, com um laboratório de informática; o qual conta com quarenta computadores conectados à internet, com o fito de atender aos estudantes de EaD, nos cursos ofertados pela Instituição. Possui uma coordenação responsável por garantir às atividades acadêmicas. Estrutura-se neste patamar, além de acompanhar e coordenar às atividades presenciais e a distância dos docentes, discentes e administrativas do polo; uma vez que, conforme parágrafo único do Decreto nº 9.057/2017, “*os polos de educação à distância deverão manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso*”.

Alicerçadas do Programa Institucional Universidade Aberta do Brasil (UAB), estão sendo ofertadas, pelo Campus, duas turmas de Pós-Graduação (Lato Sensu). Uma, em Gestão Pública. Outra, em Informática na Educação, na modalidade EaD para servidores públicos das unidades federativas Municipal, Estadual e Federal; com o intuito de capacitar os profissionais; e, conseqüentemente, melhorar a qualidade dos serviços prestados por estes agentes públicos.

O Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) — a sala de aula virtual — é disponibilizado dentro da plataforma Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment). Criado foi por Martin Dougiamas; com o objetivo de permitir que processos de ensino-aprendizagem ocorram por meio da interação. Ocorre aliado a uma pedagogia sócio-construtivista; que privilegia a construção/reconstrução do conhecimento e aprendizagem significativa do aluno (SILVA, 2011, p. 18).

## 5. Procedimentos metodológicos

O presente levantamento foi realizado com cinco pessoas. Delas, três desempenharam a função de coordenador de polo dos cursos ofertados na modalidade de EaD no IFAM — *Campus Tabatinga*. Houve, cooperativamente, o ex-coordenador de registro acadêmico e o coordenador de estágio da Instituição; além da observação participante. “*A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada*” (GIL, 2008, p. 103).

Diante dos objetivos propostos, o desafio levou em consideração o parâmetro hipotético-dedutivo; e, classifica-se como exploratório-descritivo, por constituir ferramenta de identificação das características do objeto de estudo. A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso, que é caracterizado pelo “*(...) estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados*” (IDEM, 2002, p. 54). Quanto à abordagem adotada, foi empregada a metodologia da pesquisa qualitativa, com o suporte da quantitativa.

Em relação aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma coleta bibliográfica, via livros, artigos acadêmicos, matérias disponíveis na internet e trabalhos relacionados ao tema — que pudessem trazer uma discussão acerca dessa temática —; e, que serviu de base teórica para esta averiguação. Uma vez que, “*a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema*” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 158).

Outrossim, delineou-se a sondagem documental, nos setores de registro acadêmico e de estágio; para obtenção dos dados investigados: a “*característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias*” (IBIDEM, 2003, p. 174).

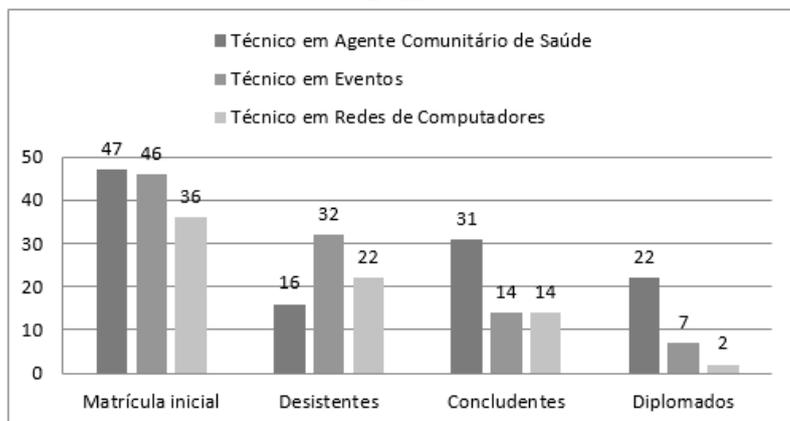
Para a aplicação deste processo, foram utilizadas entrevistas não padronizadas; visando à obtenção dos dados. Isso, pois, segundo Chizzotti (1995, p. 57), “*a entrevista dirigida em pesquisa é um tipo de comunicação entre um pesquisador que pretende colher informações sobre fenômenos e indivíduos que detenham essas informações e possam emití-las*”

Os dados coletados foram tabulados; para serem analisados, interpretados e transformados em informações. Os resultados obtidos foram apresentados; ratificando cada quesito encontrado no diagnóstico do tema.

## **6. Resultados e discussão**

Durante os estudos realizados nos registros acadêmicos do IFAM — *Campus* Tabatinga, constatou-se que, a partir de 2012 até os dias atuais, foram ofertados, na avaliada modalidade de EaD, quatro cursos Técnicos de Nível Médio e três cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Desse modo, observa-se a seguir, a matrícula inicial e o rendimento dos cursos pioneiros da EaD no neste Instituto: Técnico em Agente comunitário de saúde; Técnico em Eventos; e Técnico em Redes de Computadores.

**Figura 1:** Matrícula e rendimento dos cursos ofertados no ano de 2012.



Fonte: Sistema Q-Acadêmico do IFAM — Campus Tabatinga, 2018.

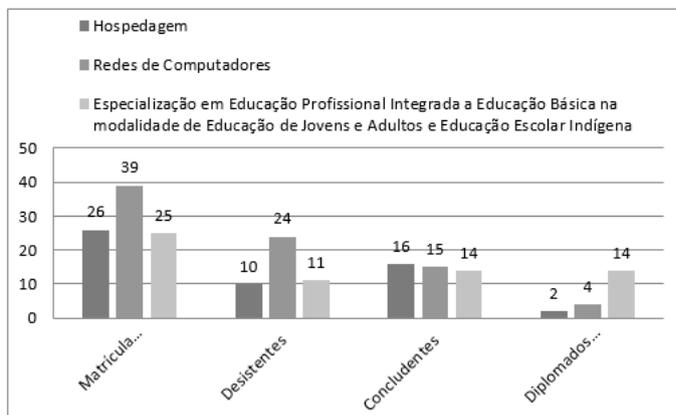
Conforme a figura 1, há uma diferença significativa entre a matrícula inicial e a situação final. Essa, mais especificamente, nos cursos Técnico em Rede de Computadores e Técnico em Eventos; quando comparados ao Técnico em Agente Comunitário de Saúde (ACS) — que apresenta menor desistência e um maior índice de alunos diplomados. Isso denota o quanto há a necessidade de formação dos profissionais, por meio da EaD; na tendência de atender à demanda de oferta de trabalho.

Os benefícios que estes cursos — principalmente, o ACS — trouxeram, para a população do município de Tabatinga-AM, são evidentes; com a melhoria nos serviços de atendimento na área da saúde. Vale ressaltar que a maioria dos estudantes do curso de ACS são indígenas: com toda a dificuldade (tanto em relação à compreensão da língua portuguesa; como também do manuseio dos recursos tecnológicos utilizados); esta classe obteve êxito na conclusão do curso, ao considerar que quase 50% dos educandos levaram para casa seus diplomas, passando a obter o sonhado curso técnico (veja figura 1).

No ano de 2013, três cursos foram ofertados a comunidade: Técnico em Hospedagem; Técnico em Redes de Computadores;

Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e Educação Escolar Indígena, (conforme se vê na figura 2), a seguir:

**Figura 2:** Matrícula e rendimento dos cursos ofertados no ano de 2013.



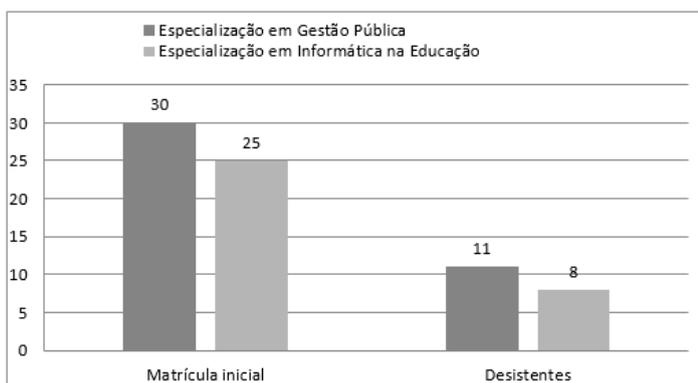
Fonte: Sistema Q-Acadêmico do IFAM — Campus Tabatinga, 2018.

Nos cursos, ofertados no referido ano letivo, houve desistências em nível proporcional, como demonstra a figura 2, nos cursos técnicos; como também apenas dois alunos diplomados em Hospedagem e quatro alunos em Redes de Computadores. O que se faz entender que não houve tanto empenho dos discentes, em relação ao cumprimento das etapas para a diplomação; pois (conforme os dados transmitidos na pesquisa), a grande maioria não entregou o relatório final do curso. Em relação à Especialização,

a oferta deste curso foi iniciada em junho de 2013, tendo sido selecionados 25 professores da Educação de Jovens e Adultos atuantes na rede pública de ensino do município de Tabatinga. Entre os selecionados foram atendidos 4 servidores do IFAM Campus Tabatinga (3 professores e 1 técnico em assuntos educacionais) e 21 professores externos, sendo: 9 professores indígenas (etnia Ticuna) e 12 professores não indígenas. O curso teve a duração de um ano e meio e culminou com a certificação de 14 professores, após a defesa pública de artigo por meio de apresentação de banners (ALVES, 2018, p. 10).

Nos anos seguintes o IFAM – *Campus* Tabatinga ficou impossibilitado de ofertar novos cursos devido, principalmente, a redução de recurso orçamentário. Desse modo. Somente no ano de 2018, o Campus torna público o edital de seleção de servidores públicos para cursar as especializações em Gestão Pública e Informática na Educação. Eles estão inseridos no Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), que tem como objetivo a formação e capacitação do quadro de gestores para atuarem na administração pública.

**Figura 3:** Matrícula dos cursos ofertados no ano de 2018.



Fonte: Sistema Q-Acadêmico do IFAM — *Campus* Tabatinga, 2018.

Os alunos dos cursos de Especialização estão cursando o último período, no qual a pesquisadora está estudando “Gestão Pública”. Apesar de esses eventos terem sido amplamente divulgados, e obterem um grande índice de concorrência (por serem ofertados a servidores públicos); não foi impedimento para que algumas desistências ocorressem (como se vê na figura três).

Cada turma conta com um tutor que possui formação na área específica; e, é responsável por apoiar, operacionalmente: à coordenação do curso, nos eventos presenciais no polo (principalmente, na aplicação das avaliações); como também aos alunos (quanto à realização das atividades ou reivindicações à coordenação do curso).

Nesse contexto, para esta discente, a experiência está sendo impar por elencar novos paradigmas para serem implementados na

administração pública, como ferramenta para auxiliar no desenvolvimento do trabalho e na melhoria da prestação dos serviços públicos.

## **7. Considerações Finais**

A Educação a Distância (EaD) se revela uma modalidade de ensino-aprendizagem cada vez mais necessária para nossa sociedade contemporânea. Isso se configura, principalmente, na Região Amazônica; devido às peculiaridades que a diferem das demais regiões do Brasil.

Como em qualquer outra região do país, a Região Norte apresenta um número elevado de vagas disponíveis no mercado de trabalho. Nada obstante, não possui mão de obra qualificada suficiente, apta a atender a essa demanda.

Ao analisar o objeto deste trabalho, percebeu-se que a EaD no IFAM — Campus Tabatinga está diante de ideais consideráveis. Como na maioria das instituições que ofertam cursos na modalidade a distância; no município Tabatinga — AM, enfrentam elevado índice de abandono — por se tratar de um ensino-aprendizagem que requer autodisciplina do educando.

Desse modo, evidencia-se que os desafios para elevar a qualidade da educação (seja na modalidade EaD; seja na presencial) ainda são enormes no Brasil — e, exemplarmente, na Amazônia Brasileira; tendo em vista suas peculiaridades que vão além do espaço geográfico (pois englobam questões de cunho político, econômico e social). Nesse contexto, está inserida uma das dificuldades mais evidentes: esta se avalia, diretamente, relacionada aos recursos tecnológicos; tanto no que diz respeito à disponibilidade, como em relação ao seu manuseio.

Contudo, as perspectivas são as melhores. Fato este notório, ao se ponderar a propósito de um grande avanço para implementação da EaD nessa localização, com a interiorização das Instituições de Ensino Superior (IES); uma vez que algumas atividades precisam ser realizadas de forma presencial no polo de apoio presencial. Portanto, vale ressaltar que políticas públicas efetivas são fundamentais;

com a missão de minimizar os eventuais percalços relacionados à problemática — como, indicando soluções; tais quais, por inserções de investimentos em tecnologias.

## **8. Referências**

ALVES, Antônia Marinês Goes. O papel do tutor em EAD: um estudo de caso na especialização em proeja indígena do IFAM campus Tabatinga. Manaus: Fass, 2018.

BRASIL: Ministério da Educação. Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

BRASIL: Ministério da Educação. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em:[http://www.ifam.edu.br/cms/images/stories/arquivos/planej\\_estrategico/lei\\_11.892\\_2009\\_ifet.pdf](http://www.ifam.edu.br/cms/images/stories/arquivos/planej_estrategico/lei_11.892_2009_ifet.pdf). Acesso em: 29 jun. 2018.

CATAPLAN, Araci Hack. O ciberespaço e o novo modo do saber: o retorno a si com um inteiramente outro. Disponível em: <[http://www.arcodigital.ufba.br/twiki/pub/GEC/TrabalhoAno2001/o\\_ciberespaco\\_e\\_o\\_novo\\_mododo\\_saber.pdf](http://www.arcodigital.ufba.br/twiki/pub/GEC/TrabalhoAno2001/o_ciberespaco_e_o_novo_mododo_saber.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2018.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1995, 164 p.

FERNENDES, Margarida Ramires. Mudança e inovação na pós-modernidade: perspectivas curriculares. Porto: Porto, 2000.

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

Gil, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Ministério da Educação. Diretoria de Educação a Distância. Disponível em:<<http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/educacao-a-distancia/diretoria-de-educacao-a-distancia/diretoria>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (orgs.). Educação a Distância: o estado da arte. Pearson Educacion do Brasil, 2009.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. ABC da Ead: a Educação a Distância hoje. 1 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MOORE, Michael. G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

NETTO, Carla; GIRAFFA, Lúcia M. M.; FARIA, Elaine T.. Graduações a distância e o desafio da qualidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/graduacoes.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

SEIXAS, Carlos Alberto; MENDES, Isabel Amélia Costa. E-learning e a Educação a Distância: guia prático para implantação e uso de sistemas abertos. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Robson Santos da. Moodle: para autores tutores. 2 ed. São Paulo: Novatec Editora, 2011.

SILVEIRA, Maria Bernadete Mori Leite da; PROCÓPIO, Maria de Jesus Nobre; RIZZO, Rejane dos Santos. EaD no Brasil. Disponível em:<<http://youtube/fqlE2r7-qU8>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

TARAPANOFF, Kira (org.). Inteligência Organizacional e Competitiva. Brasília: UNB, 2001.



## Árvores sagradas da Amazônia: um diálogo Ticuna

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto*

### **As primeiras percepções: um diálogo sobre os aspectos da pesquisa**

As árvores sagradas da Amazônia têm seus mistérios, segredos, significações e explicações que, muitas vezes, parecem absurdas aos olhares de quem não acredita: são verdades ditas sob olhar cultural e tem valor significativo e originalidade para o povo Ticuna. Lévis Strauss (1987, p. 26) infere: “*Para que uma cultura seja realmente ela mesma e esteja apta a produzir algo de original, a cultura e os seus membros têm de estar convencidos da sua originalidade*”.

Como pesquisadora nessa área de estudo, houve a curiosidade de conhecer sobre a mitologia das árvores. Mas, visando a que se concretizasse a pesquisa, a primeira iniciativa foi localizar as pessoas mais antigas das comunidades indígenas Ticuna pertencente ao Município de Benjamin Constant — Amazonas. Dentre estas ambientações: Bom Caminho, Filadélfia, Porto Lima e de São Luís; todas localizadas nas áreas ribeirinhas Ticuna do Alto Solimões, que fazem fronteira no encontro de Brasil, Colômbia e o Peru.

No início, o mais difícil foi encontrar quem quisesse participar. No primeiro momento, observamos a que tipo de religião seguiam, a fim de não haver a interferência religiosa; uma vez que esse fato, em diversas ocasiões, impede o percurso natural das histórias contadas aliançadas à cosmologia da nação averiguada. As presenças envolvidas foram dos anciões, os quais possuem o conhecimento e a sabedoria necessários a essa análise. São aqueles que mantêm a memória cultural ligada às ancestralidade e espiritualidade; além de manterem vivas às suas concepções étnicas relacionadas às árvores sagradas da Amazônia — especificamente, da região do Alto Solimões.

Para tanto, os estudos objetivaram compreender os discursos dos anciões sobre a floresta, no que tange às árvores sagradas;

matéria que foi descrita sob observação da pesquisa de campo. Para preservar a identidade dos nossos interlocutores, utilizamos nomes fictícios; porque as abordagens envolveram enfoques cosmológicos supracitados, crenças, espiritualidades e práticas ritualísticas em torno dos aspectos culturais, os quais foram externados e refletidos nas vozes dos sujeitos sobre o imaginado. Para Bachelard (1978, p. 196), “*A imaginação imagina incessantemente e se enriquece de novas imagens. É essa riqueza do ser imaginado que queremos explorar*”.

O nosso estudo reafirma, via participação dos anciões, que as árvores sagradas existem, têm vida, têm espírito guardião e têm “alma”; e, que, no tempo passado, cada planta podia se transformar em outros seres naturais, inclusive em seres humanos, caso fosse necessário. Esses espíritos, que a população Ticuna menciona e reverencia de forma respeitosa, são espíritos da mata, considerados bons. Nada obstante, podem fazer maldade às parentelas; se não houver respeito, de acordo com as leis naturais. A estrutura do pensamento da população Ticuna está ligada à formação da natureza. Para estes indivíduos, as fauna e flora se comunicavam perfeitamente entre si; e, até hoje, essa concepção é bem percebida nos diálogos dos comunitários, quando da referência à natureza dos espaços Amazônicos.

Para o prisma tradicional Ticuna, existem várias árvores sagradas, que fizeram ou fazem parte da extensa e densa camada de ecossistemas da região. Porém, nesse estudo, iremos abordar, apenas, sobre quatro árvores mitológicas e sagradas: a Samaumeira — *Wotchine*; a Árvore dos peixes — *Ngewane*; o Açacú — *Uatchiwa* e a árvore do Tururi — *Tüerüma*. O que trataremos, aqui, nesse relato, terá as nossas impressões ao olhar a percepção empática do outro e esse “outro” são os indígenas anciões da etnia Ticuna.

São eles que irão nos guiar nessa produção científica; a fim de podermos trilhar caminhos mais coerentes na escrita — fonte registrada, onde as interpretações desses sujeitos sejam apresentadas de acordo com a sua originalidade: desvendar algo que a cultura indígena preserva é algo fascinante, que nos motiva e nos encanta. Isto se desdobra, ao passo que nos faz mergulhar na cultura tradicional de um povo que designa algo, via os elementos do cosmos, tais quais:

a água, o fogo, o vento e o ar. Este fenômeno resulta de tudo o que existe para os indígenas ter relação com a floresta; o que transcende, ultrapassando gerações, através da sabedoria cultural. E, assim, vão surgindo as histórias de enredos reais e imaginários. Pinto (1997, p.127) diz que “*As histórias surgiram e deram vida e visão para uma alma cega*”. Conhecer a cultura do outro enriquece os nossos conhecimentos e nos faz perceber que as nossas incertezas de acreditar em algo, muitas vezes, são a certeza de alguém — mesmo que não seja algo comum para muitos, mas o respeito deve ser cultivado.

## 2. A Escassez das árvores sagradas na versão Ticuna

Atualmente, as árvores consideradas sagradas sob o parâmetro cultural Ticuna, estão cada vez mais escassas e difíceis de serem encontradas aos arredores das comunidades. Poucos destes vegetais de valor são encontrados. Nem mesmo a Samaumeira — que, antigamente, era abundante nas proximidades das aldeias —; pois já não é tão mais frequentemente encontrada. Com a entrada do capitalismo nessas aldeias, o pensamento mítico dos aldeões tem se desestruturado. Reflexo disto são os fatos: a maioria não respeita mais as regras da natureza e da cultura; e, conseqüentemente, aos poucos, essas vegetações reverenciadas vão sendo cortadas e comercializadas. Com isso, muitos sofreram punições por parte dos ancestrais. Todavia, a ganância prevaleceu. Na expressão de Souza (2002, p. 243), “[...] *o som dos vegetais na agonia da morte formava ecos rascantes ao som dos passos dos homens [...]*”.

Segundo os moradores das comunidades envolvidas na pesquisa, a Samaumeira é uma das maiores vítimas da exploração de madeira — isto, devido à chegada de uma empresa peruana, na década passada, por esta região. A exploração dessa madeira incentivava este ato, a todo custo, à população não indígena; e, excetua-se este fenômeno em algumas aldeias mais distantes, onde a Samaumeira ainda é preservada, sendo valorizada por meio dos aspectos culturais do grupo étnico Ticuna. Muitos exemplares da flora de grande porte foram abatidos e comercializados sem nenhuma fiscalização. Como expressa o senhor Jacamim, testemunha, com 68 anos, morador da

comunidade indígena Porto Lima, sujeito dessa pesquisa: “*Vinham muitas pessoas da empresa peruana para comprar a madeira da Samaumeira e de outras também ... Eles traziam muito dinheiro e muitos até dos aldeões não resistiam à tentação e ia na mata e cortava as árvores e vendiam*”. A exploração da madeira foi a causa da escassez das árvores de Lei e das consideradas mitológicas e sagradas.

Aqui pretendemos revelar como os indivíduos do povo tradicional Ticuna veem a natureza, quais as relações ainda existentes, bem como a visão dos Ticuna sobre cada um destes espécimes verdes, qual o valor e a sua importância para o meio ambiente.

### **3. O Ticuna e as árvores sagradas: diálogo à luz da Cosmologia**

Segundo a mitologia Ticuna, antigamente o mundo estava numa constante escuridão. Havia uma enorme árvore chamada Samaumeira, a qual pairava na entrada do igarapé *Tunetü* e, impedindo o clarear do sol. Para conquistar o acesso a este esplendor, foi necessário que dois heróis míticos se unissem, *Yo'i* e *Ipi*; na perseverança de buscarem a claridade para a terra. Na primeira ocasião (tentativa), jogaram o caroço de um fruto da Amazônia; na esperança de constatarem, se do outro lado existia luz ou se tudo era só escuridão. Por conseguinte, pelo furinho feito nas folhagens da árvore, esses guerreiros se certificaram de existir luz do outro lado e de a frondosa Samaumeira estar obstruindo o planeta. Esta é considerada mãe de todas as outras árvores: sua copa encontrava-se presa no céu; e, dos caroços dos frutos lançados na copa dela, surgiram as estrelas.

Numa segunda ocasião sobre a versão cosmológica da Samaumeira, conta-se que os deuses convocaram os animais e os pássaros de bicos pontiagudos para ajudarem na derrubada. Aos animais que derrubassem a Samaumeira foi prometido o casamento com a *Aicüna*, irmã dos dois heróis.

Na versão cosmológica Ticuna, essa espécie arbórea tinha coração que se regenerava com muita rapidez. Para eles, a Samaumeira é uma árvore sagrada e considerada a geradora da semente do povo. Do seu coração, surgiu a fruta umari (GRUBER, 1997). Com o passar do tempo, o umari produziu; e, quando caiu seu primeiro fru-

to no chão, este se transformou em uma linda moça chamada Tetchi arü Ngu'i. Como *Yõ'i* foi o primeiro a encontrar essa jovem, teve o privilégio de tê-la como esposa. Contudo, seu irmão *Ipi* atrapalhou todo o processo de vida. Ele traiu seu irmão; engravidando a moça, após tê-la encantado, utilizando-se de uma flauta, enquanto caçava na floresta. E, em consequência desse ato impensado, a maldade passou a fazer parte do universo Ticuna.

Paralelamente, na concepção do povo tradicional Ticuna, *Ngewane* é considerada a ilustração arbórea de seres aquáticos pisciformes. É, igualmente, sagrada e tem poder; além de ser encantada. Ela nasce e cresce nos igapós e na beira dos lagos. Segundo a cosmologia, essa representante existe desde o princípio do mundo. Era comum, depois de fortes ventos e chuvas, brotar de seus troncos uma quantidade de pequenos ovos; os quais, posteriormente, viravam lagartas. Nesse processo de metamorfose, as larvas migravam para as raízes da dela — nesse espaço, elas se convertiam em diversos tipos de peixes; como: sardinhas, traíras, surubins, tucunarés, pacus, piau, aruanãs e sarapós. Esses animais se dispersavam nas águas dos rios durante o período das enchentes. Para a significação Ticuna, esse vegetal existe para que: a natureza se reproduza constantemente; não falte a alimentação do povo; e, essa fartura seja infinita, visando à subsistência e posterior sobrevivência de todos.

Concomitantemente, para o povo Ticuna, emerge culturalmente a figura mitológica sagrada chamada de *Tüerüma*. Conforme explicação cultural desta aglomeração humana, ela é viva e tem poderes multiplicadores: é considerada a árvore do tururi, que fornece as máscaras para as festas e rituais.

Observando-se o Açacú — *Uatchiwa*, é concebido ser um tipo da flora muito temido pelos Ticuna. Eles afirmam, com muita propriedade (fruto da convicção), que essa variedade tem um espírito vingativo. Ela é encontrada nas várzeas das margens do Rio Solimões. Para o indígena, possui um valor cosmológico e cultural. É considerada a planta da Cobra Grande. Possui látex venenoso, que serve também para uma diversidade de tratamento curativo. Além disto, é associada a um efeito devastador nas feitiçarias. Para o não

indígena, as toras do Açacú servem para fazer boia para construção de balsa flutuante que serve como ponto comercial e moradia nos rios da Amazônia.

#### **4. Como o Ticuna age, reage e narra sobre a Cosmologia das árvores sagradas: um diálogo cultural**

Durante a pesquisa, os indígenas da etnia Ticuna tiveram a oportunidade de externar o seu pensamento de forma descontraída no espaço de suas casas. Nesses domicílios, eles estavam muito à vontade para falar sobre a cosmologia destas imagens da flora sagradas existentes na região. No primeiro instante da análise, tivemos o relato do senhor Beija-flor da ramificação Ticuna, morador da comunidade São Luís, de 75 anos. Este nos fala dos tipos de Samaumeira existentes nesta porção da Biosfera. Ele, assim, relata:

Existem dois tipos de Samaumeira: uma que fica na mata fechada e a outra que se encontra nas beiras dos rios e dos lagos. A Samaumeira do rio tem altura e tem beleza e seus galhos são bem grandes! A verdadeira é a mais temida que é a Samaumeira da terra firme; conhecida por Samaumeira vermelha barriguda (Samaumeira do mato)! Ela tem mãe e é mais valente de outras! Não pode ser perturbada por ninguém! Para bater na Sapopema do seu tronco, tem que, primeiro, pedir permissão! Senão, na noite, o espírito da árvore pode perseguir essa pessoa e perturbar a noite toda seu sono, ou trocar o espírito humano da pessoa por outro espírito de animal! E, quando isso acontece, não é nada bom. (Entrevista/2018).

A Samaumeira, além de ser uma forma considerada sagrada para o Ticuna, está ligada à historicidade do passado, contada em tempos atuais, com vigor da vitalidade cultural; e, esse relato nos transporta ao mundo imaginário.

O senhor Beija-flor (75 anos), morador supramencionado da localidade de São Luís, narrou, ainda, um fato, o qual ele afirma ser real e que aconteceu com um de seus netos:

Quando meu neto vinha voltando do trabalho coletivo da comunidade com os outros homens, e pelo caminho ficou sozinho para trás; e, todos os outros do grupo de trabalho seguiram. Ao se sentir sozinho e sem saber para onde os outros tinham ido; pegou um pedaço de tronco de pau e bateu inocentemente na sapopema da Samaumeira. E, por desconhecer a essência da história e significação

da árvore; não pediu a permissão e nem a autorização do guardião da madeira! Bateu para dar sinal aos outros! E, assim que bateu a sapopema, só caminhou por uma determinada distância; e, logo, sentiui estar sendo possuído por um espírito frio que, ao chegar em sua casa, já estava quase se “acabando”! Chegou em casa com ajuda de Deus! Não morreu por sorte! Mas, se fosse mais longe a nossa casa; ele tinha morrido mesmo. Então, logo todos correu até a casa do pajé da comunidade, pra chamar ele mais que depressa! Ele veio; e, ainda conseguiu recuperar seu espírito perdido. Deu muito trabalho! E, nós já tava sem esperança — ele pelejou até que conseguiu. (Entrevista, 2018).

Prosseguindo, o senhor Beija-flor (75 anos) dialoga sobre o assunto, reforçando o ocorrido introduzindo uma simbologia cosmológica:

A Sumaumeira é abençoada porque é símbolo da nossa área indígena. Serve pra tudo! E, tem dono que é a curupira! Essa árvore, que é sagrada, para nós, Ticuna, por uma parte, representa símbolo indígena! Por isso, não podemos derrubar essa árvore! Se não, estamos destruindo nossa nação; e, etnia! As madeiras, que está aqui, em nossa área, têm que ser preservada! Bem zelada! Para que tudo isso fiquem para nossos filhos e o nosso povo! Nós precisa de proteção; mas temos que respeitar também, né?! A natureza não perdoa não! Ela é viva! E, pode se vingar da gente; se a gente não respeitar, ou se conhecer o que pode e o que não pode fazer contra ela. (Entrevista, 2018).

Para o nosso interlocutor indígena, essa é a forma da árvore se proteger e permanecer intacta na natureza. Age desse jeito antropomórfico; para não permitir a invasão de pessoas, respectiva às suas derrubada e exploração. É o símbolo da área indígena, a mãe de todas as outras árvores; tem beleza, tem poder e possui guardião.

Como já foi dito, de acordo com a cosmologia, *Ngewane* é árvore dos peixes. Os Ticuna do Alto Solimões afirmam que a fauna existente na região Amazônica é proveniente das plantas; e, que tudo vem dos procedimentos naturais decorrentes da natureza. O senhor Rouxinol, Ticuna de clã mutum da comunidade de Bom Caminho, em relato, testemunha que:

Peixe-boi tem sua árvore. E, quando já estão pronto pra se tornar peixe, eles ficam aguardando a grande tempestade com trovão! Bodó, matrinxã e todos peixes têm suas árvores e também têm raízes. Lá em Cajari, A minha mãe falou que, quando veio trovão, ex-

plodiu! E, depois que choveu, veio milhares de peixes; e, o igarapés logo ficou cheio de carauaçú — uns têm casco ainda em amadurecimento; e, outro, já bem pronto. Aquilo pendurados são casulos, têm sua casa penduradas nos galhos. E, antes de se tornarem peixes; eles se alimenta da própria folha da árvores. Tartaruga tem sua árvore que é gerada dela própria. O tracajá tem suas raízes ... O Ticuna não pode esquecer que todos os peixes têm raízes! Animais, macacos, guariba têm suas árvores. Tudo era assim, antigamente. Agora, não acontece mais como antigamente! O Ticuna sabe que antigamente era assim(Entrevista/2018).

O Senhor Quatipuru (80 anos), da comunidade Filadélfia, também traçou um diálogo sobre a árvore sagrada *Ngewane*, a partir do registro que ouvia dos velhos na comunidade. Eles lhe contavam da seguinte forma:

Existe a árvore sagrada *Ngewane*. Lá, tem os lagartos que estão nela; que, quando vem grande tempestade, acompanhado de grande trovão e intensa chuvas, esses lagartos começam descer pra água! Eles viram peixes! Muitos peixes de toda qualidade! Simboliza a fartura para o povo, pra nunca acabar! Vocês têm que cuidar dessas árvores; para garantir o sustento do nosso povo! Lá, no igarapés de Maretüü; existe essa árvore, porque lá tem todo tipo de peixes. Porque é lá que estar a árvores encantada, que garante a fartura! Ela é a geradora dos peixes (Entrevista, 2018).

Os interlocutores Ticuna que narram sobre a mitologia das árvores sagradas apontam aspectos diferenciados do processo da existência do ciclo da vida natural da fauna na região. *Ngewane* tem seu lado mítico: ela simboliza, no percurso natural, a mãe dos peixes. Essa imagem representa a cobra grande já transformada em árvore que personifica proteção.

O *Açacú-Uatchiwa* é um tipo de árvore muito temida pelos Ticuna, por seu espírito ser vingativo. É uma planta que requer muito respeito do povo. É muito comum encontrá-la nas várzeas das margens do Rio Solimões.

Na atualidade, a maioria da população não indígena usa essa madeira para construção de balsa flutuante, para moradia ribeirinha. Esse cenário também serve como ponto de comércio que se fixa às bordas dos rios; por onde passam as pessoas que se deslocam de um lugar para o outro. Para o indígena, o *Açacú* possui um po-

der cosmológico. Muitos o consideram como a árvore mais selvagem habitando a extensão amazônica. Essas impressões e percepções têm interligações com o universo cultural desse povo. O Ministério da Educação (2009, p.58) corrobora, declarando que:

Cultura é um fenômeno unicamente humano que se refere à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia. A cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se relacionando a um fenômeno individual. Por outro lado, cada grupo de seres humanos, em diferentes épocas e lugares, atribui significados diferentes a coisas e passagens de vida aparentemente semelhantes.

Nesse viés, o Ticuna considera o Açacú como a planta que simboliza também a Cobra Grande de uma forma mais agressiva — ela possui látex venenoso e serve para diversidade no tratamento curativo. Tem, também, efeito colateral nas feitiçarias. Em conformidade com a narração do senhor Tamanduá, da etnia Ticuna, de 57 anos, da Comunidade Ticuna de Porto Lima, surge nova contribuição. Vejamos a seguir:

A árvore do Açacu-*Uatchiwa* serve para fazer balsa, artesanato. Em casa, serve para remédio e também serve pra fazer o mal! O leite do Açacu serve quando tem doença. Essa doença. Para curar doença, tira, pelos menos, dois litros de leites! Esses dois litros, faz água morna; bota no dentro; e, passa onde está doendo. Então, essa doença que o feiticeiro fez pra ti, essa doença, logo vai passar, pra eles. Aí, eles vão começar inchar, enche o corpo deles, sai grão, bolhas! Aí, eles vai ficar doente. Então, tu vai ficar bom! O feiticeiro faz mal pra gente. Então, nesse caso, é eles que vai ficar doente: essa doença passa pra eles! Uma outra forma de matar um feiticeiro é só colocar o leite de Açacu na bebida dele — cachaça também serve! O leite do Açacu serve como remédio e pra curar: quando o cachorro morde no perna, ou no braço, ou outro lugar; aí, pega o algodão e limpa o corpo. E, depois, leve o algodão lá no árvore do Açacu. Faz um buraquinho. E, bota, nesse buraco, o algodão com sangue: passando mês; cai os dentes do cachorro. Tem muita gente que gosta de brigar; e, nessas brigas, morde a agente: quando deixa ferido; e, no lugar da mordida, tu limpa com algodão ... e, leva bota no Açacu! É uma árvore temida pelo povo Ticuna! O Açacu tem dono! E, o dono é uma velhinha! E, quando queremos tirar, menos, dois litros de leite da árvore; tem que chegar lá e pedir: “— Vovó! Me dar teu leite, para fazer meu remédio vai cortar, ela não vai dar leite ... E, se sair, será bem pouquinho de leite! Então, tu pede dela! Se tu pedir com

respeito; esse leite vai escorrer muito! Ai, tu junta! Com esse leite, vai fazer o remédio: tu vai ficar bom! Ai, tu vai lá (depois!); e, diz pra ela: “— Vovó! Eu agradeço muito; porque me colaborou muito! Me ajudou na minha doença; e, agora, estou aqui porque fiquei bom!” Então, ela vai ficar muito satisfeita! Ela quer que tu chegue lá, e agradeça! O leite do Açacu serve como veneno: a pessoa usa esse leite pra fazer timbó! Quando passa embaixo do Açacu; a gente ficando muito ferido; por isso, essa árvore é de uma grande cobra! Quando não leva no pajé; a pessoa pela o corpo! Quando feiticeiro faz mal para pessoa; o leite serve para cozinhar e tomar banho nas folhas de Açacu! O leite — quando a gente tira — não é bom para pintar o corpo: porque sai ferida no corpo e pode morrer! É bom (também!) para matar o feiticeiro! Não é bom passar embaixo da árvore! A madeira dessa árvore é uma grande cobra! Por isso, que a gente não derruba o Açacu! Porque se tem medo de passar embaixo da árvore! É muito temido! O povo tem muito medo dele porque seu espírito se vinga. (Entrevista, 2018).

Essa cosmologia dá um entendimento de que essa madeira tem relação com outro ser natural mais temido dentro do mundo Ticuna. Ora, temida; ora, respeitada. Essas discussões giram em torno da categoria cosmológica Açacú-*Uatchiwa*. Nessas discussões, a anciã afirmou que o dono da vegetação do Açacú é um lagarto; e, que a origem dessa árvore se dá pelo esterco da Cobra Grande. Fato este surgiria como explicação cosmológica dessa planta; por trazer tamanha perversidade contra as crianças recém-nascidas: quando uma mulher tem uma criança de colo; é, terminantemente, proibido chegar nas proximidade da árvore de Açacú-*Uatchiwa*. Se a pessoa não tiver outra alternativa; deve pedir licença, para não lhe enviar doenças à criança. Ela afirmou que “os pajés são curados com esse Açacu. E, dono real é o lagarto: seu leite e as folhas servem para curar as doenças e para matar os feiticeiros; e, seus leites pode nos cegar os olhos”.

De igual modo, dona Carmen, da etnia Ticuna também expressou a sua opinião e conhecimento tradicional sobre o temido Açacú-*Uatchiwa*. Sua impressão a seguir:

Para matar um feiticeiro: quando o paciente estiver bem fraco; você faz fumaça todos os dias e mistura com todos tipos de planta! Não pode parar até ele morrer! E, quando estiver nas vésperas do feiticeiro morrer; ele começa gritar! Esse é a verdade do remédio! E, quando morrer; você já vai saber mesmo quem fez maldade para tua família. Quando ataca a uma criança; você, logo, tem que levar pro

pajé: senão; morre! Açacu pode matar uma criança bem rápido! Ele dá umas feridas no corpo; e, pode cair os cabelos da criança afetada. (Entrevista, 2018)

Outra cosmologia é descrita. Tüerüma é uma formação mitológica e sagrada. Dizem os anciões que ela é encantada — um tesouro vivo existente na floresta na terra do povo Ticuna. Gruber (1997, p. 42) informa: “*No Eware existe uma árvore encantada que se chama Tüerüma. Seus galhos crescem para a direita e para a esquerda. Quando as folhas da direita caem no chão, se transformam em onças*”. Tüerüma é considerada, pelos Ticuna, relacionada ao Tururi. Essa matéria fornecia as máscaras prontas — sem que as pessoas precisassem tirar o Tururi, para confeccioná-las. Essa prática cultural foi ensinada e utilizada pelos ancestrais; o que perpetua na memória dos Ticuna antigos. Bosi (1994, p. 39) transmite: “*a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloram na entrevista*”.

Nos grupos tradicionais, as memórias, as recordações ultrapassam a cosmovisão; e, ganham vida própria. São regidos (estes elementos) pelos espíritos dos sobrenaturais; os que surgem e ressurgem, com muita exatidão, da ficção à realidade do ponto de vista dos interlocutores indígenas; mesmo que permaneça obscura para quem busca a exata explicação.

## **5. Considerações Finais - explicação versada na Cosmologia Ticuna: fonte inesgotável**

O povo tradicional Ticuna nos demonstrou, via os aspectos culturais, que a natureza é provida de beleza e encanto. Entretanto e concomitantemente, que há uma vigilância total pelos donos; e, estes vigiam, cuidam e protegem — mesmo que essa proteção seja causada por uma reação não esperada e agradável. Ficamos surpresos com o que vimos, adotando o olhar dos anciões Ticuna; e, com tudo aquilo que ouvimos sobre a cosmologia das árvores. Foi uma experiência que nos permitiu crer, agir, duvidar, sonhar e imaginar. Foram momentos de êxtases, a partir da crença e do posicionamento do outro. Apesar de tudo que vivenciamos; as nossas perguntas não se esgotaram — assim como os nossos questionamentos, as nossas

reflexões; e (muito menos), a nossa ansiedade e dúvida. Uma coisa ficou confirmada, há muito que se estudar, investigar em relação ao mundo imaginário social Ticuna. A sabedoria é uma fonte inesgotável de natureza profunda e complexa; a qual se perpetua através do tempo, do espaço, e é guardada como uma preciosidade na memória deste povo.

## **6. Referências**

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3a ed. São Paulo, Companhia das Convenções nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras(es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM, 2009.

GLUBER, Jussara. Organizadora. *O Livro das Árvores*. Benjamin Constant: Organização Geral dos Professores Tikuna Bilíngue, OGPTB 1997.

PINTO, Maria Auxiliadora, JUSTAMAND, Michel, SOUSA, Sebastião (Orgs.). *Diálogos Interdisciplinares e Indígenas*. São Paulo: Alexa Cultural, 2017.

PINTO, Maria Auxiliadora. *Histórias e Culturas indígenas de Loma Encantada: um santuário na selva amazônica colombiana*. In. *Diálogos Interdisciplinares e Indígenas*.

SOUZA, Márcio. *Mad. Maria*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

STRAUSS, Lévis. *Mito e Significado*. Campinas São Paulo: Papirus, 1987.

# A presença do imigrante peruano no comércio da cidade de Benjamin Constant no Estado do Amazonas<sup>1</sup>.

*Marinilde Verçosa Ferreira  
Iraíldes Caldas Torres  
Frâncio Costa Simão  
Bruno dos Santos Rodrigues*

## Introdução

Falar da Amazônia profundamente remete o pensamento a lugares, muitas vezes, esquecidos no tempo — à margem das políticas centrais de desenvolvimento, distante dos grandes centros, sob logística de difícil acesso, para mencionar. Insere-se, neste contexto, Benjamin Constant, como uma população de 40.417 habitantes (IBGE, 2016), afastado de Manaus, capital do Estado do Amazonas; a aproximadamente há 1.120 km em linha reta. Encontra-se unido aos territórios dos maiores países amazônicos: Brasil, Peru e Colômbia — conjunto, também, de nomenclatura como a região da Tríplice Fronteira<sup>2</sup>.

O acesso à cidade no território brasileiro ocorre por meio de duas modalidades: via fluvial e via aérea. O meio de locomoção mais utilizado pelos habitantes locais é o transporte fluvial — o trecho Manaus–Benjamin Constant demanda, aproximadamente, cinco a sete dias; a depender da sazonalidade do rio Solimões, para chegar a seu destino. O acesso por via aérea ocorre no trecho Manaus–Tabatinga; continuando no transporte táxi fluvial (lanchas, com motor de popa de 60, 80, 110 HP; conhecidas como baleeiras), para fazer a travessia Tabatinga–Benjamin Constant, na confluência do rio Javari com o rio Solimões.

1 Publicado nos Anais do EPPAC 2017 - IV Encontro de Políticas Públicas para a Pan Amazônia e Caribe, 2017, Boa Vista — Roraima. ISSN: 2594-3685 >[www.eppac.com.br](http://www.eppac.com.br)<

2 A região é composta, basicamente, pela floresta e pelos rios da Bacia Amazônica; e, é conhecida como Alto Solimões. O local da Tríplice Fronteira (Brasil-Colômbia-Peru), onde estão localizadas as cidades-gêmeas de Tabatinga, no lado brasileiro, e Letícia no lado colombiano, é o principal ponto de comunicação entre os dois países.

Para compreender a dinâmica deste pequeno lugar da Amazônia; não basta, apenas, contextualizar a fronteira territorial. Pois, há, também, outras fronteiras; como a da etnicidade, com influência dos primeiros habitantes da região do Alto Solimões, os indígenas — os quais formavam diversas etnias. Nessa região, predominavam os Cambeba “cabeças-chatas”, os Cocamas, os Omáguas; que detinham amplo domínio das várzeas do Alto Solimões e que foram substituídos pelos Ticunas — constituindo-se numa das maiores nações indígenas do Brasil (*PORRO, 1995, p. 66*). A cidade de Benjamin Constant está voltada para o rio que se constitui como porta de entrada e saída; abrigando populações migrantes da zona rural, dos países vizinhos, Colômbia e Peru, além de pessoas oriundas de outras regiões do país.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Benjamin Constant recebeu grande quantidade de migrantes; motivados a trabalharem nos seringais dos altos rios. Existem 64 comunidades tradicionais habitadas por povos tradicionais; tais quais: pescadores, agricultores, seringueiros, extratores e coletores de modo geral. É uma cidade fronteira; com dinâmica peculiar; fortemente atrelada à dinâmica internacional, tendo em vista que se encontra unida aos territórios do Peru e Colômbia, formando a região da Tríplice Fronteira. A Constituição Federal de 1988 dispõe que as tríplices fronteiras são áreas, dentro de um perímetro correspondente a 150 km de largura, em que ocorre a confluência entre três Estados-Nação — neste levantamento, Brasil, Peru e Colômbia —; onde se entrelaçam relações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Nesta localização, crescem as atividades comerciais, exercidas pelos imigrantes peruanos em Benjamin Constant; assim como em vários municípios da área do Alto Solimões. Este estudo analisa a realidade multifacetada deste longínquo lugar da Amazônia e a atuação do imigrante peruano no comércio da cidade.

## **As diferentes faces da realidade fronteira de Benjamin Constant**

A realidade fronteira de Benjamin Constant é diversificada, pluridimensional e complexa. Reflete-se como resultante da

formação histórica de disputa de poder, entre as nações hegemônicas; as quais se estenderam, desde os tempos coloniais. Não obstante, tenham passado vários séculos; os impactos persistem como visíveis na formação social da Amazônia — tais como a opressão e as desigualdades sociais, a intensa exploração dos recursos naturais e a usurpação das divisas regionais; bem como os estereótipos e preconceitos no tocante aos valores culturais, costumes e saberes tradicionais de seus habitantes.

Acrescentem-se, simultaneamente, as mudanças político-administrativas — estas, decorrentes da formação dos Estados-Nação —, além das transformações socioeconômicas — que tem forte relação com as conjunturas locais, nacional e global. Isto vem ratificar a fronteira de muitas e diferentes coisas dita por *Martins (2012)*. Na perspectiva de *Lefebvre (1978)*, é um espaço; onde, assentam-se relações sociais (uma vez que, nele, projeta-se o trabalho humano; o qual vem lhe atribuir um significado histórico). *Nogueira (2007)* enfoca a persistência da visão de fronteira como outra face do centro que ocasionou a dicotomia centro-periferia, “a fronteira não poderia ter outra imagem senão a de lugar em que vicejam as contravenções, o contrabando, a saída ou a entrada daqueles que infringem a lei e a ordem em seus respectivos Estados” (*IBIDEM, p. 450*).

É pertinente que as sondagens respectivas revelem as diferentes faces desta realidade. Isso emerge, alicerçado ao fulcro de uma metodologia com base antropológica e sociológica; a qual estabeleça conexões com a vida social: envolvendo as subjetividades e o imaginário das populações locais em relação à fronteira. A fronteira, assim, é o lugar do humano, do recomeço, do encontro, da construção e reconstrução de muitas pessoas — quem, de alguma forma, foi expropriado e expulso de seus territórios (consoante exprime muito bem fundamentadamente o caso dos povos indígenas e dos nordestinos). Outros contingentes humanos, igualmente, da mesma forma foram abandonados pelo seu próprio território federal de origem; em conformidade à querela dos peruanos: buscam estes (neste longínquo lugar) novas oportunidades e meios que garantam o seu sustento; bem assim, o de sua família. *Castro (2012, p. 58 -59)*

explana: “a fronteira é um espaço complexo, com muitos atores sociais e étnicos e agentes econômicos, redes de comércio, migrantes que chegam com interesses diversos e veem aí um espaço também de oportunidades e de negócios”. É, nesse universo de diversidade e heterogeneidade, que se apresenta a vida na fronteira.

Benjamin Constant, à semelhança da maioria das circunscritas cidades da orla fronteira, recebe muitos habitantes de diferentes perímetros — sobretudo, os das nações limítrofes. É uma porta aberta para a entrada de cidadãos vindos do interior do município. Mais recentemente, tem recebido habitantes dos trechos circunvizinhos: aglomeração que se desloca para cursar graduação no polo da Universidade Federal do Amazonas, situado na cidade; e, muitas vezes, acaba se instalando com a família, definitivamente, no ambiente. Acolhe sujeitos de outras ramificações brasileiras; mas também da Colômbia; e, principalmente, do Peru. É comum subir a rampa do porto da urbe; e, chegando ao centro comercial, ser cumprimentado por comerciantes peruanos, oferecendo seus produtos. Caminhando um pouco mais à frente, a cena se repete; deparando-se com o comércio peruano e a expressiva marca desse imigrante na cidade. De acordo com *Botía (2008)*, o envolvimento do imigrante peruano na urbanização de Benjamin Constant se deu com maior intensidade na década de 1980; decorrente do auge da produção madeireira. Nesse período, houve maciço fluxo migratório, atraído pelo trabalho de beneficiamento da madeira nas serrarias deste centro urbano.

Ressalte-se que a participação do imigrante peruano é frequente nas cidades do Alto Solimões. O acesso, via malha fluvial que liga o Brasil ao Peru, facilita a imigração para o território pátrio. Alinhado a isto, comunica *Silva (2012)*: grande parte dos peruanos que migram para a Amazônia vem da Amazônia peruana; em consequência da facilidade de acesso pela via fluvial. *Oliveira (2000)* corrobora este parecer; visto que nem o afastamento geográfico impediu que as cidades amazônicas sofressem a influência de um contexto cultural mais amplo, uma vez que os homens não produzem suas culturas de forma isolada. Essa mistura de culturas está presente no cotidiano da população; manifestando-se nos diferentes idiomas fa-

lados e mesclados, na culinária, na música, nas diferentes moedas em circulação, no modo de vestir, como setores a destacar.

### **A presença do imigrante peruano no comércio da zona urbana de Benjamin Constant**

A priori, a origem de Benjamin Constant tem influência direta das práticas do comércio — sobretudo, durante a atividade da economia gomífera. A posteriori, na economia madeireira e no comércio em geral, atualmente. O comparecimento do imigrante peruano se faz notar desde o período da borracha — seja como seringueiro/seringalista; seja como comerciante. Na atividade madeireira, atuava, mormente, como trabalhador braçal. Nas serrarias, hodiernamente, parte da economia da cidade é dinamizada pelo comércio em geral desses imigrantes; além da prestação de serviços profissionais em diversos perfis, como médicos, enfermeiros, dentistas, pedreiros, mecânicos, borracheiros, cabeleireiros.

Nas décadas de 1970–1980, período áureo da economia madeireira; quem detinha o monopólio do comércio, no setor do Alto Solimões, eram os brasileiros, donos de serrarias — quem investia no terceiro setor; primordialmente, na expansão de redes de lojas comerciais, com equipamentos e produtos industrializados, adquiridos na capital Manaus. Os itens angariados na Zona Franca de Manaus eram mais acessíveis em termos de preços — fator determinado pela isenção de impostos. Isso possibilitava, aos comerciantes, a oferta de gêneros e serviços com menores preços e maior competitividade; além de elevar o crescimento das taxas de lucros, e o monopólio do comércio em todos os arredores: os países vizinhos eram consumidores em potencial do empresariado local, por conseguinte.

As mudanças na conjuntura política e econômica trouxeram modificações significativas na economia local, com forte impacto nas classes empresarial e trabalhadora. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Meio Ambiente adquire um patamar importantíssimo. Pelo artigo 225<sup>3</sup> do aludido instrumento, discipli-

<sup>3</sup> Artigo 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. [...] § 4.º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á,

nam-se questões específicas a respeito. No § 4.º, a Amazônia é incorporada na privilegiada categoria de patrimônio nacional. *Becker (2009)* enfatiza o surgimento de uma nova política de desenvolvimento; a qual, estruturando-se nos anos 1990 nacionalmente, veio substituir o modelo exportador predominante durante os séculos XIX e XX. Trata-se de um padrão de aperfeiçoamento pautado na sustentabilidade dos recursos naturais — em cujo momento, a Amazônia passou a ocupar o centro das atenções internacionais por suas riquezas presentes no subsolo, seu grande potencial hídrico, seu patrimônio biológico. Um olhar crítico permite dizer que “o interesse e a percepção dominantes ainda atribuem à Amazônia a condição de fronteira de recursos” (*BECKER, 2009, p. 21*).

Em Benjamin Constant, a exploração da madeira se baseava na extração desordenada das árvores da floresta, sem aporte de tecnologia que viesse a contribuir para o máximo aproveitamento desse recurso do ramo econômico nacional. O fechamento da maioria das serrarias existentes neste citado ambiente ocasionou prejuízos ao empresariado madeireiro local; refletindo-se na eliminação dos postos de trabalho — além da perda do monopólio comercial da região da Tríplice Fronteira, por parte dos brasileiros. O terceiro setor e a atividade madeireira (especificamente) eram os responsáveis por manter aquecida a economia local. Dois fatores foram determinantes na mudança do cenário econômico de todo o derredor do Alto Solimões. Em primeiro momento, a atividade madeireira entrou em declínio por questões de alternância na legislação ambiental.

Em segundo, como reação, resultou na proibição das práticas extrativas nos moldes em que eram praticadas: as tais eram incompatíveis com a nova legislação. Infere-se: a substituição do monopólio do comércio brasileiro pelo estrangeiro na circunscrição acontece num contexto de desajuste econômico local; não havendo interesse do Estado em investir em políticas públicas capazes de desenvolver economicamente o interior. As incipientes iniciativas existentes não prosperaram; como resposta aos planejamentos equivocados e inapropriados às condições e realidade da economia local.

---

na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

A economia dos municípios do Amazonas ficou relegada à agricultura de subsistência e a alguns repasses do governo federal e municipal. Para Nascimento e Silva (2015), a produção do setor primário do Estado do Amazonas apresenta idiossincrasias típicas de regiões de baixo desenvolvimento; redundando na sua pequena parcela no PIB — a que não ultrapassa os 5%. Sendo, por conseguinte, incipiente a sua participação na geração de riqueza. Posto isto, “*traduzindo-se em uma perspectiva econômica, convive-se com uma agricultura, predominantemente, de baixa produtividade, para não dizer atrasada*” (IBIDEM, p. 13). Essa é uma realidade de grande parte dos municípios amazônicos que tem suas economias ancoradas no extrativismo, na pequena agricultura, caça, pesca — os que pouco contribuem para a arrecadação estadual. Afere-se: dependem, grandemente, da ação do Estado, no tocante à promoção de políticas públicas de cunho socioeconômico; que, por outro lado, tem se mostrado precária. A ação fragmentária do Estado para fortalecer as bases econômicas da região oportunizou o crescimento do comércio estrangeiro na abrangência de Benjamin Constant, bem como nas diversas localizações do Alto Solimões.

A falta de medidas estatais direcionadas ao desenvolvimento da economia local (que busque proporcionar trabalho e renda), associada à incipiente fiscalização (representante da precária atuação dos governos municipal, estadual e federal) favorecem o comércio informal e ilegal de estrangeiros nesta redondeza. Em um perímetro, onde a renda das famílias é mínima, prevalece o menor preço. Nesta interinidade, os produtos peruanos dominam o mercado local, em função dos baixos preços (associados a mais lucros ilícitos); haja vista que as mercadorias estrangeiras adentram o país, muitas vezes, ilegalmente; sem, pois, pagamento dos respectivos impostos. Isso permite comercializar com baixos valores, além de criar uma concorrência desleal com as empresas legalizadas regularmente.

Nos estudos realizados na circunferência de Benjamin, a propósito dos impactos do comércio estrangeiro, *Ferreira e Cacellier* (2015, p. 100) concluíram: no segmento de motocicletas, “a oferta estrangeira mais barata representou uma ameaça para as empresas

nacionais estudadas. Neste interregno, a concorrência tornou-se um monopólio puro a favor das empresas estrangeiras, já que detinham a melhor oferta no aspecto preço”. Ementes, esse mercado é favorável ao consumo das classes subalternizadas — as que vivem com poucos recursos; e, hoje, vêm ganhando forças no âmbito das relações comerciais.

A contribuição do imigrante peruano é muito forte na Amazônia brasileira. De acordo com Silva (2012), isso se deve, em parte, aos baixos custos de locomoção; dado que grande parte dos percursos é feita pela via fluvial (em barcos) — onde, há pouco controle nas áreas de fronteira. Esse migrante é envolvido tanto pelos grandes centros, como Manaus (AM) e Boa Vista (RR); quanto pelas pequenas cidades, dentre elas, Tabatinga e Benjamin Constant. Nesses contextos fronteiriços, o fator de atração é a oportunidade de trabalho no comércio: quer no mercado formal; quer no informal. Outros setores do campo de labor oferecem grandes chances de ingresso: “como é o caso dos trabalhadores da saúde, médicos e enfermeiros, os quais se fazem presentes, particularmente, nas pequenas cidades do interior da Amazônia onde há demanda dessa mão de obra. A educação, a gastronomia e o setor de serviços atraem profissionais peruanos” (SILVA, 2012, p. 261).

Souza (2015) assinala que, nesta cidade de fronteira, tem-se a “presença marcante do comércio realizado por imigrantes peruanos. Esse comércio hodierno em expansão faz parte de sua razão de ser, não é responsável pela sua origem, mas é inegável que os imigrantes peruanos fazem parte de sua história” (IBIDEM, p. 65). Em Benjamin Constant, o imigrante peruano atua como vendedor ambulante nas ruas, praças, mercado e feira (mercado subinformal); bem como nos pequenos negócios, geralmente, no mercado do artesanato, vestuário, bijuterias, CDs, movelaria, hortifrutigranjeiro, oficinas (mercado informal); e, hotelaria, restaurante, salão de beleza, autopeças, mercadinhos, lojas de vestuário (mercado formal). Atuam, concomitantemente, nos serviços profissionais especializados — sobretudo, da área da saúde —; que são essenciais para a sociedade local, na medida em que, nessas cidades, há carências desses

profissionais — de tal modo que esse imigrante tem grande influência e participação nos mercados de bens e serviços em Benjamin Constant.

### **Considerações finais**

A realidade fronteiriça desta pequena parte da Amazônia revela uma dinâmica peculiar, uma pluralidade sociocultural e práticas locais entrelaçadas às globais. Essas peculiaridades formatam esta região em um lugar ímpar e múltiplo; sem embargo de caos e desordem. Como parte desta realidade, é um lugar de pessoas simples; cidadãos multiculturais, com batalha diária pela sobrevivência; entrementes que nunca perdem a esperança de uma vida melhor, mesmo diante da pluricultural invisibilidade social e política.

Na circunscrição de Benjamin Constant, é muito forte a presença do imigrante peruano; daquele que tem, como fator de atração, a oportunidade de trabalho no terceiro setor, com atuação no campo mercantil formal, informal e subinformal. Sua atuação pode ser constada na área transacional perimetral, em pequenos estabelecimentos — como grupos de vendedores ambulantes, no mercado, na feira, na praça; e, os pequenos estabelecimentos comerciais vêm se expandido para alguns bairros da cidade, como efeito desta cooperação estrangeira. Trata-se da comercialização de mercadorias acessíveis, quanto ao preço; pensadas e voltadas para o consumidor pauperizado. A falta de estímulos à produção favorece, ainda mais, o negócio influenciado por estrangeiros em Benjamin Constant — assim como na região do Alto Solimões —; o que vem tornando os municípios da região dependentes do trânsito de itens dos países vizinhos, Colômbia e Peru.

A ação fragmentária do Estado para fortalecer as bases econômicas da região oportunizou o crescimento mercadológico estrangeiro nos arredores de Benjamin Constant, bem como nas diversas localizações do Alto Solimões. São fragmentadas e descontínuas as políticas direcionadas ao crescimento da economia local; cuja contribuição do conjunto busque proporcionar trabalho e renda. Associa-se esta particularidade à incipiente fiscalização, pela pre-

cariedade de atuação dos governos municipal, estadual e federal; que terminam por favorecer o tráfico informal e ilegal de estrangeiros nesta região. Esses fatores têm contribuído significativamente para a expansão desse comércio em Benjamin Constant e região do Alto Solimões.

## **Bibliografia**

BECKER, Bertha Koiffman. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOTIA, Carlos Gilberto Zárata. *Silvicolas, seringueiros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfonteriza en la Amazonia de Brasil, Peru y Colom Hortencia, 1880-1932*. Leticia: Universidade Nacional de Colômbia, Instituto Amazônico de investigaciones (IMANI), 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASTRO, Edna. *Expansão da fronteira, megaprojeto de infraestrutura e integração*. Caderno CRH. v. 25. n. 64, jan/abr. Salvador, 2012.

FERREIRA, Keliton da Silva; CANCELLIER, Everton Luis Pellizaro de Lorenzi. *O impacto da ilegalidade para a mudança estratégica: o caso de uma loja de autopeças e serviços*. In: GUIMARÃES, Marcelo de Almeida; NAKAUTH, Ana Carolina Souza Sampaio; ACIOLI, Agno Nonato Serrão (Orgs). *Ciências, natureza e cultura na região Amazônica*. Manaus: EDUA, 2015.

LEFBVRE, Henry. *De à el'Etat. Les contradictions de l'Etat moderne*. Paris: Union Generale d'editions, 1978.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

NASCIMENTO, Luiz Roberto Coelho; SILVA, Rafael Nery da. *O distrito agropecuário da Suframa: um desafio*. In: NASCIMENTO, Luis Roberto Coelho (org.). *Estudos selecionados de desenvolvimento rural no Estado do Amazonas*. Manaus: Eco & Companhia, 2015.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. As redes geográficas na fronteira da Amazônia. *Revista Acta Geográfica*. v. 2, n. 3: Roraima, jan./jun. 2008.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Amazonas: a divisão da monstruosidade geográfica. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

OLIVEIRA, José Aldemir. Urbanização da Amazônia: novas integrações e velhas exclusões. In: OLIVEIRA, José Aldemir de Oliveira; PE. GUIDOTTI, Humberto (Org.). *A igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

PORRO, Antônio. O povo das águas: Ensaio de etno-história Amazônica. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SILVA, Sidney Antonio da (org.). *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec; Manaus: FAPEAM, 2012.

SOUZA, Alex Sandro Nascimento de. *Cidades amazônicas na fronteira Brasil-Peru*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2015.



## Desafios no processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar Ticuna

Nelly Mary Oliveira de Souza

### Introdução

A partir dos grandes avanços tecnológicos, o processo educacional sofreu profundas transformações; as quais se refletem diretamente no contexto escolar. Para Tragtenberg (1980), o capitalismo, no seu processo de desenvolvimento, separou da vida produtiva a criação e a transmissão da cultura, sequestrou o corpo de conhecimentos — cuja origem é social, em instituições privadas ou estatais. Disto, decorre a emergência da instituição escolar como diferenciada. A educação possui o sentido de transformar o homem, buscando libertá-lo. Possibilita-lhe ter uma nova visão de mundo, capaz de tomar decisões e criar novas estratégias de solucionar problemas. Nas palavras de Morin (2000), a educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum conduz os seres humanos, onde quer que se encontrem. Estes devem se reconhecer em sua humanidade comum; e, ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano. Conhecer o humano é, antes de mais nada, situá-lo no universo — e, não separá-lo dele.

É imprescindível o acesso e a qualidade de educação a todos; buscando a formação de cidadãos plenos, capazes de exercer seus direitos e deveres em uma sociedade — independentemente de sua condição social, econômica, política, étnica, religiosa (para citar). O artigo 205, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), garante que *“a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*.

No que diz respeito à Educação Indígena, podemos observar que, constitucionalmente, o direito a esta não se privilegia a um

tipo de clientela. Pelo contrário: é assegurada prerrogativa, também, aos povos indígenas o direito a uma qualidade de educação — em cujo contexto, valorizem-se e respeitem-se aos seus saberes e conhecimentos tradicionais; garantindo, assim, o acesso e a participação dos conhecimentos universais e locais.

Corroborar a Legislação pátria infraconstitucional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), em seu Artigo 78, parágrafo I, afirma que a Educação Indígena deverá ter, como objetivo: *“proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências”*.

Nesta concepção, podemos perceber que a educação engendra o anseio pelo respeito ao outro; na aceitação do direito de sermos diferentes e o modo como cada um se desenvolve na busca incessante do conhecimento. No Artigo 50, do Estatuto do Índio (1973), assegura-se: *“a educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais”*. Permite-nos vislumbrar e quebrar paradigmas cartesianos; oportunizando uma visão libertadora de pensamentos, a que nos impulse à análise crítica e própria emancipação.

Este artigo busca verificar os desafios enfrentados pelos docentes da Escola Municipal Indígena João Ayres da Cruz, localizada na Comunidade de Umariacú II, no Município de Tabatinga-AM.

A metodologia utilizada consiste na pesquisa de campo, por meio da abordagem qualitativa, com a utilização de entrevistas com a Diretora e 2 professores. Utilizamos, concordemente, a observação não participante; com o intuito de averiguarmos as dificuldades, frente ao processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar Ticuna.

Os resultados da análise temática poderão contribuir para uma reflexão sobre currículo e aprendizagem significativa, prática pedagógica indígena e os combates dos mestres no processo-ensino e aprendizagem, no contexto escolar Ticuna; possibilitando, assim,

um novo olhar sobre a Educação Escolar Indígena — levando em conta suas especificidades e saberes tradicionais; dentro da sua realidade sociocultural.

### **1. Reflexões acerca do Currículo e Aprendizagem Significativa**

À proporção que a sociedade evolui, torna-se crucial a transformação no processo educacional; visto que a rapidez das informações emerge e brada por uma escola que crie condições e espaços para atender às intempéries contemporâneas. Para Freire (2004), quando a escola foi implantada em área indígena; as línguas, a tradição oral, o saber e a arte destes povos foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaprendessem sua cultura e deixassem de ser indivíduos indígenas. É importante conhecermos as raízes da própria cultura; no caminho de nos aproximarmos de sua realidade.

Diante desta concepção e das transformações ocorridas no processo histórico da sociedade; a Educação Escolar Indígena advém, tal qual fruto da valorização da sua identidade e no reconhecimento dos seus saberes tradicionais: buscando potencializar os seus valores, sua cultura e a sua língua materna. Esses fatores devem estar embutidos no currículo da escola; encontrando esta reação amparado no Artigo 15 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, a saber:

O currículo das escolas indígenas, ligado às concepções e práticas que definem o papel sociocultural da escola, diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços da escola, de suas atividades pedagógicas, das relações sociais tecidas no cotidiano escolar, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades (BRASIL, 2013, p. 409).

A Educação Escolar Indígena tende a integrar a construção de um currículo que auxilie nas especificidades dos alunos Ticuna; fortalecendo sua identidade cultural, por conseguinte. É preciso que sejam implementadas estratégias que visem a valorização de seus sa-

beres tradicionais; explorando, conseqüentemente, suas capacidades comunicativas e sociais dentro do seu contexto local.

Luciano transmite:

A educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas, enquanto a educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos acontecimentos não indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores.

(LUCIANO, 2006, p.129)

A Escola Municipal Indígena João Ayres da Cruz acompanha a Matriz Curricular da Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas<sup>1</sup>. Trata-se de lócus de nossa pesquisa; e, possui a seguinte Matriz Curricular Intercultural, referente à Resolução nº 02/2014-CEEI-AM<sup>2</sup>:

**Quadro 1: Matriz Curricular Intercultural — Resolução nº 02/2014-CEEI-AM**

Descrição dos Componentes da Matriz Curricular Intercultural de Referência para o Ensino Fundamental I	
Áreas do Conhecimentos	Componentes Curriculares
Linguagens	Língua Indígena; Língua Portuguesa e Conhecimentos Tradicionais; Arte, Cultura e Mitologia; Práticas Corporais e Esportivas.
Matemática	Matemática e Conhecimentos Tradicionais.
Ciências da Natureza	Ciências e Saberes Indígenas.
Ciências Humanas	História e Historiografia Indígena; Geografia e Contextos Locais.
Formas Próprias de Educar	Oralidade, trabalho, lazer e expressões culturais.

A escola, enquanto ambiente mediador do processo de en-

1 Lei Federal Nº 9.394/96. RES. Nº 7/2010 CNE. RES. Nº 05/2012 CNE. RES. Nº 11 2001 CEE/AM.

2 Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas/CEEI-AM.

sino-aprendizagem, desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos; contribuindo para que os estudantes sejam autores da construção do seu próprio conhecimento. Em relação a esta concepção, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (2013, p.387) lança luz: “*às escolas indígenas, dentro de sua autonomia, devem adequar os currículos do Ensino Fundamental aos tempos e aos espaços da comunidade, atentando para os diversos tempos e modos de aprendizagem de cada estudante indígena*”.

Esta entidade de ensino, em vislumbre, desenvolve ações educativas; promovendo o fortalecimento da identidade Ticuna dos estudantes — respeitando sua cultura, costumes, tradições, crenças e língua. No que se refere ao objetivo da educação, Brasil (1998) garante que se deve oportunizar aos alunos o desenvolvimento de suas capacidades — e, isso, ainda que os mesmos vivenciem diferentes modos de ver o mundo; sob prisma das formas de inserção social, política e cultural: daí o verdadeiro sentido de uma aprendizagem significativa.

Note-se que o processo de ensino-aprendizagem requer a valorização dos conhecimentos prévios dos discentes — na educação escolar indígena, é preciso reconhecer os saberes tradicionais, como ponto de partida, para desencadear e promover a aprendizagem significativa. Nesse sentido, o artigo 7º, §2º, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (2013) institui: “*os saberes e práticas indígenas devem ancorar o acesso a outros conhecimentos, de modo a valorizar os modos próprios de conhecer, investigar e sistematizar de cada povo indígena, valorizando a oralidade e a história indígena*”.

Alicerçando-nos nesses pressupostos, partimos da concepção de ser possível chegarmos a uma aprendizagem significativa — desde que se desenvolvam as capacidades dos escolares Ticuna; geradas do seu convívio sociocultural; e, decorrentes das observações realizadas. Percebemos que a escola promove estratégias cooperadoras na construção da aprendizagem significativa; nada obstante não possua Projeto Político pedagógico — PPP. De acordo com a gestora,

o mesmo texto orientador está em processo de elaboração. Como sabemos, o PPP define a identidade escolar e indica caminhos para a realização do ensino; visando à qualidade na educação oferecida por ela. Acerca disso, as diretrizes delineiam:

Art. 14 O projeto político-pedagógico, expressão da autonomia e da identidade escolar, é uma referência importante na garantia do direito a uma educação escolar diferenciada, devendo apresentar os princípios e objetivos da Educação Escolar Indígena de acordo com as diretrizes curriculares instituídas nacional e localmente, bem como as aspirações das comunidades indígenas em relação à educação escolar (BRASIL, 2013, p.408).

Diante do processo histórico-cultural na construção identitária — geradas ao longo de lutas e imposição de significados de culturas diferentes —; cabe a escola organizar o seu trabalho pedagógico; essencialmente, fundamentado em um currículo dinâmico e flexível, considerando a identidade cultural dos discentes Ticuna.

## **2. Desafios dos professores no Processo-Ensino e Aprendizagem**

Esta sondagem foi realizada, proporcionalmente, à coleta de entrevista semiestruturada direcionada à gestora e aos professores; frente ao intuito de conhecer os seus obstáculos no processo de ensino-aprendizagem e as práticas pedagógicas utilizadas no contexto escolar Ticuna.

De acordo com o professor José, 39 anos, o principal desafio está relacionado com a compreensão da Língua Portuguesa; de cujo cenário, alunos possuem dificuldade de interpretar textos. Em decorrência do quê: apenas, reproduzem o que está escrito no quadro; mas não compreendem o verdadeiro sentido das palavras (Entrevista, 2018). Outra educadora ouvida, durante o mesmo levantamento, relata o seguinte: um dos grandes desafios está relacionado à língua; sendo que o aprendiz precisa entender o que o instrutor está explicando na aula de Língua Portuguesa: para haver essa compreensão; o professor precisa, pacientemente, realizar uma dinamicidade de tradução (Joana, 37 anos, entrevista, 2018).

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas — RCNEI (BRASIL, 1998, p. 117) considera: “a inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o status de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira”. Os enfrentamentos apresentados pelo corpo docente é a dificuldade em se ensinar a Língua Portuguesa; dado que, de acordo com este: a classe lê e escreve; entretanto não há uma compreensão significativa para a turma. A Língua é um processo que aspira à compreensão das realidades sociais e à identificação de um determinado povo.

Para Bittencourt e Silva (2002, p. 75):

A inclusão das línguas maternas ou primeiras línguas nos currículos escolares indígenas, entendida como estratégia de resistência cultural, parece tomar como referencial para a valorização da preservação destas línguas os padrões das línguas dominantes, em uma de suas modalidades de comunicação, isto é, a escrita. Ou seja, há um entendimento de que a capacidade de resistência linguística das populações indígenas se reduz à escrita e que a língua falada é frágil neste processo. Cabe, no entanto, perceber a importância da língua falada para alguns povos que a consideram símbolo de resistência [...].

Em conformidade com relatos dos educadores entrevistados: os educandos que possuem facilidade neste processo são aqueles cujos pais interagem e se comunicam tanto por uso da língua Ticuna como na Língua Portuguesa. E, os demais, tendem a não compreender (codificar e decodificar; interpretar), diante do fato de que, no interior do seu ambiente familiar, utilizam os membros familiares e demais somente a língua materna Ticuna — resultando nisto: não falam e nem compreendem a Língua Portuguesa.

Em nossa abordagem, procuramos saber qual a importância do ensino da Língua Portuguesa na concepção dos ensinadores. Todos os entrevistados consideram-na relevante; tendo em vista que a comunicação é essencial na vida em sociedade intercultural, e o domínio da Língua Portuguesa faz parte imprescindível, como *conditio sine qua non* desse processo. Em concordância com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI):

Aprender e saber usar a Língua Portuguesa na escola é um dos meios de que as sociedades indígenas dispõem para interpretar e compreender as bases legais que orientam a vida no país, sobretudo aquelas que dizem respeito aos direitos dos povos indígenas. Todos os documentos que regulam a vida da sociedade brasileira são escritos em português: as leis, principalmente a Constituição, os regulamentos, os documentos pessoais, os contratos, os títulos, os registros e os estatutos. Os alunos indígenas são cidadãos brasileiros e, como tais, têm o direito de conhecer esses documentos para poderem intervir, sempre que necessitarem, em qualquer esfera da vida social e política do país (BRASIL, 1998, p. 121).

Ao serem indagados sobre a precipuidade de fortalecimento da língua no processo de educação formal; obtivemos a seguinte palavra: *“temos consciência do fortalecimento da nossa língua materna; e, tentamos repassar para os nossos alunos a mesma visão. Mas a língua portuguesa também é importante; porque é através dela que nos comunicamos, quando vamos à cidade Tabatinga”* (Joana, entrevista, 2018).

Outro professor ouvido revela o seguinte: *“é importante porque a gente não vive isolado. A gente precisa e quer também se comunicar com outras pessoas. Muitos de nossos alunos saem da comunidade; para estudar outros cursos na cidade. Então, eles têm que saber a Língua Portuguesa”*. (José, entrevista, 2018)

Consoante às respostas dos professores, a motivação para que os alunos Ticuna aprendam a Língua Portuguesa está ligada à situação de contato a que estão submetidos — ainda mais, no contexto em que se insere a Tríplice Fronteira. Retratando isso, é o que é mais evidente na passagem do trecho da fala da Professora Joana: *“porque é através dela que nos comunicamos, quando vamos à cidade Tabatinga”*. (Entrevista, 2018)

O ensino da língua Portuguesa para os escolares indígenas torna-se uma grande escalada, derivada das peculiaridades culturais e linguísticas existentes nas proximidades das cidades vizinhas.

### 3. Prática Pedagógica Indígena

Decursivo fenômeno das reflexões respectivas ao quadro complexo citado pelos docentes; constatamos que a Língua Portuguesa é fundamental para o aperfeiçoamento de suas práticas pedagógicas em sala de aula.

Buscando conhecer de que forma os funcionários trabalham convivência ambientada; adquirimos a seguinte expressão do Professor José:

Mostro o desenho, objeto ou frutas; dando o nome em língua portuguesa; e, conseqüentemente, trabalho a sua escrita. E, em outro momento, especificamente, no componente curricular Língua Indígena; retorno com o conteúdo da aula anterior. Porém, nesse momento, realizo a tradução para a língua materna Ticuna. (Entrevista, 2018).

A rotina pedagógica nos permite desenvolver estratégias motivadoras do percurso de ensino-aprendizagem, de forma dinâmica, diferenciada e atrativa. Para Bruno (2011, p.95), *“a prática cotidiana do educador com seus estudantes jamais pode se converter em uma bola de cristal para adivinhar futuros; a prática se forma através de ações vinculadas à realidade do contexto escolar”*.

Quanto à percepção da professora Joana, em relação à sua experiência; explicou que:

Ao se trabalhar o conteúdo das vogais com os alunos do 1º ano do Ensino Fundamental I; primeiro, é mostrada uma fruta (no caso, um abiu). Isso será trabalhado com a letra A, referente ao Componente Curricular de Língua Portuguesa; explicando, também, para o aluno, como se escreve. Em uma outra aula de Língua Indígena, o professor irá trabalhar como se dá a escrita e a leitura da referida fruta na língua materna Ticuna (Entrevista, 2018).

Conciliar os conteúdos com a realidade dos discípulos proporciona a contextualização do seu ambiente sociocultural. Outro fator que se evidencia na fala da entrevistada é a interdisciplinaridade — fortalecendo no aprofundamento dos conhecimentos de forma dinâmica e significativa. Para Fazenda:

A interdisciplinaridade necessária e básica para conhecer e modificar o mundo são possíveis de caracterizar-se no ensino através da eliminação das barreiras entre as disciplinas e entre as pessoas. A superação das barreiras entre as disciplinas consegue-se no momento em que instituições abandonem seus hábitos cristalizados e portam em busca de novos objetivos e no momento em que as ciências compreendam a limitação das barreiras de seus aportes. Mas difícil que esta, é a eliminação das barreiras entre as pessoas, produto de preconceitos, falta de formação adequada e comodismo. Essa tarefa demandará a superação de obstáculos psicossociológicos, culturais e materiais. (FAZENDA, 1991, p.57)

Ao analisarmos os pareceres; deparamo-nos com o fato: as experiências pedagógicas dos ensinadores indígenas favorecem o estímulo educacional dos letrandos; atendendo às suas demandas interdisciplinares, dentro do seu contexto sociocultural intercultural. Eles buscam trabalhar de forma articuladora; construindo a disciplina sobre o pilar dos conhecimentos e valores tradicionais dos advindos Ticuna.

Para conhecermos como se dá o planejamento dessas convivências dos trabalhadores institucionais; perguntamos aos entrevistados como eles as planejam. Estes repassaram que realizam de maneira bimestral: momento em que os instrutores de uma mesma série se reúnem; buscando discutirem sobre suas experiências e anseios; trocando ideias de metodologias que deram certo (para, depois, cada um elaborar o seu plano de aula de acordo com a realidade da sua turma).

O planejamento das atividades pedagógicas é uma forma de organizar o processo de ensino-aprendizagem. Constata-se, sob discurso dos entrevistados, a essencialidade da disposição de um tempo maior; para que os docentes o façam com esmero. Segundo Menegolla e Sant'Anna (2001, p. 40), o planejamento *“é um instrumento direcional de todo o processo educacional, pois estabelece e determina as grandes urgências, indica as prioridades básicas, ordena e determina todos os recursos e meios necessários para a consecução de grandes finalidades, metas e objetivos da educação”*.

Certamente que, na direção de atingir tais objetivos, o contexto educacional deverá contemplar o verdadeiro sentido da Edu-

cação Indígena; sendo que, para que isso ocorra, é preciso que todos os agentes deste evento estejam envolvidos, sem premissas de uma visão ideológica de poder e submissão de anseios impregnados pelo capitalismo. Com isso, o processo educacional terá uma dinâmica própria e autônoma; podendo se tornar um verdadeiro sentido de libertação.

### **Considerações Finais**

Com o levantamento do resultado das declarações dos colaboradores participantes, foi possível compreender isto: apesar do grande desafio do Ensino da Língua Portuguesa no Contexto Escolar Ticuna; os servidores se esforçam, no anseio de desenvolverem práticas pedagógicas — dando primazia à contextualização e à valorização dos saberes tradicionais. Eles procuram fazer a correlação e a tradução da Língua Portuguesa para a língua materna Ticuna e vice-versa; influenciando, aliançados a esta ferramenta, de forma positiva, o processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, a experiência pedagógica deve contemplar estratégias metodológicas que viabilizem à construção de conhecimentos dos discentes; fortalecendo a revitalização e a valorização da língua materna e suas tradições culturais. Isto, a fim de potencializar uma aprendizagem significativa.

### **Agradecimentos**

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia — PPGSCA; à Secretaria Municipal de Educação de Tabatinga-AM, pelo apoio em oportunizar a realização de estudos e trabalhos científicos; à direção e educadores da Escola Municipal Indígena João Ayres da Cruz, pela colaboração neste trabalho.

### **Referências**

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. SILVA, Adriane Costa da. Perspectivas Históricas da Educação Indígena no Brasil. In: PRADO, Maria Ligia Coelho. VIDAL, Diana Gonçalves. (Orgs.). À Margem dos 500 Anos: Reflexões Irreverentes. São Paulo: Editora da Univer-

sidade de São Paulo, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de Outubro de 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: Maio de 2018.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 26 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: Maio de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas — RCNEI. Brasília: MEC. SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Estatuto do Índio. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm)>. Acesso em: Julho de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. Brasília: MEC. SEF. 1998, p. 138.

BRUNO, W. M. L. Educação de Jovens e Adultos (EJA): identificando a prática educativa na diversidade da Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade nas Jornadas Noturnas. Dissertação de Mestrado. Universidad Nacional de Colombia, 2011.

FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). Práticas interdisciplinares na Escola. 1991.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 38ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LUCIANO, G. dos S. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Vol. 1, MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, Brasília, 2006.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed.. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. Porque planejar? Como planejar? 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed.. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

TRAGTENBERG, Mauricio; PRADO Junior, Bento; CHAUI, Mari-  
lena de Souza e ROMANO, Roberto. Descaminhos da educação pós-  
68. São Paulo: Brasiliense, 1980, p.77 até a 87.



## **Profissão sobre duas rodas: as mulheres mototaxistas de Benjamin Constant/AM.**

---

*Selomi Bermeguy Porto  
Salaniza Bermeguy da Cruz  
Heloísa Helena Corrêa da Silva*

### **Introdução**

A temática da inserção com êxito da mulher no mercado de trabalho; tomando, como guia de estudo, a atuação delas na posição de mototaxistas, no setor lindeiro de Benjamin Constant, é o que orienta as discussões e abordagens teóricas perpassadas em nossa pesquisa.

Benjamin Constant está entre os 62 municípios cujo total compõe o Estado do Amazonas, Brasil. Caracteriza-se como centro urbano fronteiriço; por se localizar na região da Tríplice Fronteira: Brasil-Colômbia-Peru. Em 2017, de acordo o IBGE, a população estimava 41.329 habitantes.

Especificadamente, no que tange ao contexto de labuta, pode-se afirmar: os postos de trabalho assalariados são limitados; pois se formata esse quadro, mormente, pelos órgãos públicos e comércio local. O governo municipal é um dos principais empregadores: indubitavelmente, isso gera uma dependência muito grande da população a ele; tão influentemente que a mudança deste influencia diretamente no emprego de massiva parte daquela, primordialmente para os que não são concursados. Outra parcela, ainda, está inserida no arcaboço de labor informal; como meio de garantir sua sobrevivência.

Dentre os vários grupos sociais que enfrentam dificuldade de acesso ao eixo de trabalho; destacam-se as representantes feminis — as que, sem embargo de terem reconhecidos e normatizados todos os direitos adquiridos; carecem de lidar com os preconceitos. Resultado é isto de, em pleno século XXI, ser possível observar que

fatia da envergadura social persiste padecendo da velha miopia de associar a imagem femínea — principalmente — ao papel de mãe e de dona de casa. Não que esta tenha deixado de assumir tais papéis ou que seja algo que envergonhe sua imagem: o erro consiste em negligenciar (ou tentar evitar) a sua atuação em outros espaços do arcabouço.

Ao olhar para o passado e refletir sobre a história da camada feminina — ombreando-os com a presente atuação dela, na comunidade —; registram-se significativas conquistas e alternâncias, provocadas pela determinação em busca da dignidade, reconhecimento e equidade de prerrogativas. Um dos principais êxitos, mencionando, encontra-se na inserção das mesmas no quadro de serviços — entrementes, ainda hoje, enfrentem algumas limitações.

Em relação ao cenário laboral, hoje; a porção feminal assume papéis, que, em anos atrás, eram exercidos (apenas) por homens. Ressalta-se que, antes, não podia trabalhar fora de casa: restringia-se aos afazeres de casa, em muitas culturas. Afora isso, eram, tão somente, exercidas atividades comerciais domésticas; como, exemplificando, dedicação em artesanato, artes, costura, crochê, fabrico de doces —, o que, mesmo sob este prisma, não era visto como razoável.

O velho ditado, machista e ultrapassado, de dizer que “lugar de mulher é na cozinha ou na beira do fogão” não se aplica mais às trabalhadoras atuais. Isso, pois, hodiernamente, o lugar delas é reconhecido como sendo-o onde elas queiram estar. Com voz ativa e desempenhando papéis importantes na economia; vêm ganhando notoriedade em vários âmbitos —, tais quais, campo do conhecimento científico, biomedicina, finanças, mercado empresarial, política.

Direcionado por uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa; a temática da inclusão fêmeal na rotina de mototaxista, no município de Benjamin Constant, é debatida e argumentada, à luz dos teóricos Bourdieu (2011), Vandana Shiva (2012), Torres (2012), Probst (2015). Utilizaram-se, como técnicas de coletas de dados: varredura bibliográfica, observação e entrevistas semiestruturadas (junto a uma amostra de duas representantes e um colega; os quais tiveram os nomes no anonimato, sendo substituídos por

nomes de flores). Embasado da técnica de observação e entrevista, buscou-se conhecer o *modus operandi* — sob o qual, ocorre a rotina laborativa destas —; bem assim, sua relação com clientes e outros colegas de convívio.

### **A inserção das mulheres na profissão de mototáxi**

No centro urbano de Benjamin Constant, encontram-se registradas, neste momento, cinco associações de mototáxi; as quais são identificadas por cores: verde, azul, vermelho, laranja e amarelo. De acordo com o projeto de lei municipal, o número máximo de mototaxistas permitido é de 210; sendo que, agora, todas essas vagas estão preenchidas. A idade mínima para ser mototaxista circunjacente é de 22 anos.

A moto é um dos principais meios de transporte utilizados pelos moradores da região. Destarte, o serviço de mototáxi é um dos mais utilizados pela aglomeração. Isso faz com que esta tarefa tenha uma importância grande no atendimento das vicissitudes de transporte para a população; simultaneamente, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico limítrofe.

A prática de mototáxi, por muitos anos, era visualizada como atividade voltada para o gênero masculino, representava uma profissão de condutores, por conseguinte. Esse fato, provavelmente, por visão associativa de direção de veículos à imagem masculina. Assim como em outras colaborações de serviços, tipos de trabalho e ocupação; as cidadãs passaram a ocupar espaços que, até então, eram de entendidos exclusividade de varões: migraram da categoria de consumidoras de serviço para prestadoras; tendo em vista que, presentemente, é possível notar a participação feminina na referida profissão.

A imersão feminal na conduta de mototáxi, no campo con-término de Benjamin Constant, foi motivo de vários conflitos e resistência masculinas em aceitá-las nas associações; o que levou muitas mulheres a atuarem na profissão inicialmente de forma ilegal. Sobre este episódio, Sucupira e Menezes (2014, p.114) acrescentam:

A cidade de Benjamin Constant regulamentou a profissão de moto-taxista em 1998 por meio de concessões. Segundo o relato da primeira presidente da AMFBC e do promotor local, após algumas tentativas mal sucedidas de inserção nas associações existentes desde 2007, de promessas de alguns mototaxistas e a espera interminável por um posto de trabalho, muitas mulheres deram início ao trabalho como mototaxistas ilegalmente, na busca por reconhecimento, legitimação e trabalho.

Muito embora diante de várias morosidades e sem amparo legal; muitas motoristas começaram a prestar o serviço no perímetro de maneira irregular — o que fomentava, progressivamente, a revolta varonil. O fato desta parcela não as aceitar nas associações existentes foi um dos motivos que estimulou a organização da associação feminina de mototáxi. No dia 28 de dezembro de 2010, foi encaminhado, à prefeitura do município, um documento; para formalização da associação, com um quantitativo de 24 desbravadoras. Entretanto, *“oficialmente a legalização e concessão de vagas às mulheres ocorreram em 2011, justamente em um período de disputa eleitoral no município”* (SUCUPIRA; MENEZES, 2014, p. 1915).

Dentre essas vinte e quatro precursoras, ouvimos (em entrevista) uma das pioneiras: Orquídea, 35 anos. Antes de atuar como mototaxista, trabalhava em casa de família. Contemporaneamente, é formada em pedagogia — trabalha pela manhã como mototaxista; pela tarde, como professora no sistema público municipal; à noite, faz Técnico de Serviço Jurídico; e, no final de semana, cursa pós-graduação, inclusive.

Orquídea está há acerca de seis anos no ramo. Ao lembrar os enfrentamentos iniciais para ingressarem as perseverantes na categoria; enfatiza a relutância viril de não as aceitar:

Na época que foi fundada a nossa associação, a gente passou por muitas dificuldades; porque eles não aceitavam a criação de nossa associação [...]. Mas, a gente nunca desistiu! Às vezes, a gente passava; e, eles falavam muitas baixarias: que íamos derrubar os passageiros; e, que eles iam ficar com todas as mulheres; que iriam mostrar como a gente era fácil (Orquídea, entrevista, 2016).

As representantes enfrentaram várias discriminações por parte dos acusadores; no que diz respeito aos aspectos morais, in-

clusive. Essa intolerância masculina reflete uma herança cultural machista; em que o trabalho era apresentando em contexto e vivência diferentes para homens e mulheres. Sempre o campo externo foi associado à imagem do homem, como provedor da família; e, a mulher, como mãe e dona de casa, sendo responsável pelo trabalho doméstico.

Não se pode contrastar, restringindo o leque trabalhista à questão de sexo. No sentido biológico da palavra: o ramo doméstico, como voltado para a fêmea; e, o setor fora de casa, como de responsabilidade do macho. Esta ideia de associar o serviço a questões biológicas tem sido uma forma de estabelecer uma *“relação arbitrária de dominação do homem sobre as mulheres”* (BOURDIEU, 2011, p. 2011); paradigma que dominou, por muitos anos, a sociedade de numerosas culturas; mas que, cada vez mais, tem sido desmitificada, nos dias da modernidade.

Além deste aspecto, Orquídea relembra que as questões políticas cidadinas contribuíram para dificultar a consolidação de seus objetivos. Infirmou que, no último ano do mandato do prefeito que estava em exercício; este autorizou a concessão de quarenta vagas de mototáxi para os membros femininos. Contudo, como a concessão tem validade de um ano; a prefeita que entrou em exercício, no mandato subsequente, não fez a renovação — o que impediu que as favorecidas temporárias prestassem o serviço de mototáxi. Isso contribuiu para acalorar as brigas: *“mesmo impedidas de trabalhar; íamos para o semáforo. Por muitas vezes, discutíamos; e, algumas das mulheres chegaram a ser presas, pois a polícia tinha ordem, da prefeita, para prender; se nos encontrasse trabalhando”* (Orquídea, entrevista, 2016).

A luta travada pela área fêmea, na busca de lograr a garantia legal de trabalhar neste desdobramento, é um exemplo do cenário hodierno social; em que *“a mulher moderna possui plena consciência do seu potencial e seus direitos e passa a demonstrar grande interesse pela valorização e melhoria de seus direitos como cidadã, mãe e trabalhadora”* (Barreto, 2017).

A luta das condutoras não acabou na conquista do direito legal de exercer a função: continuou frente às discriminação e ofensas sofridas na atuação; por parte de colegas, e por alguns fregueses:

Quando iniciamos neste trabalho; os clientes gostaram. Alguns, sim; outros, não. Alguns clientes sentam na garupa da gente; e, acham que estamos fazendo mototáxi apenas de fachada: eles pensam que somos garotas de programa. Eles vão sentando; e, oferecendo logo dinheiro (Orquídea, entrevista, 2016).

O assédio é uma realidade na vida atuante de muitas delas — seja por colegas; seja por clientes. Isso, mormente, em atividades laborais; em que a imagem feminil está mais vulnerável a pensamentos distorcidos e discriminatórios e por parte das pessoas — especificamente, na maioria das vezes, pelos gênero diverso. Essa noção pejorativa e desconexa está registrada ao longo da história da colocação feminina no setor trabalhista que “*influenciada pelo sistema patriarcal, a divisão sexual do trabalho consiste em atribuições de atividades aos homens e mulheres devido ao seu biológico, bem como aos culturalismos*” (SIQUEIRA; SAMPAIO, 2017, p. 299), pois, em conformidade com o argumentado dos autores supracitados a mulher sofreu duplo preconceito ao se inserir no mercado de trabalho — biológico e sociocultural: E, até contemporaneamente, sem prejuízo de que tenhamos avançado no respeito às dessemelhanças; sofrem elas, com respingos desse parâmetro retrógrado e preconceituoso.

A propósito da clientela, a entrevistada destaca que a principal vantagem da mulher mototaxista é a preferência dos passageiros — sobretudo, pessoas idosas — “*porque eles confiam mais na gente, porque dirigimos mais devagar do que os homens*” (Orquídea, entrevista, 2016). Isso explica um dos incentivos da aversão dos homens quanto à atuação da mulher nesta tarefa.

Outra entrevistada, Violeta, 46 anos, casada, mototaxista da Associação dos Laranja, atua no ramo há quase quatro anos — antes, era merendeira. Violeta relata que o basilar fator que a motivou para a atividade foi o desemprego; e, que a atuação de outras motoristas na ramificação a estimulou. A intempérie confrontada por ela para se inserir na jornada é semelhante à de Orquídea. Lembra que os condutores não queriam aceitá-la, por ciúmes; receosos, pela preferência dos clientes.

De acordo com Violeta:

Quando eu entrei, eles tinham preconceito. Diziam que a mulher ia fazer mais corrida, pegar mais passageiros. Que os idosos gostam de ir mais com a gente —; e, até hoje, ainda tem essa questão. Quando chega o final da tarde; eles perguntam: “E, aí? Como foi a corrida? Foi bem?” E, agente diz que sim. Eles dizem: “Lógico! Os idosos só gostam de ir com vocês” (Violeta, entrevista, 2016).

A disputa por freguesia é uma das inquietações dos trabalhadores em relação à fêmea motorista. Isso, uma vez que, como argumentado pelas entrevistadas, possuem a preferência de parcela dos passageiros; mormente de pessoas idosas. No pensamento do mototaxista Cravo, de 37 anos, o que atua há mais de sete anos na profissão: as condutoras apresentam vantagem em relação aos colegas; quando se trata da preferência dos clientes, conforme relata:

Porque a maioria são homens que mais andam de mototáxi. Eles preferem mais andar com mulheres do que com homens. Caiu muito a clientela para nós, homens. E, os idosos, aqueles senhores de idade, eles são mais enxeridos: preferem andar com elas do que com a gente. E, devido à quantidade de mototáxi que ultrapassou que não aceitávamos; mas que, infelizmente, elas estão aí.

Violeta ressalta que, a despeito de, hodiernamente, ter melhorado a forma de os colegas de profissão tratarem as mulheres mototaxistas, relata que:

o preconceito, hoje, não é como antes. Mas, tem certas coisas que eles ainda tem preconceito: falam que eles dirigem melhor; que eles tem mais atenção que nós [...]; que a gente compra a nossa carteira. De vez em quando, eles gostam de jogar piadinhas (Violeta, entrevista, 2016).

Ainda neste íterim, nota-se a intolerância de muitos, respectivamente à imersão feminal em determinadas conjunturas; com a justificativa de ser mulher, simplesmente. Muito embora esta tenha obtido várias conquistas e espaço na sociedade; permanece frente à lide com o preconceito, discriminação no campo com colegas. Sem embargo disso, à revelia de dever lutar ante tais vicissitudes; a presença feminina tem marcado o seu momento em várias áreas — até então, dominada e permeada apenas por seu semelhante.

Sobre esta linha de orientação, Probst (2015) defende: “*não há um único gueto masculino que ainda não tenha sido invadido pelas mulheres. Não há dúvidas de que nos últimos anos a mulher está cada vez mais presente no mercado de trabalho*”. Acrescenta, nesse mister, que se trata de um fenômeno mundial. O Brasil não está fora deste acontecimento. Alude:

A inserção da mulher no mundo do trabalho vem sendo acompanhada, ao longo desses anos, por elevado grau de discriminação, não só no que tange à qualidade das ocupações que têm sido criadas tanto no setor formal como no informal do mercado de trabalho, mas principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres (PROBST, 2015).

A porcentagem feminal, em vários espaços da sociedade de esfera nacional e internacional, tem contribuído, proativamente, para a economia do mundo — seja de forma direta; seja, de indireta. Isso, a despeito de os créditos a sua atuação sofrerem constantemente de ações, tentando torná-los invisíveis.

É o que se exemplifica, ao ser considerada a discussão de Shiva (2012). Em seu artigo “Tempestade em copo vazio”, transmite que, se a água, transportada por 150 mulheres/dia na Índia, fosse adicionada ao PIB; representaria um custo de 10 bilhões de rupias ou 180 milhões de dólares: mesmo elas sendo as maiores transportadoras de água do mundo, acabam sendo as maiores vítimas da guerra da água. Na África, conquanto suas iguais lutem, sendo responsáveis por 80% da produção de alimentos, e por toda a cadeia alimentar; registra-se a falta de garantia destas no que se refere à aquisição e propriedade da terra e acesso a empréstimos, sementes e assistência técnica. Em suas considerações, a autora enfatiza que aquelas são mais do que às maiores transportadoras de água do mundo, “*são também o sustento da família*”. **E que** “*a igualdade de acesso das mulheres à água e a terra é um fator chave na luta contra a pobreza e a fome*” (SHIVA, 2012).

Essa contrariedade denunciada na fala da escritora, sendo representada na Índia e na África, encontra-se revestida de outras faces em vários lugares do mundo; no Brasil, inclusive — onde e

muitas vezes, buscam invisibilizar a atuação e importância das delas, afastando suas prerrogativas.

Ao olhar o passado, notam-se os longos passos que foram dados em direção à equidade de gênero. Ainda quando haja batalha, ao olhar o presente, percebe-se que a caminhada ainda não acabou: muitos outros passos serão necessários. O que se espera é que, nessa jornada, as articulações entre homens e mulheres sejam balizadas pela tolerância, respeito, liberdade e cooperação.

Apesar das diversidades enfrentadas, neste tempo; as mototaxistas deste quadro trabalham tranquilamente. Pode-se observar uma harmonia entre trabalhadores e trabalhadoras; compartilhando o mesmo ambiente, nos vários pontos estratégicos de concentração de mototaxista municipal. Não se pode dizer que não existe mais preconceito. Ao contrário disto, crescentemente, no *modus vivendi*, a aceitação é melhor; em consonância com a entrevistada:

O preconceito existe. No início, existia muito. Hoje, não: a gente já consegue se reconciliar com eles; até porque, na nossa associação, tem homens, também. Aí, hoje, a gente já não vê críticas por parte deles. Hoje, eles já conseguiram aceitar a gente. Eles só reclamam porque os passageiros preferem a gente do que eles (Orquídea, entrevistada, 2016).

Modernamente, a associação amarela — a qual era composta, apenas, por condutoras — conta com a presença masculina. Isso, por ventura, pode ter contribuído para minimizar as críticas; e, para melhor a aceitação por parte dos motoristas. Sabe-se que o serviço envolve mutualidades sociais; cuja interferência influencia, em proporção direta, para o desenvolvimento da sociedade.

Doutrina Torres (2012, p.197): o trabalho é “*elemento fundante do desenvolvimento humano*”. Possibilita a articulação entre os gêneros. Impulsiona o ser humano para o uso de suas faculdades mentais. Proporciona a base para a construção de relações sociais e o convívio na população. Ao refletir sobre as palavras da estudiosa, associando-as aos relatos históricos e à vivência do cotidiano; percebemos que o trabalho, em suas várias facetas, sempre direcionou a vida de homens e mulheres, assim como da sociedade em todos os seus aspectos.

É preciso entender que ambos fazem parte do processo de construção da história da humanidade; pois, como explana Torres (2012, p.197):

A história é feita por homens e mulheres que interferem no processo histórico pelo seu trabalho e podem, dessa forma, transformar a sociedade, buscando alterar o seu modo de produção. A sociedade moderna é uma sociedade de trabalhadores. Quem não trabalha está excluído, está fora dela, porque a esfera pública está reduzida ao econômico.

Vivemos em uma ambiência de trabalhadores. É fato precípua. A atividade laboral está ligada ao sustento da vida e produção humanas. Não tem sexo: é disposta para todos; independentemente do gênero. É a fatia social que, muitas vezes, insiste em fazer a divisão do serviço. Isso, porque, a diferença anatômica existente entre macho e fêmea apresentava-se como justificativa; para combater a atuação desta em vários seguimentos da convivência — nos tangentes ao delineamento do trabalho na sociedade, inclusive; em que a ocupação dos locais nesta era definida sob a formatação ideológica de algumas culturas antropocêntricas, de acordo com o sexo da pessoa (BOURDIEU, 2011, p.20). Percebe-se a persistência: para muitos, as dessemelhanças biológicas funcionam como principais argumentos; para a aversão à atividade feminal em vários contextos.

A mototaxista Violeta corrobora; destacando: “como mulher, é preciso ter jogo de cintura; para conciliar o trabalho com as outras atividades de esposa e mãe”. Consonante exprime Shiva (2013), em sua palestra intitulada “As mulheres e a construção do novo mundo”, declara que as mulheres se tornaram experts multifuncionais, justamente porque sempre tiveram de lidar com vários afazeres; tais quais: cuidar da casa, das crianças, cozinhar, buscar água, fazer compras. Este posicionamento polivalente é o que não se considerava trabalho; e, nada obstante, acabou preparando-as para a postura externa, em seus múltiplos sentidos, fazendo-as construtoras da vida.

As declarações das entrevistadas apontam, similaridade, em suas respostas; no que tange aos desafios, para ingressarem na

atividade de mototaxistas. Isso, primordialmente, pelos resistências e preconceito masculinos, em revelia a aceitá-las como colegas diárias. Ambas apontaram para a preferência dos clientes; especialmente, idosos. Ressaltaram que, recentemente, o preconceito arrefece, é menor; sem prejuízo de ser existente. Festejam com alegria a conquista de se inserirem na profissão e garantirem trabalho, renda e dignidade.

### **Considerações Finais**

O trabalho é algo inerente à sobrevivência humana, sendo imprescindível para as mudanças e sustento da sociedade. Seja homem ou mulher, todos desempenham papel importante neste cenário; influenciando, por meio da colaboração do serviço, toda uma circunscrição. Significa dizer: por mais simples que seja a atividade desempenhada por um ser humano; ela tem sua significância e contribuição, no processo de transformação da realidade.

A profissão de mototáxi caracteriza-se como alternativa de ocupação e renda de mulheres e homens em busca de garantir o amparo familiar. Nesta jornada, é possível encontrar diferentes perfis de cidadãos: assalariados, não assalariados, com grau de instrução diverso (que varia do fundamental ao nível superior), de idade variada (entre jovens e pessoas de mais idade), solteiras e casadas. Pessoas que usam esta opção, como fonte principal de renda; e, outras que a utilizam, como fonte financeira complementar.

O quantitativo feminino trabalhando como mototáxi perdura bem inferior na circunscrição; se comparado com o de quem já atuava no contexto. A associação que tem mais daquela participação é a da cor amarela; visto que se trata de uma entidade instituída por condutoras. Concomitantemente, no presente, existem outras motoristas nas demais associações; mesmo que a sua representação seja incipiente.

A perseverança fêmea, na busca de lutar pelos seus ideais, ocasionou galgar degraus de reconhecimento e aceitação; e, inserir-se em um ramo de atividade; o que, até então, era de exclusividade masculina. As pioneiras provaram possuírem capacidade

para exercício da função com competência; sem embargo de persistirem, diante das várias dificuldades que cercam a profissão.

## **Referências**

SIQUEIRA, Direceu Pereira; SAMPARO, Ana Julia Fernandes. Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da discriminação de gênero à luta pela Igualdade. Revista Direito em Debate. Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unjuí, Ano XXvi N.48, JUL-DEZ.2017 – ISSN 2176-6622. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate>. Acesso em: 14 de março de 2018

BOURDIER, Pierre. A dominação masculina. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

PROBST, Elisiana Renata. A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho. Revista RH Portal. Disponível em: <[http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?idc\\_cad=xg7w7vuh9](http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?idc_cad=xg7w7vuh9)>. Acesso em: 14 de março de 2018.

SUCUPIRA, Gicele; MENEZES, Josiane. O Duelo dos Coletes: notas sobre pesquisas com mulheres mototaxistas em Rondônia e no Amazonas. 18º REDOR. Perspectiva Feminista de Gênero: desafios no campo da militância e das práticas. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2014.

TORRES, Iraildes Caldas. Reflexões sobre trabalho leve e pesado das mulheres na Amazônia. In: TORRES, Iraildes Caldas (org.). O ethos das mulheres da floresta. 1.ed. Manaus: Editora Valer/ Fapeam, 2012.

SHIVA, Vandana. Tempestade em copo vazio. Instituto Humanitas Unisinos — IHU. 2012. Disponível em:<<http://ihu.usinos.br/172-noticias/noticias-2012/510566-tempestade-em-copo-vazio>>. Acesso em: 05/12/2018.

SHIVA, Vandana. As mulheres e a construção do novo mundo. Índia, 2013. (1min30seg) (Vídeo). Disponível em: <<http://youtu.be/XcKx-uE4xrw>>. Acesso em: 05/12/2018.

## **Sobre os autores**

### **Adailton da Silva**

Professor Adjunto do Bacharelado em Antropologia, no Instituto de Natureza e Cultura –INC, unidade acadêmica do Alto Solimões, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, da UFAM, em Manaus.

### **Antônia Marinês Goes Alves**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Mestra em Ciências — PPGEA/UFRRJ. Linguista — UNAL/UFAM. Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFAM Campus Tabatinga. E-mail: antonia.goes@ifam.edu.br

### **Bruno dos Santos Rodrigues**

Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: bruno94.58@hotmail.com

### **Dime Alexandre L. Gomes**

Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia/PPGSCA-UFAM, bolsista CAPES. Pesquisador do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia/NESAM e do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/PNCSA. E-mail: alexandre.geo.uea@gmail.com

### **Frâncio Costa Simão**

Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: francio.costa@hotmail.com

### **Heloísa Helena Corrêa da Silva**

Doutora em Serviço Social Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Departamento de Serviço Social DSS e Programa de

Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Questão Social e Serviço Social no Estado do Amazonas (UFAM). E-mail: [hhelena@ufam.edu.br](mailto:hhelena@ufam.edu.br)

**Ildete Freitas Oliveira (org.)**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM, Professora da Universidade do Estado do Amazonas/UEA, Membro dos Grupos de Pesquisa Questão Social e Serviço Social no Estado do Amazonas (UFAM) e Estudos e Pesquisas em Educação Escolar Indígena e Etnografia (UEA). E-mail: [profa.ildete.uea@gmail.com](mailto:profa.ildete.uea@gmail.com)

**Iraildes Caldas Torres**

Professora da Universidade Federal do Amazonas-UFAM - Doutorado em Ciências Sociais/ Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pós-Doutorado na Université Lumière de Lyon-França. E-mail: [iraildes.caldas@gmail.com](mailto:iraildes.caldas@gmail.com)

**Junior Peres de Araújo**

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Amazonas-UEA, Mestrando do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: [junior\\_peres.a@hotmail.com](mailto:junior_peres.a@hotmail.com)

**Luiz Fábio S. Paiva**

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência da UFC. E-mail: [luizfabiocs@yahoo.com.br](mailto:luizfabiocs@yahoo.com.br)

**Luzilângela Vieira Barbosa**

Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA/UFAM. Aluna de Pós-Graduação em Gestão Pública pela UAB. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e suas Literaturas e Graduada em Letras – Língua Portuguesa pela

UEA. Técnica em Secretariado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas do Amazonas – IFAM Campus Tabatinga. E-mail: luzilangela.barbosa@ifam.edu.br

**Maria Auxiliadora Coelho Pinto**

Mestra em Estudos Amazônicos pela Universidad Nacional de Colômbia-UNAL, doutoranda em Sociadade e Cultura na Amazônia pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Especialista em Didática do Ensino Superior e Educação Inclusiva. Docente da Universidade Estado do Amazonas / UEA. Membro do grupo de Pesquisa: Educação e Diversidade Amazônica-GPEDA e coordenadora da Linha de Pesquisa: Histórias e Culturas, Ambiente, Natureza e Processos Pedagógicos/UEA. Atualmente desenvolve trabalhos na área indígena e ribeirinha do Alto Solimões com ênfase em Histórias e Culturas Amazônicas..

**Marinilde Verçosa Ferreira**

Professora do Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant da Universidade Federal do Amazonas-UFAM - Doutora em Sociadade e Cultura na Amazônia-UFAM. E-mail: marinildevercosa@gmail.com / marinilde@ufam.edu.br

**Michel Justamand (org.)**

Professor Associado 1 do Curso de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, lotado no Instituto Natureza e Cultura – INC, em Benjamin Constant, unidade acadêmica do Alto Solimões, região da Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil, Colômbia e Peru). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociadade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, em Manaus. Doutor em Antropologia e Pós-Doutor em História ambos pela PUC/SP, Pós-Doutor em Pré-História pela UNICAMP. Email: micheljustamand@yahoo.com.br

**Nelly Mary Oliveira de Souza (org.)**

Graduada em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Amazonas — UEA. Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional

e Formação em Educação à Distância, pela Universidade Paulista (UNIP). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia — PPGSCA/UFAM. Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação de Tabatinga — AM, e da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC). mel\_tbt@hotmail.com

**Selomi Bermeguy Porto**

Doutorando do Programa em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). E-mail: selomi\_adm@hotmail.com /selomi@ifam.edu.br

**Salaniza Bermeguy da Cruz**

Mestranda do Programa em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). E-mail: nizabermeguy@hotmail.com

**Tharcísio Santiago Cruz**

Professor do Bacharelado em Antropologia, no Instituto de Natureza e Cultura – INC, unidade acadêmica do Alto Solimões, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, da UFAM, em Manaus.

## Sugestões de leitura

*Pedidos acesse [www.alexaloja.com](http://www.alexaloja.com)*

### **Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões**

*Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand*

1 - Antropologia no Alto Solimões.

*Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012*

2 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões.

*Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012*

3 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2.

*Adailton da Silva e Michel Justamand (orgs.), 2015*

4 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: gênero e educação.

*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.),  
2016*

5 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira.

*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.),  
2016*

6 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares.

*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.),  
2016*

7 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 7.

*Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.),  
2017*

8 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares II.

*Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz  
(orgs.), 2017*

9 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 9.

*Michel Justamand, e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.). 2017*

10 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 10.

*Carmen Junqueira, Michel Justamand, e Renan Albuquerque (orgs.), 2017*

- 11 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 11.  
*Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018*
- 12 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 12.  
*Iraildes Caldas Torres e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 13 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 13.  
*Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018*
- 14 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 14.  
*Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes, Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 15 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 15.  
*Antônia Marinês Goes Alves, Elenilson Silva de Oliveira e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 16 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 16.  
*José Lino do Nascimento Marinho, Maria Isabel Araújo e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 17 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 17.  
*Walmir de Albuquerque Barbosa, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis de Araujo Soares e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 18 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 18.  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018*
- 19 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 19.  
*João Bosco Ladislau de Andrade, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2019*
- 20 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 20 - O pensamento dissidente/divergente e as questões amazônicas  
*Ildete Freitas Oliveira, Michel Justamand e Nelly Mary Oliveira de Souza, 2019*
- 21 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 21 - no prelo  
*Michel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina Cantuário de Andrade, 2019*

**Coleção FAAS TESES - Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses**

*Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand*

- 1 - Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingú.  
*Carmen Junqueira, 2018*
- 2 - Da cana ao caos - Usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada.  
*Thereza Menezes, 2018*
- 3 - Órfãos das letras no contexto amazônico: memórias de uma prática docente na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia.  
*Maria de Nazaré Corrêa da Silva, 2019*
- 4 - Os Rikbaktsa: mudança e tradição.  
*Rinaldo Sergio Vieira Arruda, 2019*
- 5 - Seringueiros do Médio Solimões: fragmentos e memórias de vida e trabalho.  
*José Lino do Nascimento Marinho, 2019*
- 6 - O parto na fronteira amazônica Brasil e Peru: etnografia sobre a assistência obstétrica no município de Benjamin Constant.  
*Ana Maria de Mello Campos, 2019*

**Coleção Carmen Junqueira**

*Dirigida por Michel Justamand e Renan Albuquerque*

- 1 - Carmen e os Kamaiurá.  
*Michel Justamand, Renan Albuquerque e Vaneska Taciana Vitti (org.), 2019*
- 2 - Carmen e o indigenismo.  
*Michel Justamand, Renan Albuquerque e Vaneska Taciana Vitti (org.), 2019*
- 3 - Sexo e Desigualdade: entre os Kamaiurá e os Cinta Larga.  
*Carmen Junqueira, 2019*
- 4 - Índios do Ipavu  
*Carmen Junqueira, 2019*

## **Coleção Arqueologia Rupestre**

*Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand*

- 1 - As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental  
*Michel Justamand, 2006*
  
- 2 - Pinturas rupestres do Brasil: uma pequena contribuição.  
*Michel Justamand, 2007*
  
- 3 - As relações sociais nas pinturas rupestres  
*Michel Justamand, 2007*
  
- 4 - Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar  
*Michel Justamand, 2012*
  
- 5 - A mulher rupestre  
*Michel Justamand, 2014*
  
- 6 - O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – PI.  
*Michel Justamand, 2015*
  
- 7 - Arqueologia da Sexualidade  
*Michel Justamand, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari, 2016*
  
- 8 - Arqueologia do Feminino  
*Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari, 2017*
  
- 9 - Arqueologia da Guerra.  
*Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vanessa da Silva Belarmino e Pedro Paulo A. Funari, 2017*
  
- 10 - Arqueologia e Turismo.  
*Michel Justamand, Pedro Paulo A. Funari e Andrés Alarcón-Jiménez, 2018*
  
- 11- Uma história do povoamento do continente americano pelos seres humanos: a odisseia dos primeiros habitantes do Piauí.  
*Gabriel Frechiani de Oliveira, Michel Justamand e Pedro Paulo Funari, 2019*

## **Coleção Diálogos Interdisciplinares**

*Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand*

1 - É possível uma escola democrática?

*Michel Justamand (org.), 2006*

2 - Políticas Educacionais: o projeto neoliberal em debate.

*Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand, 2007*

3 - Neoliberalismo: a máscara atual do capital.

*Michel Justamand, 2017*

4 - Diálogos Híbridos.

*Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.), 2016*

5 - Diálogos Interdisciplinares e Indígenas.

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e Sebastião Rocha de Sousa (orgs.), 2017*

6 - Diálogos Interdisciplinares I: história, educação, literatura e política.

*Êmerson Francisco de Souza (org.), 2017*

7 - História e representações: cultura, política e gênero.

*Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand (orgs.), 2017*

8 - Diálogos Híbridos II.

*Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.), 2018*

9 - A educação ambiental no contexto escolar do município de Benjamin Constant – AM.

*Sebastião Melo Campos, 2018*

10 - Políticas Públicas de Assistência Social: moradores em situação de rua no município de Benjamin Constant – AM.

*Sebastião Melo Campos, Lincoln Olimpio Castelo Branco, Walter Carlos Alborado Pinto e Josenildo Santos de Souza, 2018*

11 - Tabatinga: do Conhecimento à Prática Pedagógica.

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto (org), 2018*

*Ildete Freitas Oliveira, Michel Justamand e Nelly Mary Oliveira de Souza*

12 - Tabatinga e suas Lendas.

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Cleuter Tenazor Tananta, 2018*

13 - Violência sexual contra crianças, qual é a questão? Aspectos constitutivos

*Eliane Aparecida Faria de Paiva*

14 - A implantação do curso de antropologia na região do Alto Solimões - AM.

*Adolfo Neves de Oliveira Júnior, Heloísa Helena Corrêa da Silva e Paulo Pinto Monte (orgs.), 2018*

15 - Estudos Clássicos e Humanísticos & Amazonidades - Vo.I. 2.

*Renan Albuquerque e Weberson Grizoste (org), 2018*

16 - Ars moriendi, a morte e a morte em si.

*Miguel A. Silva Melo, Antoniel S. Gomes Filho, Emanuel M. S. Torquao e Zuleide F. Queiroz (org), 2018*

17 - Reflexões epistemológicas: paradigmas para a interpretação da Amazônia.

*Salatiel da Rocha Gomes e Joaquina Maria Batista de Oliveira (org), 2018*

18 - Diálogos Híbridos III - Agroecologia.

*Camilo Torres Sanchez (org.), 2018*

19 - Processos psicossociais na Amazônia.

*Marcelo Calegare e Renan Albuquerque (org.), 2018*

20 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis I: intercâmbios nordestinos.

*Antoniél dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Eirilúcia Cruz Nacedo, 2018*

21 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis II: intercâmbios nordestinos.

*Antoniél dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Eirilúcia Cruz Nacedo (org), 2018*

22 - Reinvenção do rádio: tecnologia, educação e participação.

*Guilherme Gitahi de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiff Morix Schwamborn (org), 2018*

23 - Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial.

*Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busabello (org.), 2018*

24 - Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil: um estudo a partir do Nordeste do Brasil.

*Miguel Ângelo Silva de Melo, 2018*

25 - Reflexões sobre violência e justiça.

*Ernandes Herculano Saraiva, Guilherme José Sette Júnior e Neuton Alves de Lima, 2018*

26 - Política de educação do surdo: problematizando a inclusão bilíngue em escolas da rede municipal de ensino de Benjamin Constant-AM.

*Maria Francisca Nunes de Souza e Maria Almerinda de Souza Matos, 2019*

27 - Tradução cultural e processos socioculturais na Amazônia,

*Alexandre de Oliveira (org), 2019*

028 - Balbina, vidas despedaçadas,

*Renan Albuquerque, 2019*

29 - Olhares comunicacionais

*Renan Albuquerque, Noélio Martins Costa e Georgio Ítalo Oliveira, 2019*





## Coleção FAAS

Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand



## Coleção FAAS TESES

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand



ALFA  
PUC-SP



EDUA  
EUNIVERSIDADE FEDERAL DO  
TOCANTINS

MEU  
MUSEU DE ETNOLOGIA E  
ANTROPOLOGIA



ISBN - 978-85-5467-096-2

